

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM AMBIENTE E
SOCIEDADE

MANOELA MARILDA BATISTA BARBOSA

**A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA LUTA E PELA PERMANÊNCIA NA
TERRA: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO
(ORIZONA/GO)**

MORRINHOS, GO
2018

MANOELA MARILDA BATISTA BARBOSA

**A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA LUTA E PELA PERMANÊNCIA NA
TERRA: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO
(ORIZONA/GO)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioeconômica Nos Ambientes Urbano e Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Pereira Monteiro.

MORRINHOS, GO
2018

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BB238r Barbosa, Manoela Marilda Batista
A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA LUTA E PELA
PERMANÊNCIA NA TERRA: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO
MARIA DA CONCEIÇÃO (ORIZONA/GO) / Manoela Marilda Batista
Barbosa; orientador Luiza Pereira Monteiro. -- Morrinhos, 2018.
146 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado
Acadêmico em Ambiente e Sociedade) -- Câmpus-Morrinhos,
Universidade Estadual de Goiás, 2018.

1. Mulher. 2. Participação. 3. Assentamento. 4. Processo Formativo. I.
Monteiro, Luiza Pereira, orient. II. Título.

MANOELA MARILDA BATISTA BARBOSA

**A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA LUTA E PELA PERMANÊNCIA NA
TERRA: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO (ORIZONA/GO)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sociedade.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Luiza Pereira Monteiro – UEG
Orientadora

Profa. Dra Magda Valéria da Silva – UFG / UEG
Membro

Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso – PUC GO
Membro

Às mulheres que vivem nas áreas rurais do Brasil, com o meu respeito e inspiração para continuar na trajetória de busca pelo conhecimento e de permanecer engajada às lutas cotidianas.

Aos meus pais José Barbosa Sobrinho e Marilda Suita Batista Barbosa, com todo o meu amor, pelo estímulo à minha vida profissional e pela compreensão quando houve ausência em momentos importantes no seio familiar.

À professora Luíza Pereira Monteiro pela acolhida, pelo afeto, pela orientação humana, competente e profissional... Características que a enobrecem e que buscarei ter como exemplo por toda a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Busquei escrever um trabalho que expressasse o cotidiano, a vida e as emoções de pessoas que constroem e reconstróem a nossa esperança em dias melhores. Estas mulheres que, inconscientemente, em suas palavras doces e fortes expressam as possibilidades de resistir aos diversos espaços que nem sempre oportunizam melhores condições de vida para elas.

Gostaria, portanto, de agradecer inicialmente a estas mulheres que vivem no Assentamento Maria da Conceição, em Orizona, Goiás, pela possibilidade de observar, viver, conviver e relatar parte das suas experiências de vida, com o objetivo de construir uma pesquisa que mantenha viva a construção de uma ciência que seja, sobretudo, humanizada e atenta à vida das pessoas, para buscar condições de construir resultados, levantar dados e evidenciar parte do que (não) tem sido realizado para elas. Esta convivência e este trabalho me transformaram como pesquisadora e como pessoa. Mostraram que “é preciso estar atenta e forte”, e, ainda, mostraram sobre a importância da luta coletiva para as reivindicações que devem ser permanentes e a vigília sobre os direitos já estabelecidos.

À professora Luíza Pereira Monteiro, pelo olhar cauteloso à pesquisa e por generosamente aceitar me orientar neste trabalho após transcorridos dezoito meses de ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. Pela paciência, compreensão, dedicação ao tema, por ter acompanhado a realização do campo da pesquisa e pela construção conjunta dos resultados através da indicação de leituras, apontamentos, críticas, correções, muita disposição e a disponibilidade de orientar nem sempre presencialmente, mas sempre atenta aos canais de comunicação pela internet e por telefone em muitos momentos pela distância em que me encontrava (Goiânia – Palmas).

Ao Programa de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás, pelas bolsas concedidas nos anos de 2016/2017/2018 que possibilitaram dedicação integral à realização deste estudo.

Ao professor Flávio Reis dos Santos por ter acompanhado e orientado as primeiras leituras, as reuniões em núcleo de pesquisa, as discussões em sala de aula, às demais reuniões e encontros que orientaram os caminhos iniciais nesta pesquisa. Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Rural no Brasil (NEPERBR/UEG) pelas leituras e discussões que contribuíram na construção teórica deste trabalho, em especial aos colegas: Abadia Pereira Maia, Adriana Maria, Ivan Villamil e Natali Lancheros pelo companheirismo e amizade.

Aos professores Luiz Bezerra Neto (UFSCAR) e Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCAR) pela orientação realizada durante o Exame de Qualificação deste trabalho com

contribuições, sugestões e críticas que ajudaram a amadurecer a pesquisa, através de recomendações de outras fontes teóricas, análises e aprofundamentos referentes ao tema.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG), em nome do meu co-orientador, professor André Luiz Caes, que oportunizaram diálogos para a construção do conhecimento e igualmente aos colegas discentes do programa, que compartilharam estes aprendizados e possibilitaram novos olhares e percepções para muitos temas e para a vida. Em especial, à Surya Macário, Diego Aguiar, Fausto Dias da Silveira e a Victoria Leão, pelas experiências cotidianas e pela solidariedade de vários momentos em nossa casa na cidade de Morrinhos.

Ao meu irmão Bismarques José Batista Barbosa e à toda a minha família, pelo apoio incondicional.

Aos amigos Ronés Paranhos e João Teles pelo incentivo nessa trajetória. Aos demais amigos pelo apoio, compreensão e carinho.

Ao Diego Vianna, meu ex companheiro e amigo, que cativou a construção dessa possibilidade de pesquisa e me amparou nos momentos que necessitei, sobretudo pelo suporte emocional e físico, nos momentos em que me encontrei frágil por motivos de saúde.

A Fernando Lira, meu companheiro e amor. Depois de caminhos duros você aprende e ensina de forma admirável todos os dias. Obrigada pelo amor, carinho, compreensão e pela confiança nos propósitos deste trabalho e o que ele tem possibilitado concretamente nas minhas mudanças de atitude, na vida profissional, pelos desafios e projetos que estão sendo construídos conjuntamente às comunidades em Goiás e no Tocantins.

Às mulheres que se ajudam mutuamente, que estão em sintonia pela defesa da vida de outras mulheres a se libertar e que caminham juntas na construção de autonomia e emancipação às mulheres do campo e da cidade.

Aos meus pais, por me acompanhar, incentivar, inspirar e ensinar a ser uma pessoa melhor. Obrigada pela força, pelas histórias, pelos exemplos e pelos sorrisos que me fortalecem a cada dia. À vocês minha dedicação, amor e admiração.

Por fim, agradeço a participação e as contribuições das professoras Magda Valéria da Silva e Lúcia Helena Rincón Afonso por se disporem a participar da banca deste trabalho. A vocês o meu carinho e admiração.

RESUMO

O presente estudo buscou compreender o campo como território de lutas pela terra e, com efeito, os processos formativos das mulheres envolvidas no seu desenvolvimento e decorrentes das suas participações na conquista e manutenção da terra. O objetivo central da pesquisa é identificar e analisar espaços formativos para a mulher do campo no Assentamento Maria da Conceição em Orizona-Go, que tenham como pauta de discussões as questões de gênero e os direitos da mulher voltados para o seu processo de autonomia econômica e social e emancipação, de maneira a (re)significar suas inserções nas relações de trabalho existentes no campo. A educação das mulheres que vivem no Assentamento Maria da Conceição foi investigada para além de aspectos vinculados à educação escolarizada. O processo educativo dessas mulheres é inerente às suas transformações enquanto protagonistas de sua própria realidade, na luta e contestação das práticas de dominação socioeconômicas e cultural do sistema capitalista. A investigação foi desenvolvida considerando as bases epistemológicas do materialismo histórico-dialético, o que implica assumir a realidade como concreta, síntese de múltiplas determinações, portanto, a unidade da diversidade. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica, observações, entrevistas com as mulheres e fotografias das mesmas em suas parcelas no Assentamento Maria da Conceição. Os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica revelaram uma intensa participação das mulheres desde o processo de ocupação da terra até a luta pela sua permanência. No entanto, as discussões não pautaram as questões de gênero, nem dos direitos das mulheres. A luta é da família pela sobrevivência básica. Embora as mulheres tenham adquirido autonomia e liderança nos enfrentamentos, os seus discursos revelam ainda uma divisão sexual do trabalho e a manutenção da estrutura de gênero historicamente dominante.

Palavras-Chave: Mulher. Participação. Assentamento. Processo Formativo.

ABSTRACT

The current study tried to understand the countryside as a struggle territory for land and, with effect, the formative process of women involved in their development due of their participation in the achievement and mantenaice of the land. The main goal of the research is to identify and analyse formative spaces for the countryside women in the Settlement Maria da Conceição in Orizona-GO, which have as discussions stake the questions of gender and women rights focused to to their process of financial and social autonomy and emancipation, in order to (re) define their insertions in the existing job relations in the countryside. The education of women that live in the Settlement Maria da Conceição was investigated beyond the bound aspects to the school education. Whether inherent of their transformations as protagonists of their own reality, in the struggle and contestation of the socioeconomic domination and cultural practices of the capitalism system. The investigation was developed considering their epistemological basis of the historic-dialectical materialism, which involves assume the reality as concrete, synthesis of multiple determinations, therefore, the unity diversity. The methodology consisted in bibliographyc review, observations, interview with the women and photographs of them in their plot of Settlement Maria da Conceição. The obtained results from the empirical research revealed an intense women participation since the ocupation process of land until the the struggle for their permanence. However, the discussions did not guide the gender issues, neither the women rights. It is a family struggle for the basic survival. Although the women have acquired autonomy and leadership in the confrontations, their speech even reveal a sexual work division, and the maitenance of the dominant historical gender structure.

Keywords: Woman. Participation. Settlement. Formative Process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da Violência no Campo (2015-2016).....	30
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de Fecundidade no Brasil (1940-2010).....	66
Figura 2 – Tabela de Evolução da Taxa de Fecundidade Total, Brasil e Grandes Regiões (1940-2010)	67
Figura 3 – Distribuição das Mulheres Ocupadas/Anos de Estudo (2003-2008)	68
Figura 4 – P. A. Maria da Conceição no Município de Orizona/GO (2017)	81
Figura 5 – Divina Rocha (56 anos) e Onília (59 anos) após entrevista, na cidade de Pires do Rio	93
Figura 6 – Renata (32 anos) após a realização da entrevista nos mostra sua casa	96
Figura 7 – Deusélia (46 anos) mostra a produção dos queijos em sua casa, no Assentamento	100
Figura 8 – Sebastiana (69 anos) mostrando o cuidado aos porcos e demais animais no quintal de sua parcela de terras no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO	102
Figura 9 – Estrutura da casa da senhora Sebastiana (69 anos)	104
Figura 10 – Casa da Deusélia (46 anos)	105
Figura 11 – Estrada de chão que dá acesso aos lotes do Assentamento Maria da Conceição (Orizona/GO)	108
Figura 12 – Dona Terezinha (77 anos) cortando lenha para preparo do jantar e para fogueira e Irani (46 anos)	111
Figura 13 – Divina (48 anos) e João Bosco (57 anos), em diálogo sobre a disponibilidade de ampliar os locais de venda dos tapetes das mulheres	113
Figura 14 – Produção de queijos da Maria Madalena (50 anos) para comercialização na feira	121
Figura 15 – Terezinha (77 anos) e Irani (46 anos) com cuidados às plantas do quintal	122
Figura 16 – Sebastiana (69 anos) se despedindo em frente à sua casa	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Constituições e Direitos das Mulheres no Brasil	60
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FAO	Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAEG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LUTA PELA TERRA NO BRASIL, GÊNERO	
REFORMA AGRÁRIA	23
1.1 A luta pela terra no Brasil	23
1.2 Gênero e Reforma Agrária.....	33
2 EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS SOCIAIS	38
2.1 Reflexões iniciais e a emancipação da mulher a partir de 1968	38
2.2 Desmistificando o gênero e a inserção das mulheres no mercado de trabalho	43
2.3 Mulheres no Brasil: contexto histórico nas décadas de 1970, 1980 e 1990	47
2.4 Educação escolarizada das mulheres no Brasil.....	50
2.5 Conferência Mundial da Educação para Todos (1990) e as especificações sobre a alfabetização das mulheres	54
2.6 A Constituição Federal de 1988 no Brasil e o direito das mulheres.....	58
2.7 Emergência de capacitação educacional e técnica de mulheres para o mercado de trabalho a partir da década de 1990	63
2.8 Desdobramento das questões de gênero no meio rural e educação do campo	69
3 CONTEXTUALIZAÇÃO, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO	
ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO (ORIZONA/GO)	80
3.1 Caracterização do Assentamento Maria da Conceição, no município de Orizona/GO	80
3.2 A Cidade: Orizona	82
3.3 A pesquisa de campo com as mulheres no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO: análise dos dados.....	85
3.3.1 O perfil das mulheres do Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO	89
3.3.2 As condições de trabalho, conquista e permanência na terra	98
3.3.3 Participação das mulheres, gênero e processos formativos	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS	140
ANEXO I	141
APÊNDICES	142
APÊNDICE 1	143
APÊNDICE 2.....	144

INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu a partir de inquietações pessoais relacionadas às questões das mulheres que vivem em áreas rurais no município de Orizona, estado de Goiás, município em que vivi com a família desde a infância. Ainda na adolescência iniciei minha trajetória no movimento estudantil, fato que se estendeu durante as graduações em Licenciatura em História e Tecnologia em Hotelaria. Ao atuar no movimento estudantil, que tinha como objetivo central discutir e reivindicar temas relacionadas às questões políticas e educacionais, nas esferas nacionais, regionais e locais, estive envolvida diretamente com questões mais específicas, entre elas, destaco os movimentos sociais¹, compostos por homens, mulheres e jovens da classe trabalhadora.

Durante anos, estive diretamente envolvida com questões políticas e sociais de abrangência ampla, porém estas questões estavam concentradas em áreas urbanas, sobretudo, dentro de universidades públicas e privadas. Nesta inserção, observei as questões relacionadas à formação de identidades do povo brasileiro, vinculadas, em especial, aos aspectos de formação social, cultural, econômica e política.

As experiências acadêmicas e de envolvimento e participação efetiva nos movimentos sociais, proporcionaram o engajamento em discussões, grupos e comunidades de forma permanente. A militância, em diversas atividades, tornou-se um espaço de formação teórica e também política. Com clareza e coerência com os ideais, busquei inserção também profissional, com a realização de projetos de relevância social e cultural que se estenderam por diversas regiões do Brasil e, nos últimos quatro anos, mais especificamente, no Estado de Goiás.

Entre as experiências de projetos acumuladas, ressalto, em especial, a participação na Coordenação Técnica da Conferência Nacional Livre sobre a Saúde da Mulher, realizada em 2015, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, como etapa preparatória à realização da II

¹ Nesta parte introdutória, a pesquisadora apresenta sua breve trajetória que motiva a realização do estudo. Apenas nesta etapa inicial a escrita do texto é redigida em primeira pessoa do singular. Ao mencionar a participação nos movimentos sociais, refere portanto ao movimento estudantil com representações junto à Centros Acadêmicos, ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Goiás, à União Estadual dos Estudantes de Goiás e à União Nacional dos Estudantes; aos movimentos feministas com representações junto ao Centro Popular da Mulher de Goiás e à União Brasileira de Mulheres; aos movimentos sindicais junto à Central Única dos Trabalhadores do Brasil e à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; e ao movimento de juventude junto à União da Juventude Socialista no Brasil e a Organização Latino Caribenha de Estudantes.

Conferência Nacional de Saúde que se realizou no mesmo ano. Nessa oportunidade, ocorreram aproximadamente vinte representações de grupos de mulheres atuantes em organizações de movimentos sociais por todo o país e, na ocasião, conheci experiências sobre a realidade de mulheres indígenas, quilombolas, assentadas, ribeirinhas, pescadoras, que traziam suas reflexões e reivindicações acerca das suas condições de existência, em áreas rurais.

Desta maneira, este trabalho se propõe a vincular as experiências vivenciadas com os estudos, em busca de articular as atividades sociais com o campo de pesquisa e produção de conhecimento. Foi a partir dessas experiências e da vivência com famílias de origem rural, advindas do município de Orizona, em Goiás, e instigada pela realidade das mulheres assentadas no Brasil, que cheguei à elaboração deste estudo, intitulado *A resistência das mulheres na luta e pela permanência na terra: uma análise situacional no Assentamento Maria da Conceição (Orizona/GO)*.

Relacionar a trajetória pessoal com o tema da pesquisa se faz relevante, visto que evidencia o engajamento como mulher nos movimentos sociais e os resultados da pesquisa se apresentam como uma amostra de uma realidade local, síntese da totalidade da sociedade brasileira que, por sua vez, revela-se ainda restritiva aos direitos da mulher e das classes trabalhadoras. Essa relação possibilita um panorama geral de dados, conceitos, avanços e desafios sobre as questões das mulheres que vivem nos assentamentos rurais.

Mais do que possibilitar visibilidades às experiências de luta dessas mulheres que vivem no Assentamento Maria da Conceição, buscamos ouvir suas vozes com atenção para compreender suas realidades, suas conquistas, dificuldades e seus processos formativos que podem refletir em seus sonhos de autonomia econômica e social. Dessa maneira, o trabalho de pesquisa apresenta elementos e resultados que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas que sintetizem a realidade das mulheres rurais.

Essas mulheres rurais e assentadas são nosso foco neste estudo. Assim, elas são identificadas pela caracterização de gênero e também pelo local de vida e trabalho: o espaço rural ou o campo. São mulheres entendidas como sujeitos sociais com recorte de classe social, pois são mulheres que produzem a sua existência através de seu trabalho na terra e na agricultura familiar (HORA, 2015).

As representações dessas mulheres rurais no âmbito dos movimentos sociais, são definidas por diversos autores nas Ciências Sociais. Para Gohn (2000), os movimentos sociais são entendidos como:

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

Em nosso estudo, abrangemos os movimentos sociais mistos, compostos, portanto, pela presença de homens e mulheres. A presença dos homens nos movimentos sociais do campo assume uma configuração de movimento onde o patriarcado se mantém, é amplo e não apenas com a participação e questões específicas de mulheres. São processos que agregam a luta, a conquista e também a permanência na terra.

Como já definido, entendemos que esses movimentos possuem características próprias de organização, de ações e de conteúdo a serem construídos coletivamente a partir dos aspectos vivenciados pelos mesmos em seus ambientes de luta e resistência. A identidade criada pelo movimento possibilita um processo formativo que se consolida com a participação de todos a partir das experiências compartilhadas em grupo.

Ao analisarmos o Estatuto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento central no Brasil em defesa do direito à terra, percebemos que existe, no documento, itens organizativos que direcionam o trabalho de gênero a ser desenvolvido por seus integrantes (XIMENES, 2011).

Embora existam processos formativos característicos dos movimentos sociais de luta pela conquista da terra, construídos cotidianamente em vários territórios, percebemos, no Assentamento Maria da Conceição, um processo de formação constituído pelas demandas que são gerais quanto à conquista e à permanência na terra. No assentamento, há a ausência de uma concepção que esteja atenta às questões de gênero e direitos das mulheres inseridas na comunidade.

Sendo assim, analisar o trabalho e os processos formativos no campo, especialmente das mulheres, amplia possibilidades de negar e resistir às imposições que vêm ao encontro de interesses das camadas dominantes. Compreender essa realidade não pressupõe a negação da vida nas cidades, mas a necessidade de acesso à múltiplas formações

e profissões, que capacitem os sujeitos deslocados a buscar outras possibilidades de organização da vida e das relações humanas, sociais, econômicas, políticas e culturais de quem está na fronteira dos territórios urbanos e rurais (MARTINS, 2008).

Santos (2015b) afirma que é necessário perceber o campo como espaço de luta e suas complexidades. Espaço amplo e diversificado, em que várias são as nuances e grupos atuantes, com destaque aos assentados, quilombolas, pequenos proprietários, ribeirinhos, dentre outros que vivem no campo e que podem também não ter relação alguma com as lutas sociais e a luta pela terra.

Dessa maneira, vale ressaltar que, para empreender pesquisa sobre os processos formativos no campo, é importante considerar o conhecimento já produzido no modo de vida de quem nele vive, bem como a sua inserção ou não em movimentos sociais organizados. Não há contradição entre o domínio de conhecimento das ciências e seus métodos para com outras referências de saberes que são constituídos pelas práticas sociais nas relações cotidianas dos homens e mulheres do campo.

Com referência à educação do campo, Molina (2007) ressalta a importância em se considerar os aspectos educacionais básicos, os indicadores de desigualdades sociais a serem listados e as políticas que poderão ser desenvolvidas a partir destes, uma vez que o

[...] campo é território de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que aí vivem. A Educação do Campo é um conceito novo e em construção na última década. Sua novidade não se refere apenas à história recente que representa, mas principalmente ao protagonismo da luta educacional por sujeitos que nunca antes haviam ocupado este território: os trabalhadores rurais (MOLINA, 2007, p. 2).

A partir das definições expressas por Molina, buscamos estratégias para a compreensão dos processos formativos das mulheres rurais, que vivem no Assentamento Maria da Conceição, destacando as desigualdades sociais, ausências de infraestrutura básica e educação escolarizada, que poderiam promover mudanças efetivas na realidade das mulheres assentadas nesse local.

O campo evidencia um espaço de divisão sexual do trabalho. Enquanto homens executam atividades que exigem maior vigor, esforço físico e, de certo modo, perigo, as mulheres ficam com as atividades relativamente mais leves, vinculadas ao âmbito da casa, como o trato com a terra, as hortaliças e os animais. Elas se responsabilizam e compartilham a criação da prole e demais aspectos que permeiam o ambiente interno no lar.

A terra conquistada é onde os trabalhadores depositam a sua força produtiva, aqui entendida como trabalho. No campo, o trabalho efetuado serve a interesses de manutenção e sobrevivência na terra. Dificilmente essas comunidades que trabalham na agricultura familiar conseguem obter lucro. Nesse ambiente a terra não é vista como lucro ou mercadoria, mas como possibilidade de construção de vida e trabalho, como valor de uso².

Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelas mulheres, habitualmente não recebe o reconhecimento e/ou valor merecido, em algumas situações não é remunerado e nem sempre é visto como esforço.

A negação do olhar para as dimensões que caracterizam o modo de vida, as relações sociais, políticas, culturais e de trabalho, nos apontam questões excludentes quanto às populações do campo. Nas últimas décadas, o ambiente rural passou por construções de políticas públicas que visaram expandir os diálogos, evidenciar as complexidades e diferenças entre os sujeitos históricos que vivem nessas áreas no Brasil. Os enfrentamentos e diálogos com os movimentos sociais do campo permitiram desdobramentos quanto ao acesso à terra, à produção, à permanência e às tecnologias.

Da mesma forma, foram traçados objetivos para o alcance de direitos às mulheres rurais, com a necessidade de buscar a inclusão destas mulheres nas legislações institucionais, nas relações de trabalho, de produção e de autonomia, como condição de minimizar as desigualdades historicamente vivenciadas entre homens e mulheres, sobretudo no campo.

O conceito de autonomia é discutido por autores como Marx e Engels (2007) e Freire (2000). Ambos os autores refletem o tema, apresentando relevância teórica para a construção da emancipação humana. É através da autonomia que caminhos de buscas individuais e coletivas podem construir conhecimento.

Marx e Engels (2007), na obra *Ideologia Alemã*, afirmam que o conhecimento parte da realidade, ou seja, do que é concreto e presente na construção dos seres humanos. O conceito de autonomia desenvolve-se a partir da existência humana e da busca por saciar as

² Em seus textos “Crítica à Economia Política” e “O Capital”, Marx inicia sua análise pela **mercadoria**, já que “a riqueza da sociedade onde reina o modo de produção capitalista aparece como um ‘monstruoso acúmulo de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”. A primeira propriedade dessa forma liga-se a seu caráter de coisa: é objeto exterior, propício a satisfazer necessidades e carências humanas. A utilidade constitui o **valor de uso**, vinculando-se como tal às propriedades físicas do objeto. Desse modo, o valor de uso nada tem a ver de imediato com o trabalho humano que pode ter custado, nem com a relação social de produção, permanecendo, por isso, fora das preocupações da economia política. No entanto, qualquer que seja a forma social da riqueza, constituirá sempre seu conteúdo material. No caso particular do capitalismo, forma a base do valor de troca, segundo a propriedade elementar da mercadoria. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/valor-uso-x-valor-troca-relacao-as-mercadorias-marx.htm>> Acesso em 10.06.18.

suas necessidades. A fim de conseguir suprir as suas necessidades com base nas atividades econômicas, há a necessidade de tomadas de decisão e determinação e, portanto, a autonomia.

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, de Freire (2000), verificamos que é esse princípio de autonomia que deve nortear as ações da humanidade e, assim, compreender e refletir sobre as ações na prática. De acordo com o autor, isso significa assumir a possibilidade de construção de conhecimento a partir de um caráter crítico que direcione a própria história dos sujeitos. Nesse sentido, tratamos de um dos conceitos fundamentais para compreender os caminhos de verificar as condições de emancipação da humanidade, a partir da autonomia de pensamento e de um processo educacional entendido como inacabado.

Ao resgatar o conceito de autonomia, podemos contribuir e aplicar, em nosso estudo, o conceito juntamente com a realidade das mulheres rurais. Por autonomia das mulheres rurais, podemos entender como a possibilidade de produção e manutenção da vida vinculada à terra através do trabalho. A construção de uma autonomia econômica corrobora com a autonomia social como possibilidade de igualar homens e mulheres quanto às condições de sobrevivência e permanência no ambiente rural.

Entendemos que as discussões de gênero e dos direitos das mulheres quando inseridas no campo podem constituir um espaço educativo relevante para a formação delas, visando os seus processos de constituição de autonomia e emancipação. Nessa direção, Ribas e Antunes (2014, p. 102) afirmam que a compreensão dos movimentos sociais entendidos como espaços educativos podem contribuir para a alteração da vida camponesa e ajudar a “conformar um novo jeito de ser humano, um novo modo de vida no campo, uma nova compreensão da história”.

Judite Ximenes (2011), cuja pesquisa objetivou compreender o papel político da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Brasília e entorno, faz referência ao mapeamento de pesquisas existentes com recorte de gênero no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram treze os estudos levantados com relação a esse tema. Em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais³, a autora argumenta que

a realidade nos mostra que hoje a mulher ocupa os seus espaços na sociedade orientada por uma filosofia de engajamento próprio da mulher. Grande proporção de mulheres trabalha e muitas delas são a fonte principal para o sustento da família e continuam desempenhando suas atividades domésticas. Isso quer dizer que a mulher

³ Incluem toda a ciência que lida com o estudo do aspecto social do homem, como seu comportamento e seu desempenho como um indivíduo dentro da sociedade.

também desempenha várias jornadas de trabalho, além de ser um membro político da sua comunidade, com potencial para contribuir para enfrentamento e luta de qualquer necessidade do grupo onde ela está inserida (XIMENES, 2011, p. 21).

Analisar a relação da mulher com o trabalho no campo pode possibilitar a identificação de seu envolvimento - ou não - com os movimentos sociais organizados e a construção de uma consciência política pelo protagonismo. É importante elucidar a participação das mesmas no cotidiano da família, na educação dos filhos, na preocupação com a segurança alimentar, mas, também, na construção dos processos de autonomia e emancipação que a relação do trabalho executado traz para a própria vida. Esse fato vislumbra a concretude da ampliação da renda familiar, assim como promove o desenvolvimento de atividades junto à comunidade local.

Portanto, realizar discussões ligadas aos processos formativos advindos de práticas educativas institucionalizadas - realizadas no ambiente escolar - e não institucionalizadas no contexto desta pesquisa, compreende a educação rural ligada ao “ser humano e à produção de sua existência” (MARTINS, 2008, p. 13). Nesse sentido, estabelecemos os questionamentos que orientaram a nossa pesquisa: no Assentamento⁴ Maria da Conceição no município de Orizona, Estado de Goiás, existem grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em torno da agricultura familiar? Nesse assentamento, como se dá a inserção da mulher nas relações de trabalho no âmbito público e privado? Existem espaços de formação da mulher do campo, que têm como pauta de discussão as questões de gênero, direitos das mulheres, autonomia e emancipação?

Nosso trabalho tem a pretensão de compreender o campo como espaço de vida e trabalho e isso implica discutir os processos educacionais e formativos como requisitos para o seu desenvolvimento. A educação para os sujeitos que vivem em áreas rurais, em nosso estudo, não é investigada apenas sobre os aspectos vinculados à educação escolarizada. Ela é, sobretudo, vinculada à possibilidade de autonomia das mulheres como protagonistas de sua própria realidade, tendo em vista ampliar a formação de pessoas que possam entender e contestar as práticas socioeconômicas, culturais e políticas do sistema capitalista.

Nesse contexto, objetivamos identificar e analisar espaços formativos para a mulher do campo no Assentamento Maria da Conceição, que tenham como tema discussões voltadas para a questão de gênero e direitos da mulher, de maneira a (re)significar a sua inserção nas relações de trabalho existentes no campo.

⁴ Ver definição no desenvolvimento do Capítulo III.

Desse modo, a nossa metodologia de pesquisa optou pelo mapeamento, observação, entrevistas e fotografias com as mulheres do Assentamento Maria da Conceição, identificando os grupos de trabalhadoras rurais que se organizam em torno da agricultura familiar e dando testemunhos visuais de suas condições sociais por meio das imagens. Buscamos identificar, também, as possibilidades de formação da mulher do campo, destacando a relevância dessa formação como estratégia para a organização do processo de construção de autonomia e emancipação da mulher.

Nessa perspectiva, apresentamos nossas considerações a partir das concepções epistemológicas do materialismo histórico-dialético, o que implica assumir a realidade dos sujeitos da pesquisa como concreta, síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade (MARX, 2011). A análise da realidade concreta e a crítica desta se pautaram na “busca histórico-social dos pressupostos (como se formou), na explicitação da processualidade do ser em si mesmo (como se desenvolve) e na exposição dos limites e possibilidades de transformação do real (como ir radicalmente adiante)” (NETO; LIMA; TONET, 2009, p. 170).

Portanto, a escolha da perspectiva epistemológica se deu pela possibilidade de percepção dos fatos a serem analisados por meio de uma complexidade histórica e em cada tempo histórico com vistas à possibilidade concreta de alteração dessa realidade das mulheres sujeitos da pesquisa. Para a construção teórica do nosso trabalho, realizamos a revisão de literatura com base em publicações de livros, artigos, teses e dissertações que constituíram um banco de dados sobre as pesquisas relacionadas ao nosso estudo.

Quanto às fontes secundárias, salientamos que houve dificuldade para construção do histórico do Assentamento Maria da Conceição, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e também à Prefeitura de Orizona. Apesar da criação do Assentamento ser datada do ano de 2010, percebemos um *déficit* de documentos que regularizaram a sua implantação no município. Sobre o histórico da cidade de Orizona, poucas são as publicações que trazem à tona a sua constituição histórica. A maioria dos textos encontrados traz dados sobre a produção agropecuária do município, mas pouco contextualiza os elementos que formaram a cidade e os sujeitos sociais envolvidos, principalmente trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar.

Por meio deste trabalho, pretendemos apontar indicadores de fortalecimento desses espaços formativos e analisar seus processos no sentido de contribuir para a

emancipação das mulheres nas comunidades em que vivem. Mulheres que, por sua vez, estão inseridas num cenário maior, a sociedade capitalista.

Entender como a consciência política impacta a tomada de decisão da mulher do campo em sua própria vida e em sua casa é relevante visto que, historicamente, a ausência de remuneração colocou a mulher em posições de subordinação e a levou a procurar trabalho em ambiente externo, condicionando-as às jornadas duplas com baixa remuneração e quase sempre as levando à invisibilidade profissional e socialmente.

Diante das dificuldades educacionais, como o analfabetismo ou a baixa escolaridade, atrelada ao desconhecimento de direitos e inexistência de políticas públicas, é necessário investigar como se dão os processos formativos para essas mulheres no Assentamento Maria da Conceição, quais as metodologias empregadas e como as discussões de gênero, pauta presente na organização de movimentos sociais, impactam a vida delas, da família e da comunidade. Acreditamos que nosso estudo pode possibilitar a percepção e compreensão dos direitos conquistados e a efetividade das ações por meio da autonomia social e econômica das mulheres que vivem em áreas rurais.

Estruturamos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, apresentamos a trajetória da luta pela terra no Brasil, com ênfase à contextualização histórica do tema da Reforma Agrária e das relações de gênero nos ambientes rurais. No segundo, fizemos um breve histórico sobre as condições de vida das mulheres que se desenvolveram em função da ascensão da burguesia no sistema capitalista, percebendo estas protagonistas como as principais marginalizadas nesta narrativa. Trouxemos elementos que constituíram a trajetória de emancipação das mulheres a partir da década de 1960 no mundo e no Brasil, a interação e inserção delas no mercado de trabalho, com atenção às alterações educacionais e escolarizadas com as lutas e as participações de mulheres em movimentos sociais, o que acarretou em algumas contribuições para a vida delas nos ambientes urbano e rural.

No terceiro capítulo, nos ocupamos da pesquisa de campo e seus resultados. Buscamos identificar as mulheres, o grau de escolaridade, as atividades cotidianas e econômicas em que estão inseridas, a identificação dos espaços de construção dos processos formativos delas no interior do Assentamento e sua participação social nos momentos de construção coletiva. Buscamos, ainda, identificar as interações políticas que ocorrem ou não nos assentamentos e se elas estão inseridas nessas interações, de modo a perceber o envolvimento delas na comunidade em sua totalidade.

Nas Considerações Finais, buscamos responder às questões desta pesquisa e analisar o impacto do histórico de luta e das atividades realizadas pelas mulheres atualmente no Assentamento, com vistas a compreender os processos formativos que são estabelecidos a partir de reuniões, enfrentamentos, participações na luta, conquista e permanência na terra.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LUTA PELA TERRA NO BRASIL, GÊNERO E REFORMA AGRÁRIA

Este capítulo concentra breves considerações sobre a discussão do processo de luta pela terra no Brasil, desencadeado historicamente por latifundiários e agricultores. Neste sentido, buscamos entender como os temas de gênero e Reforma Agrária fundamentam a pesquisa, a fim de compreender sobre as alterações ocorridas no cenário econômico e político na vida das populações camponesas, principalmente das mulheres rurais.

1.1 A luta pela terra no Brasil

A luta pela terra no Brasil ocorre desde o período da colonização do país, há mais de cinco séculos. É historicamente reconhecida como uma ação de resistência de quem vive e trabalha no campo. São recorrentes os episódios de luta para a entrada e permanência na terra durante a história do Brasil. Esse modelo é a representação das relações de poder e dominação no nosso país, o que trouxe, conseqüentemente, episódios de violência e ocupação de várias terras e se constituiu como um dos principais problemas no Brasil: a questão agrária.

Fernandes (1998) esclarece que, no século XX, a luta pela Reforma Agrária possuía a seguinte configuração:

[...] a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada (FERNANDES, 1998, p. 2).

O tema da Reforma Agrária⁵ é recente se comparado à formação dos latifúndios no Brasil. Esta tomou grandes proporções a partir da década de 1950, com a ascensão e organização dos movimentos sociais no campo, com ênfase à participação das “Ligas Camponesas” (STEDILE, 2006) que se constituíam como um importante movimento social neste período.

Há uma diferença entre a luta pela terra e a luta em defesa da Reforma Agrária. A primeira acompanha a história do Brasil, com ou sem projetos de Reforma Agrária, tendo sido criada desde a colonização, com a privatização de grandes porções de terras, a constituição

⁵ Conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (BRASIL, 1964).

dos latifúndios e a resistência de trabalhadores e trabalhadoras. A segunda ocorre recentemente com a organização de movimentos sociais e com a participação de instituições da sociedade. Portanto, esses dois conceitos interagem, mas são independentes.

A primeira proposta de projeto de Reforma Agrária no Brasil ocorre na década de 1960 e foi denominada de Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), tendo sido sancionado no período da ditadura militar, a partir de discussões e debates, porém com alterações no texto com modificações que retiravam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Entretanto tal projeto nunca foi implantado. Sobre Reforma Agrária e a luta pela terra, Fernandes (1998) afirma que

A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária. Essa distinção nos ajuda a compreender que ainda não foi implantado um projeto de reforma agrária no Brasil, como o governo federal defende, mas está acontecendo uma intensificação da luta pela terra, por meio do crescimento das ocupações massivas, realizadas por diversos movimentos sociais, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (FERNANDES, 1998, p. 3).

Houve um aumento em relação ao número de ocupações, acampamentos e, conseqüentemente, de assentamentos nos últimos anos no país. O Governo Federal concedeu o direito de posse da terra para muitos camponeses e camponesas como resultado das movimentações e ocupações em todo o território nacional. Sem a constante ação e atuação dos movimentos sociais não haveria, em tese, a garantia desses direitos.

Os episódios de luta pela terra nos mais de 500 anos de Brasil se deram contra a exploração e expulsão de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas, negros e negras, escravos e escravas, imigrantes, entre aldeias, quilombos e outros. Por um lado, há a propriedade e proprietários, por outro, há a resistência de trabalhadores e trabalhadoras que lutaram e lutam por direito à terra e nela depositam sua força de trabalho para realização da sua produção. Nessa perspectiva, consideramos que

[...] para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte. Dessa forma, os camponeses sem-terra formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis. Territórios indígenas, terras de camponeses - posseiros invadidas por grileiros. A migração como sobrevivência e resistência, procurando se distanciar da cerca e do cerco do latifúndio. Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o

massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente a resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária (FERNANDES, 1998, p. 3).

Nesse processo de enfrentamento, muitos camponeses e camponesas migraram e continuaram sua busca pela terra. Estiveram lutando contra o latifúndio e, assim, seus filhos e filhas, netos e netas acompanharam nessa busca, formando uma categoria social que se chamaria mais tarde de Sem-Terra (FERNANDES, 1998).

Na luta contra o latifúndio e contra o cerceamento dos territórios, os camponeses e camponesas estabeleceram sua resistência e constituíram um movimento social que não estava submetido a essa hierarquia. Destacamos a Guerra de Canudos, no sertão baiano sob a liderança de Antônio Vicente Mendes Maciel, ou, simplesmente, Antônio Conselheiro. Para contextualizar o período, o autor diz que:

Na Bahia, camponeses sem-terra terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos. Era um movimento social messiânico que não se submeteu à ordem coronelista e latifundiária. E, por essa razão, foi declarado inimigo de guerra. Assim, começou a guerra contra os camponeses. Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (FERNANDES, 1998, p. 4).

Com o agravamento causado pela atuação e defesa dos sertanejos e sertanejas do movimento em Canudos, houve a presença de policiamento e expedições militares do Exército brasileiro para atacar aproximadamente dez mil camponeses e camponesas. Quase todas essas pessoas foram covardemente assassinadas. Quem defendia o direito à terra foi massacrado e, assim, houve a vitória dos coronéis que faziam parte do governo e representavam o projeto de poder que era de interesse das classes dominantes.

A guerra política era conduzida por homens e mulheres latifundiários e militares, em nome da moral da ordem e da república. Aos movimentos populares, coube a construção de uma forte oposição a esse modelo que repreendia o direito dos pobres que vivem no campo. Quanto maior o embate, mais a revolta se ampliava e outras formas de resistência eram criadas. O Cangaço, por exemplo, foi um tipo de organização que atacava vilas e fazendas, se vingando das famílias de fazendeiros e fazendeiras, de forma a devolver sua indignação por meio de saques. “Eram consequências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram

uma importante força política que desafiava e contestava a ordem instituída” (FERNANDES, 1998, p. 4).

A resistência existente na luta pela terra e pela Reforma Agrária no século XX foi organizada através das Ligas Camponesas, associações e sindicatos com a presença de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Institucionalmente, a Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁶, também se fizeram presentes nesse processo político em lados opostos.

As Ligas Camponesas surgiram no Brasil na década de 40, associadas às lutas de recusa ao assalariamento. As Ligas possuíam o apoio político do PCdoB. Em 1947, o Governo Vargas decretou a ilegalidade do Partido e empreendeu grande repressão às Ligas e aos movimentos sociais. Ainda naquele ano, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com o objetivo de alcançar uma aliança operária no campo e, por isso, foram realizados encontros para a promoção de uma consciência ampla sobre a necessidade da luta e do estabelecimento de uma reforma agrária nacional (FERNANDES, 1998).

De maneira radical, os camponeses iniciaram as ocupações de terras e, assim, o tema estava colocado nacionalmente, mesmo com entraves de disputas de representação no interior da organização ULTAB por grupos do PCdoB e da Igreja Católica, que, por sua ordem, se dividiam em dois grupos: uma disputa ideológica mais conservadora por um lado, e, uma mais progressista por outro (FERNANDES, 1998).

Ao Nordeste do país, nos Estados do Rio Grande do Norte e em Pernambuco, foram criados serviços de Orientação Rural. Ao Sul, no Rio Grande do Sul, foi criada a Frente Agrária Gaúcha. A ação católica progressista, liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, formava um movimento que priorizava a Educação de Base com o objetivo de alfabetizar os camponeses e formar politicamente todos eles (FERNANDES, 1998).

Na década de 1950, no Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Em 1962, após a realização de ocupações em formas de acampamento em várias terras gaúchas, o movimento recebeu o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro

⁶ Partido político brasileiro de extrema esquerda, definido como um partido de militantes e quadros revolucionários que se formam na luta de classes, na organização do proletariado e no estudo teórico das obras de Karl Marx e Friedrich Engels.

(PTB) e do então governador, Leonel Brizola⁷. Esse cenário sofreu alterações em 1964 com a instalação da ditadura civil militar⁸ no país e, assim, houve repressão aos movimentos constituídos. Em Goiás, na porção norte do Estado, como consequência da construção da Transbrasiliana⁹ e do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras foram valorizadas. As terras devolutas ocupadas por posseiros¹⁰ passaram a ser griladas por fazendeiros e o processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Os camponeses e camponesas resistiram e as lutas multiplicaram-se pelo Estado durante anos até serem dizimadas pela ditadura civil militar (FERNANDES, 1998).

Os projetos alavancados com a ditadura no Brasil aumentaram a desigualdade social e ampliaram a concentração fundiária e de renda. Com a modernização da agricultura, a concentração de terras em latifúndios e com a mecanização para aumentar a produção, houve a expropriação de trabalhadores e trabalhadoras que não possuíam condições de acesso para a manutenção da produção nessas condições impostas pelo avanço do capitalismo. Esses fatores contribuíram para que houvesse também o aumento do êxodo rural¹¹, deslocando os conflitos para as cidades.

O aumento das mobilizações no campo trouxe conflitos permanentes com a militarização instaurada pela ditadura para tentar controlar o *problema*. No início da década de 1960, são criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se organizam nos estados brasileiros. As CEBs se constituíam em espaços nos quais os trabalhadores e trabalhadoras conseguiam se organizar e lutar por seus direitos, à luz da socialização e da politização

⁷ Considerado o herdeiro político de Getúlio Vargas e de João Goulart, dois ex-presidentes do Brasil, Leonel de Moura Brizola foi um dos mais destacados líderes nacionalistas do país. Ele também foi ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

⁸ O Golpe Militar de 1964 – também chamado de Revolução de 1964 pela historiografia oficial/direitista – foi deflagrado na noite do dia 31 de março, marcando a deposição do presidente João Goulart, que foi eleito democraticamente. O golpe contra um governo legalmente constituído marcou o início da ditadura militar no Brasil, que duraria até 1984. Entre as principais justificativas para o golpe estava uma possível ameaça comunista. A atividade militar foi apoiada por uma coligação formada por empresários, latifundiários e empresas de capital estrangeiro - notadamente as ligadas ao setor automobilístico. A Igreja Católica também teve papel fundamental no apoio ao golpe, por ser contra as diretrizes comunistas. A designação civil militar resulta de uma junção do extrato militar com os setores empresariais civis.

⁹ A BR-153, também conhecida pelos nomes de Rodovia Transbrasiliana, Rodovia Belém-Brasília e Rodovia Bernardo Sayão, é a quarta maior rodovia do Brasil, ligando a cidade de Marabá (PA) ao município de Aceguá (RS), totalizando 4.355 quilômetros de extensão.

¹⁰ Posseiro é o trabalhador rural que tem a posse da terra (trabalha nela e dela retira seu sustento há mais de dez anos), mas não possui o documento legal de propriedade da terra. Grileiro é a pessoa que se apropria ilegalmente de terras e apresenta título falsificado de propriedade.

¹¹ Deslocamento de pessoas da zona rural (campo) para a zona urbana (cidades).

ensinadas pela Teologia da Libertação¹². Esse cenário permeou a criação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) pela Igreja Católica para um trabalho junto às comunidades nas periferias das cidades e no campo (FERNANDES, 1998).

Com o advento da modernização agrícola, ocorreram inúmeras transformações: a forte repressão no campo, visto a contextualização da ditadura no Brasil, a expropriação de terras em função da expansão do desenvolvimento da agropecuária, entre outros. Estes foram elementos que influenciaram diretamente na criação de um amplo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo em torno de um projeto. Nesse cenário, emergia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Foi no dia 7 de setembro de 1979 que

[...] 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia. No início da década de oitenta, as experiências com ocupações de terra nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A construção do Movimento se constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Aprendendo com história da formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam. O MST leva na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária são antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo nessa história que completa 500 anos (FERNANDES, 1998, p. 9).

As lutas acumuladas para a formação do MST construíram caminhos para a sua organização e expansão para todo o País. Em 1985, aconteceu o Primeiro Congresso do Movimento, em Curitiba, e, com relevância, a discussão sobre a retomada da democracia como mecanismo de ampliar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Como resultado de ampla discussão, foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária à sociedade brasileira.

Enquanto o MST se articulava e se expandia, era criada em contraposição, a União Democrática Ruralista (UDR) por parte dos grupos de latifundiários, com o objetivo de defender os interesses dos latifundiários quanto à posse da terra. Foi exatamente essa

¹² Membros da Igreja que eram adeptos às concepções do marxismo e que organizaram na América Latina, a Teologia da Libertação a partir deste encontro. (VERITATIS SPLENDOR, 2008).

organização, que, em 1988, inviabilizou a construção de uma proposta de Reforma Agrária no processo de Assembleia Constituinte, que poderia sanar a questão agrária no Brasil (FERNANDES, 1998).

A continuidade dos trabalhos do Movimento que se constituía no campo e suas temáticas presentes nas discussões no meio urbano resultaram na ocupação de terras como possibilidade de conquista de territórios, desencadeada nas mais diversas regiões do território nacional. Tais ocupações expressavam estratégia de mobilização, que questionava a estrutura fundiária brasileira, tendo em vista dar maior visibilidade às questões características da e na luta pela Reforma Agrária. Em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Melo¹³, a Reforma Agrária perde força no interior do Congresso Nacional, alinhado ao presidente eleito, representante e defensor dos direitos dos latifundiários nacionais (FERNANDES, 1998).

O Governo Collor colocou em movimento uma forte repressão, em esfera jurídica, ao realizar grande número de prisões de camponeses e camponesas e de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Cada ação organizada pelo governo trazia uma resposta de articulação e reinvenção nas formas de ousar e fazer política com foco no olhar sobre os sujeitos do campo. Assim, a organização do Movimento procurou ampliar suas formas de representação para fortalecer as suas reivindicações em âmbito geral e, desse modo, desdobrou na criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que buscava apoio social no país para as demandas da luta em defesa da reforma agrária. Em resposta ao Movimento dos Sem Terra, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apresentava, ainda no ano de 1992,

[...] o relatório de uma pesquisa nacional a respeito da realidade econômica dos assentamentos, em que demonstrava a sustentabilidade das experiências dos assentados na consolidação da agricultura camponesa. A luta pela reforma agrária tinha uma nova amplitude: construir um outro modelo de desenvolvimento para a agropecuária (FERNANDES, 1998, p. 10).

Até então a estrutura do desenvolvimento da agropecuária e do campo estava respaldada pela modernização da agricultura, em vista das demandas da expansão capitalista. Em decorrência do Relatório da FAO, iniciaram discussões para desenvolver um modelo aplicável de agricultura familiar para o Brasil, tendo início um tímido processo de

¹³ Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura civil militar, em 1990. Teve um governo curto, com escândalos de corrupção, tanto que no dia 02 de outubro de 1992 foi aberto um processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Afastou-se do cargo várias vezes e quem assumiu, nesses períodos, foi o vice-presidente Itamar Franco.

territorialização e estabelecimento de assentamentos rurais no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995.

Com o avanço das políticas neoliberais, aumentaram os problemas e conflitos fundiários e, como resultado, cresceram os índices de assassinatos e violência no campo. Alguns dados foram levantados por organizações e institutos diversos e estes, evidenciam números crescentes nos últimos anos, como observamos abaixo:

Segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, nos 20 anos da ditadura militar (1964 -1984), foram assassinados 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No período governo FHC -1994 - 1997, esse número foi 43 pessoas assassinadas por ano. Número maior que do período da ditadura (FERNANDES, 1998, p. 10).

De acordo com o relatório lançado pela Comissão Pastoral da Terra¹⁴ em 17 de abril de 2017, com dados recentes de 2015 e 2016, verifica-se 50 e 61 assassinatos por ano, respectivamente (Tabela 1). Destes, 13 foram de indígenas, 4 de quilombolas e 16 jovens, entre estes, 6 de mulheres. A partir dos dados analisados, nos últimos vinte e cinco anos, o ano de 2016 só esteve abaixo do maior índice de assassinatos de 2003, quando foram registrados 73 assassinatos e também possui em sua contextualização os conflitos existentes após o golpe de 2016, com o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (CPT, 2017). Cabe destacar que da mesma forma em que cresce a violência no campo, cresce também a impunidade das pessoas que cometem tais crimes.

Tabela 1 – Dados da Violência no Campo (2015-2016)

VIOLÊNCIA	ANO		
	2015	2016	Crescimento da violência em %
Assassinatos	50	61	22
Tentativas de assassinatos	59	74	25
Ameaças de morte	144	200	39
Agredidos	187	571	206

¹⁴ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e para ser um suporte na sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico (CPT, 2010).

Presos	80	228	185
--------	----	-----	-----

Fonte: CPT (2016; 2017) – Elaboração da Autora.

Diante desse contexto, o MST tem atuado conjuntamente com outros movimentos de camponeses e camponesas no Brasil, com o intuito de romper com as estruturas históricas de poder construídas desde o início da colonização no país. Ressaltamos que as lutas travadas são constantes, mas ainda não foram suficientes para suprimir os conflitos e contradições da questão agrária, da questão econômica e da questão social que tem se agravado nas últimas décadas. Os desafios centrais lançados relacionam-se às questões sobre como a sociedade se posiciona sobre o projeto de Reforma Agrária, ao estabelecimento de como este projeto deve ser construído e quais as questões mais prementes que envolvem a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo contra o poder dos latifundiários, respaldados pelo poder judiciário do País.

As ações do MST nos últimos anos resultaram na criação de áreas de assentamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais em terras públicas ou privadas. Esses assentamentos apenas minimizam a necessidade mais ampla de Reforma Agrária no território brasileiro, visto que não atendem toda a demanda de trabalhadores que não possuem terras. É importante apontar que os assentamentos não possuem equivalência de Reforma Agrária, pois não afetam a estrutura da propriedade da terra. Contudo devem ser entendidos como resultado concreto das lutas empreendidas nos últimos anos por posse de pequenas propriedades com absorção de parcela dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Em alguns casos, as políticas públicas e os programas criados em âmbito nacional, apresentam aos latifundiários uma supervalorização das desapropriações de áreas que se encontravam ociosas e improdutivas (FERNANDES, 2000). Alentejano (1997) argumenta que os assentamentos representam uma

[...] possibilidade de criação de novas formas de organização da agricultura familiar, tais como cooperativas de comercialização, organização coletiva do trabalho agrícola, mutirões de construção de infraestrutura e, principalmente pelo significado político que tem a constituição dos assentamentos, pois significam o embrião de um possível e amplo processo de reforma agrária, visto que apresentam uma experiência prévia (ALENTEJANO, 1997, p. 26).

Fernandes (1999, p. 293), por sua vez, afirma que, antes da conquista da terra e da constituição dos Assentamentos, é preciso considerar e apreender as experiências acumuladas no período de estabelecimento dos acampamentos, que constituem “espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos

organizacionais do movimento”, que devem e precisam ser aplicados no processo de organização dos assentamentos.

Portanto, é possível entender que os assentamentos são espaços conquistados e isso significa que a luta pela terra é apenas uma parte do processo e, dessa maneira, a luta deve ganhar força e observar que a obtenção da terra não é o fim da luta e sim, o ponto de partida. Lembramos que o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras aos meios de produção, a terra, apresenta-se como possibilidade da união coletiva de todos e todas para questionar o sistema vigente. Apresenta-se portanto, como o ponto de partida contra o capitalismo, as desigualdades sociais, a acumulação de capital, a exploração de uma parcela da população entre outros.

Nesse sentido, podemos constatar que, com a inexistência de uma Reforma Agrária no Brasil, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra, podendo ser consideradas medidas paliativas para a não construção de uma ampla reforma no meio rural. Entretanto, reafirmamos que os assentamentos são, até agora, o modelo que os latifundiários *permitiram* estabelecer ao lado de suas grandes propriedades e é nesse modelo que os trabalhadores conseguiram, até então, sobreviver a partir da obtenção do seu lote, mesmo com déficits ainda quanto a créditos, financiamentos e assistência em geral para a ampliação da produção.

Nas últimas três décadas, mais de trezentos assentamentos de reforma agrária foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA) no Estado de Goiás, abrangendo uma área territorial de 706.477 hectares¹⁵ de setenta e oito municípios, sendo atendidas/beneficiadas 13.218 famílias.

Aproximadamente 75% dos assentamentos criados em Goiás estão concentrados nas regiões Norte, Oeste e Noroeste do estado. As regiões Norte e Oeste sozinhas, respondem por quase 78% de todas as famílias beneficiadas pela reforma agrária em Goiás. Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste de Goiás concentram apenas 2,5% do total de assentamentos criados nos últimos 30 anos pelo INCRA/MDA (BRASIL, 2015) no Estado. Essa substancial diferença constituiu um dos motivos pelos quais decidimos concentrar os

¹⁵ Um hectare (conhecido também como hectômetro/hectómetro quadrado [hm²]), representado pelo símbolo ha, [1] é uma unidade de medida de área equivalente a 10.000 (dez mil) metros quadrados.

nossos esforços para a realização desta pesquisa no município de Orizona, que situa-se na região Sudeste do Estado.

Com inúmeras produções agrícolas nas terras férteis do Sudeste do Estado de Goiás, apenas sete assentamentos foram criados nessa região e beneficiaram 176 famílias. Estes estão localizados nos municípios de Goiandira (Assentamento Madre Tereza), Ipameri (Assentamentos Pequena Vanessa e Olga Benário), Silvânia (Assentamentos Buriti, São Sebastião e João de Deus) e Orizona (Assentamento Maria da Conceição), que constitui a base do nosso estudo.

Estivemos instigadas em realizar a pesquisa, visto que poucos são os documentos e publicações existentes que trazem à tona discussões sobre a criação dos Assentamentos nessa região. Ressaltamos que, curiosamente, os nomes dos Assentamentos, trazem, em sua maioria, nomes de mulheres. Buscamos compreender, em nosso estudo, qual a relação do nome do Assentamento, com os processos de luta e conquista da terra, e, sobretudo, buscamos enfatizar qual é, efetivamente, a participação e a contribuição das mulheres rurais neste processo.

1.2 Gênero e Reforma Agrária

As particularidades sobre os assentamentos rurais no Brasil criados por políticas públicas/Estado vêm sendo estudadas e analisadas recentemente e difundidas através da publicação de trabalhos acadêmicos sobre o tema. A partir desses estudos, que reúnem dados qualitativos e também quantitativos, tem sido possível problematizar as relações econômicas e sociais existentes nesses espaços e, entre elas, as relações de gênero que possuem lugar de destaque em nosso entendimento.

São muitos os temas que demandam discussões e reflexões e, em nosso caso, tentamos esboçar um panorama geral dessas relações, considerando as contribuições dos estudos recentes de pesquisadoras sobre o tema e de publicações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário em âmbito federal, inativado a partir do Governo Temer em setembro de 2016. Nessa direção, observamos os assentamentos como espaços conquistados a partir das demandas levantadas pelos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras em busca do direito à terra. Nesses espaços, ocupados por homens e mulheres, as relações de gênero,

muitas vezes, são pouco evidenciadas nas discussões cotidianas, mas são notoriamente destacáveis quando da presença de mulheres como lideranças (MEDEIROS, 2008).

Entendemos por gênero, uma categoria de análise que percebe o gênero para além dos determinismos biológicos entre homens e mulheres, com as devidas contribuições e construções a partir do que é social. É nas relações sociais que as desigualdades de gênero são construídas. É em uma busca de legitimidade para as pesquisas feministas que o termo é constituído nos anos 1980 (SCOTT, 1990).

Ao analisar as atuações políticas dos assentados e assentadas em eventos como marchas e ocupações, fica evidenciado, em alguns estudos, a diferença do lugar ocupado pelas mulheres. Por exemplo, “em algumas circunstâncias vão a frente, como uma espécie de símbolo das famílias, em outros ficam em casa para cuidar das crianças enquanto os homens assumem as iniciativas de comando, impulsionados e avalizados pela família” (MEDEIROS, 2008, p. 10). Esta afirmação evidencia a divisão de papéis que se estruturam sobre uma compreensão quanto ao espaço das mulheres na sociedade: mães e cuidadoras nas famílias.

As mobilizações existentes que deram origem aos assentamentos proporcionaram várias mudanças quanto à estabilidade das famílias e diversos temas passaram a compor os momentos de debate em relação à pluralidade de questões como educação, crédito/financiamento, saúde e gênero. Entre os temas apresentados por demandas de mulheres, destacamos as dificuldades de titulação das terras nos assentamentos, por exemplo.

São inúmeras as necessidades de reconhecimento e de inclusão das mulheres nas relações produtivas no meio rural. Nesse sentido, as atividades reivindicatórias existentes nos anos 1980, bem como a luta das mulheres por direitos e reconhecimento no espaço público, contribuíram para a chegada, anos depois, em 2014, de ações que pudessem ampliar a visibilidade das mulheres inseridas na agricultura familiar, após várias articulações e movimentações resultados de congressos, lutas sindicais e de conferências de políticas públicas para as mulheres. Foram instituídas políticas públicas voltadas para ampliação da autonomia das mulheres rurais, possibilitando a garantia de direitos econômicos, através da participação de 50% de mulheres como beneficiárias da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública no país e também à destinação de 30% dos recursos públicos da agricultura familiar para projetos destinados para as produções das mulheres rurais (BRASIL, 2015).

Apesar de alguns avanços nas políticas públicas, percebemos em nosso estudo, que as condições de permanência na terra são difíceis e que nem todas as mulheres estão conscientes destes direitos conquistados.

Após a conquista da terra nos assentamentos, as relações, antes constituídas em um movimento coletivo, se tornam mais individuais para a produção e a sobrevivência naqueles espaços. Os estudos realizados por Anjos e Brumer (2008, p. 189) trazem relatos de experiências em campo e sobre essas relações. Por exemplo, para elas, “quando eles chegam nos assentamentos, o individualismo toma conta, cada um fica no seu lote, na sua casinha, com os seus bichinhos e a coisa se desmantela”. Por outro lado, com o engajamento acumulado no movimento, sujeitos políticos se emancipam em relação à possibilidade de obtenção de outros direitos. Vejamos o seguinte fragmento de uma entrevista realizada pelas autoras: “nós temos direitos e não sabíamos onde procurar [...] Acesso à seguridade social, a créditos, à titulação da terra, as melhores condições de acesso a cuidados médicos, tudo reposiciona a gente” (ANJOS e BRUMER, 2008, p. 189). Ao considerar tal reconhecimento, Medeiros (2008) afirma que

a percepção da condição de subordinação não é decorrência imediata da participação na luta, mas em especial da forma como essa participação se dá. Nesse sentido, torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação. Como a observação do processo de constituição dos movimentos sociais nos indica, não há nada de miraculoso nisso. Trata-se de um trabalho cotidiano de ressocialização (de homens e mulheres), que nem sempre tem continuidade (MEDEIROS, 2008, p. 9).

Sobre o lugar da mulher na sociedade e nos assentamentos, percebemos que as concepções sobre os espaços em que ela está inserida se representam em funções públicas, privadas e também no lar. Independentemente do espaço, existe a reprodução da submissão dos papéis a elas atribuídos historicamente.

A formação de uma articulação das mulheres a partir da participação em movimentos sociais apresenta uma perspectiva de luta diante desses impasses, porém de forma lenta, visto que tomam proporções maiores nas lutas mais amplas, como na luta pelo direito à terra como fundamental, por exemplo. São muitos os desafios lançados nessa realidade, pois,

certamente, mulheres com filhos de idade mais elevada, capazes de assumir tarefas na casa e/ou no lote, ou mesmo com filhos que já saíram de casa, têm maior possibilidade de assumir diferentes níveis de participação política do que mulheres jovens, com filhos pequenos, que exigem maior cuidado. É neste caso que a questão de gênero possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a

própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico e a naturalização do papel da mulher como aquela que é a responsável maior pela criação dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com uma certa rigidez de horários, como dar banho, lavar roupas, preparar alimentação e outras tarefas. Nesse contexto coloca-se a demanda, cada vez mais constante, por creches e escolas infantis nos assentamentos, na medida em que há um reordenamento da lógica familiar que faz com que muitas vezes mães, sogras e irmãs ou parentes mais próximos não vivam perto e, assim, não possam dividir as tarefas cotidianas no cuidado das crianças (MEDEIROS, 2008, p. 11).

O processo de transformação dessa concepção, vista muitas vezes como *natural*, é lento e a presença em movimentos e organizações sociais podem ocupar papel central para a alteração de muitos desses comportamentos. Nos assentamentos, bem como em outros espaços, a organização do trabalho está centrada no papel do homem como *chefe* de família e, portanto, responsável pela propriedade e pela família. É o homem que toma as decisões no lar, na produção, em relação ao comércio do que é produzido, à renda etc.

Geralmente, são os homens que possuem as tarefas de coordenação dos trabalhos desenvolvidos no lote, quando da participação da família. São eles que definem o período e a responsabilidade por tarefas como plantio, colheita, planejamento, trato dos animais, contatos bancários, acesso a créditos, extensão técnica para a produção, a atuação nas cooperativas, entre outros. Essas atribuições entendidas como naturais dos homens, os posicionam e reafirmam sua centralidade no interior da família (MEDEIROS, 2008).

Com o aumento da produção e de alterações nas dinâmicas de funcionamento das famílias no ambiente rural e, em especial, nos assentamentos, muitas mulheres têm ocupado papel mais efetivo na tomada de decisão sobre a realidade do lar e da propriedade, visto que alguns mecanismos de crédito, máquinas e insumos possibilitaram que, dependendo do que se produz, seja reduzida a necessidade de mão-de-obra masculina e externa. Todavia, na ampla maioria dos contextos locais,

[...] a capacidade de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção. Assinalamos, inclusive, que um discurso que pode estar escamoteando esta diferença é a declaração recorrente de que “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, “ambos discutem”. Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. O termo “ambos” aparecem nesse sentido, como uma primeira sinalização de mudança no comportamento masculino, que agora admite uma parceria, mas o que não constitui uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas historicamente (MEDEIROS, 2008, p. 14).

Nesse sentido, as práticas nos assentamentos podem possibilitar a criação de outras formas de sociabilidade, consciência e participação. Em muitos momentos, as mulheres não possuem informação/conhecimento e, como consequência, não alteram as relações previamente estabelecidas no lar e na comunidade. Os processos formativos que incluem os

debates gênero, nesse contexto, são instrumentos para a realização de uma mudança significativa sob esta realidade; não apenas em relação à informação para homens e mulheres adultos, mas, em especial, para as crianças que vivem nos assentamentos.

Em resposta à sociedade globalizada e com o avanço das demandas por capacitação/qualificação técnica e profissional, observamos que a obtenção do conhecimento através da alfabetização, por exemplo, possibilita níveis de educação que trazem reflexões sobre questões que muitas vezes escapam ao cotidiano no campo. Através do acesso à educação e à escola podem-se abrir novas perspectivas e ampliar as oportunidades. Porém, é necessária reflexão crítica sobre qual é o papel da escola e se ela reproduz ou não as visões tradicionais da sociedade, sobretudo em relação à temática gênero (MEDEIROS, 2008).

Sem produzir juízos de valor, o fundamental é problematizar que novos conflitos se tecem a partir dessas experiências, ou que disputas de poderes se constituem no interior das famílias. Tudo indica que essa tensão é maior quando a variável gênero é introduzida. Mais do que uma questão de adesão a determinadas mudanças, o que parece estar em jogo é a própria definição e reprodução da autoridade [...]. O acesso à escola talvez contribua para a produção de um questionamento cada vez mais profundo desses papéis (MEDEIROS, 2008, p. 17).

Além das questões comportamentais, apontamos a relevância das políticas públicas implementadas no Brasil para a garantia dos direitos às mulheres, ampliada nos últimos 30 anos.

Muitos desses direitos estão diretamente relacionados às conquistas que os movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres defenderam, sobretudo, a partir da década de 1960, que problematizaram sobre o lugar da mulher na vida social e seus respectivos direitos. Este tema será problematizado e refletido mais profundamente, visto que apresentaremos uma breve reconstrução histórica dessa trajetória em nosso próximo capítulo.

2 EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS SOCIAIS

Este capítulo apresenta uma trajetória de lutas sociais das mulheres constituídas historicamente em todo o mundo. Trazemos portanto, as reflexões sobre temas como emancipação, autonomia, inserção no mercado de trabalho, escolarização das mulheres, institucionalização de políticas públicas com tópicos sobre as mulheres, dando ênfase aos avanços presentes nos documentos e na participação política das mulheres, através da forte presença nos movimentos sociais.

2.1 Reflexões iniciais e a emancipação da mulher a partir de 1968

Ao propor um estudo das alterações das relações em sociedade, devemos compreender que muitos são os valores e paradigmas a serem consolidados entre a consciência dos sujeitos em seus vários aspectos, sobretudo, àqueles relacionados à vida das pessoas que almejamos construir uma condição de equidade social, econômica e cultural.

Nesse contexto, propomos refletir historicamente sobre as condições de vida das mulheres que se desenvolveram em função da consolidação do sistema capitalista. Este, que estabelece distinções, segregações, sistemas de exploração e subjugação, tomando as mulheres como um dos principais nichos populacionais prejudicados e marginalizados por um sistema, que se sustenta da exclusão e exploração.

Observamos que, para analisar a emancipação das mulheres, através da perspectiva marxista, é necessário perceber que essa questão está relacionada aos aspectos de emancipação política e humana. Marx (2010), em sua obra *Sobre a Questão Judaica*, discorre sobre os conceitos de emancipação política e emancipação humana. A emancipação política compreende o sentido mais imediato do que a sociedade burguesa pode nos apresentar. Compreende ainda que, para que haja a emancipação humana, é necessário romper com os limites e contradições do sistema capitalista, buscando alternativas para todos através da implantação do comunismo. Apenas em outro modo de produção esta seria possível. Trata-se de uma liberdade plena e não apenas a política que é adquirida nas construções junto ao Estado.

Dessa maneira, compreendemos que nosso estudo abrange o conceito de emancipação e, portanto, não devemos isolar a realidade das mulheres de seus contextos

sociais, econômicos e políticos, nos quais são desenvolvidos fatores objetivos e subjetivos para que possamos entender as suas especificidades mesmo em uma amplitude macro de compreensão.

Os estudos que se propõem a examinar essa temática de relevância são recentes. Tal situação provoca a impressão de que, antes, o mundo era habitado apenas por homens, no consciente ou inconsciente da vida e da construção histórica. Apresentamos, portanto, alguns fatos que constituem a trajetória de emancipação das mulheres a partir da década de 1960 no mundo e no Brasil, a interação e inserção no mercado de trabalho das mesmas, com ênfase nas questões educacionais e de participação em movimentos sociais, que trazem contribuições para a vida nos ambientes urbano e rural.

As transformações econômicas, políticas e sociais têm alterado significativamente o papel das mulheres em seus espaços de atuação. As lutas pela ampliação dos direitos à cidadania, os trabalhos sobre a participação das mulheres na mobilização política, as lutas das donas de casa e as lutas empreendidas pelo movimento operário são alguns exemplos de casos omissos das Ciências Humanas e Sociais sobre o papel das mulheres brasileiras, por exemplo.

Percebemos, dessa maneira, que a reduzida discussão da dinâmica das relações econômicas e sociais (do capital), não evidencia (em muitos momentos) e não traz à tona a discussão sobre a situação e o papel da mulher no interior de uma sociedade orientada pelo patriarcado.

O trabalho realizado por Marx é, em nosso estudo, fundamental e de grande contribuição para a teoria feminista, visto que nos respaldamos em suas concepções teórico-metodológicas para as nossas análises. São as suas contribuições sobre a acumulação do capital que possibilitaram a existência de teoria para refletirmos sobre as condições de exploração em que as mulheres estiveram submetidas ao longo do processo histórico.

Não pretendemos fazer, durante nosso trabalho, uma revisão profunda sobre as concepções dos estudos de Marx, e sim observar como suas teorias sobre o capital e o trabalho influenciaram os estudos feministas.

Os poucos estudos realizados durante o século XIX, comprometidos com a emancipação da mulher na luta de classes, não expressavam clareza sobre o tema, como nos referencia Alambert (1986).

Nenhuma delas [as mulheres] sabia localizar acertadamente as raízes mais profundas das desigualdades das mulheres e indicar o caminho mais geral de sua emancipação. Uns localizaram essas raízes na inferioridade da instrução recebida pela mulher,

outros no fato de os homens abusarem do poder que receberam de Deus; outros ainda, talvez os mais avançados, buscaram a essas raízes na miséria material e moral do mundo burguês. Mas essas raízes, no seu sentido mais profundo, seriam localizadas e trazidas à luz do dia, pela primeira vez, através das elaborações teóricas de Karl Marx, Friedrich Engels e August Bebel (ALAMBERT, 1986, p. 13).

Chamamos a atenção para as contribuições de Engels¹⁶, em específico, aquelas que sinalizam para a análise do surgimento da propriedade privada, que ancora a constituição do patriarcalismo. Os bens coletivos são convertidos em propriedade privada, o homem ocupa o centro da família e a mulher se ocupa de tarefas domésticas na casa e no trabalho.

Com a ascensão do capitalismo e a crescente busca por oportunidades de venda de força de trabalho, as mulheres foram submetidas ao desempenho de atividades subalternas no processo produtivo e aos menores salários, visto que compunham, naquele momento, grande reserva de mão-de-obra para o sistema. Em tal contexto, emergem as primeiras manifestações que incorporaram as questões de gênero como matéria de mudanças sociais, como por exemplo, o protagonismo de mulheres operárias durante a “Revolução Russa”¹⁷ de 1917. Nas palavras de Trotsky¹⁸ (1985),

[...] o soldado da cavalaria se eleva por cima da multidão, e seu espírito se ergue separado do grevista pelas quatro patas da besta. Uma figura vista desde baixo aparece sempre mais ameaçadora e terrível. A infantaria está ali mesmo, ao lado, mais próxima e acessível. A massa tenta se aproximar, olhá-la nos olhos, envolvê-la com seu alento inflamado. A mulher operária representa um grande papel na aproximação entre os operários e os soldados. Com maior audácia que o homem, penetra nas fileiras dos soldados, pega os fuzis com suas mãos, implora, quase ordena: “Desviem as baionetas e venham conosco”. Os soldados se comovem, se envergonham, parecem inquietos, vacilam; um deles se decide: as baionetas desaparecem, as fileiras se abrem, estremece no ar um urra entusiasta e agradecido; os soldados se veem cercados de gente que discute, repreende e incita: a revolução dera outro passo à frente (TROTSKY, 1985, p. 24).

Como consequência das lutas travadas durante o processo de Revolução na Rússia, as mulheres conquistaram o direito ao divórcio, ao aborto e ao sufrágio¹⁹. Muitos foram os avanços, “porém as conquistas mais importantes não foram as leis, mas ter assentado

¹⁶ Friedrich Engels (1820-1895) foi um filósofo social e político alemão. Teve papel de destaque no desenvolvimento do marxismo. Colaborador e amigo de Karl Marx, publicou os volumes II e III da obra *O capital*, de Marx.

¹⁷ A Revolução Russa, e depois do Governo Provisório (Duma), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da União Soviética, que durou até 1991. No começo do século XX, a Rússia era um país de economia atrasada e dependente da agricultura, pois 80% de sua economia estava concentrada no campo (produção de gêneros agrícolas).

¹⁸ Leon Trotsky foi político, intelectual marxista, escritor e revolucionário bolchevique. Trotsky foi um dos principais líderes e organizadores da Revolução de Outubro de 1917, que derrubou a monarquia (czarismo) na Rússia. Foi ele o criador do Exército Vermelho, cujo objetivo era atuar na Guerra Civil Russa.

¹⁹ É um direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal, segundo o Dicionário do Aurélio Online, disponível em <<https://dicionarioaurelio.com/sufragio>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

as bases para o pleno e verdadeiro acesso da mulher aos domínios culturais, sociais, econômicos entre outros” (D’ATRI, 2008, p. 92). Além dessas conquistas e com comprometimento de emancipação humana e, portanto, de igualdade entre os sexos como premissa, elas desenvolveram atividades políticas nos bairros, nos partidos e em organizações de mulheres, na busca, cada vez maior, de espaço naquele contexto histórico.

Algumas contribuições destacadas trouxeram problematizações às pesquisas e produções científicas sobre o tema. Ao elaborar o artigo *Para não Dizer que não falei de Flora: o conceito de emancipação da mulher à luz do materialismo histórico*, Fuser (2010) nos apresenta vários referenciais de construção científica e histórica com ênfase na participação das mulheres na Revolução Russa, com as contribuições de Alexandra Kollontai²⁰ e de Heleith Saffioti²¹. A primeira apresenta perspectivas de construção de direitos em oposição ao papel de submissão pelo aspecto sexual que impregnava a dignidade das mulheres na moral da sociedade entre os anos 1920 a 1928. Já em Saffioti, há o destaque da participação política das mulheres com evidência apenas ao regime socialista. No Brasil da década de 1930, Patrícia Galvão²² é a referência de liberdade das mulheres, com ênfase à causa operária.

O movimento operário se desenvolveu na medida em que ocorre a ascensão do capitalismo, concentrado em reivindicações que denunciavam as más condições para a realização das atividades profissionais, como as jornadas excessivas de trabalho, os locais pouco arejados, mal iluminados, a inserção de mulheres e crianças nas fábricas, os salários diferenciados entre homens e mulheres, a falta de segurança e acidentes de trabalho no interior das fábricas. O movimento operário ainda denunciava as condições precárias de alimentação nesses locais e, por consequência, os baixos investimentos em saúde e educação.

²⁰ Alexandra Kollontai, figura histórica do movimento revolucionário mundial, destacou-se nas lutas das trabalhadoras russas por seus direitos, contra a exploração capitalista, o conservadorismo e o machismo. Seus pontos de vista acerca do amor livre, para além da realização dos desejos sexuais, compreendiam a plena capacidade da mulher e o direito de escolher seu companheiro. Por isso era contra o casamento e a instituição da família. Segundo ela, caberia ao futuro estado socialista e não aos pais a tarefa de educar as crianças. Foi autora de grande parte da legislação socialista elaborada nos primeiros anos da República Soviética.

²¹ Foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da situação das mulheres na sociedade civil, da violência de gênero e militante feminista brasileira. Seu primeiro livro, foi publicado em 1967, intitulado *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*.

²² Patrícia Rehder Galvão, a Pagu, foi uma das mais polêmicas figuras femininas da história brasileira no século XX. Nascida no seio de uma família burguesa, em 1910, Pagu afastou-se de sua classe social, passando a militar junto ao Partido Comunista Brasileiro, o que lhe rendeu mais de 20 prisões. Sua história foi permeada de ações que afrontaram a sociedade da época.

Estas são relações evidentes de exploração para atingir os objetivos de lucro e mais-valia²³ no processo produtivo das indústrias e da não relevância das condições em que se encontravam os trabalhadores e trabalhadoras (SEGATTO, 1987).

Nesse contexto, em oito de março de 1857, nos Estados Unidos, houve uma greve no setor têxtil, protagonizada por mulheres operárias, que buscavam melhores condições de trabalho e de remuneração. Esse episódio foi reconhecido internacionalmente pela forte repressão e pelo resultado: aproximadamente cento e trinta mulheres queimadas. Dessa maneira, foi instituído o Dia Internacional da Mulher, como símbolo de resistência das operárias, no dia oito de março (FUSER, 2010).

A partir daí, outros episódios foram propagados pelo mundo. Em maio de 1968, por exemplo, houve a criação de sindicatos por países europeus e também na América Latina e a sindicalização de muitas mulheres nos seus segmentos de atuação produtiva, na busca por direitos nos espaços de trabalho. Este fator contribuiu para a eclosão de diversos movimentos em defesa dos direitos da mulher na sociedade capitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, o momento de manifestação das mulheres teve destaque na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Para expressar o movimento contra o machismo e demais violências contra as mulheres e outras movimentações sociais na Europa e na América Latina, tomamos em empréstimo as palavras de Fuser (2010), ao argumentar que,

Para as mulheres, era o momento de rasgar os sutiãs [...] nos EUA, as mulheres refutavam o moralismo da classe dominante, impregnado por um ideário machista. Eclode uma série de manifestações, consagradas como “Revolução Sexual”, que visava subverter o status quo e rechaçar a guerra do Vietnã. Sua repercussão adquire dimensões internacionais. Na Itália, mulheres saem às ruas em manifestações massivas pelos direitos da mulher, tendo como eixo a luta pela legalização do aborto, que a despeito das pressões contrárias do Vaticano, obtém êxito em 1972. Nesse momento, a resistência às ditaduras militares na América Latina se enfrenta com a repressão aberta aos movimentos sociais e ao movimento de massas. A luta de classes aparece no cenário brasileiro com muita força, sobretudo no período entre 1978 e 1980 quando emerge um processo de lutas do movimento operário, marcado por greves “selvagens”, ocupações de fábrica, piquetes, militância clandestina e intensa politização, culminando na greve política de 1979, quando a luta contra a ditadura alcançaria uma dimensão mais radicalizada e tendências revolucionárias se faziam sentir no calor dos acontecimentos que marcaram o período (FUSER, 2010, p. 42).

²³ Mais-valia é uma expressão do âmbito da Economia, criada por Karl Marx, que significa parte do valor da força de trabalho dispendida por um determinado trabalhador na produção e que não é remunerado pelo patrão. Também pode ser classificada como o excesso de receita em relação a despesas. A força de trabalho de um trabalhador (considerada também como uma mercadoria por Marx) possui o mesmo valor que o tempo que o trabalhador precisa para produzir o suficiente para receber o seu salário e garantir a subsistência da sua família. Apesar disso, muitas vezes o valor desse tempo é menor que a quantidade de força de trabalho total. A diferença entre esses dois valores é conhecida como mais-valia.

Os fatos históricos apontam as perspectivas de luta pela emancipação política e das mulheres, na teoria e também na prática. Em território francês, por seu turno, as variadas manifestações do movimento feminista que se constituiu, almejavam alterar as hierarquias sociais que aceitavam o “poder masculino como natural” (GONÇALVES, 2009, p. 99). Assim, se todos os fatos eram possíveis para a transformação, era necessário perceber algumas exceções: “as mulheres, seus estatutos, suas ocupações, suas relações com os homens, em suma, seu destino” (GONÇALVES, 2009, p. 101).

Pinto (2003) contribui com o nosso estudo de forma a elucidar as pressões sofridas pelas mulheres que participavam ativamente dos movimentos que caracterizaram o nosso País. A autora afirma que “a esquerda exilada, marxista e masculina, via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2003, p. 53). Em muitos casos, a pressão sofrida pelas mulheres funcionou, pois a resistência, além da vida social, era percebida também nos lares, nas disputas com seus companheiros e maridos, pois buscavam a politização não só nos espaços coletivos, mas, sobretudo, dentro das próprias casas e famílias.

2.2 Desmistificando o gênero e a inserção das mulheres no mercado de trabalho

As mulheres se ocuparam e ainda se ocupam durante muito tempo, do cuidado com a casa, com o marido e com os filhos. Porém, também se ocuparam/ocupam de tarefas nos espaços privados e públicos, em tarefas políticas, culturais e sociais, que impactaram diretamente a vida de outras mulheres as quais se desdobravam em duplas jornadas de atividades domésticas e profissionais. As mudanças ocorreram, principalmente, em função de uma maior inserção/penetração da mulher no mercado de trabalho, o que possibilitou autonomia financeira e, como resultado, a organização e ocorrência de manifestações em defesa da redução das desigualdades entre os gêneros.

De acordo com as contribuições de Scott (1990), a palavra gênero pode ser entendida como “a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que [...] reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que [...] é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1990, p. 13).

Assim, compreendemos que este conceito nos remete a papéis e atribuições entre sexos para a organização da vida social entre os sujeitos no percurso da história.

A ideia de submissão remetida às mulheres está relacionada à supremacia de um sexo sobre o outro e se refere a uma construção histórica de valores que transformam muitas diferenças biológicas em desigualdades sociais legitimadas por segmentos da sociedade. Seixas (1998), em seus estudos, ressalta a divisão social do trabalho iniciada com a fixação do *homo sapiens* em ambientes fixos e o desenvolvimento da agricultura para sua subsistência, o que, mais tarde, acarretaria na existência da propriedade privada. Os homens se encarregavam de caçar, de proteger, de pescar, de possuir atividades como responsáveis pela família; às mulheres cabia o cuidado dos filhos, da preparação dos alimentos, de *ajudar* na agricultura, de *agradar* aos companheiros, da reprodução, da maternidade e de se ocuparem de atividades domésticas, no espaço privado e a não se envolverem em tarefas de liderança na comunidade e na política.

Com a alteração dos mecanismos de funcionamento da sociedade no capitalismo, impulsionados pelo processo de industrialização e a inserção das mulheres no sistema fabril, os conceitos sobre a fragilidade da mulher e sua produtividade passam a ser questionados. Um ambiente predominantemente masculino demandou a participação das mulheres como braços fabris, onde “até 1914, o maior emprego individual para as mulheres [era] o serviço doméstico e a mulher operária [era] transformada em escrava do salário, mal paga e recebendo menos que o homem pelos mesmos trabalhos” (SEIXAS, 1998, p. 69). As mulheres estavam inseridas nos mercados de trabalho, mas sobrecarregadas com triplas jornadas diárias: na fábrica, no lar e no cuidado com os filhos.

Beauvoir (1949), ao publicar o livro *O Segundo Sexo*, se tornou uma grande referência para os estudos feministas, visto que abordou os sexos masculino e feminino como construção social e não como fator biológico. De acordo com a autora, os jogos de poder presentes na educação e nos valores ensinados às crianças propiciam maior liberdade aos homens, evidenciados pela “proteção nos aspectos econômicos e emocionais [...] assim a mulher não se reivindica como sujeito, pois não possui os meios concretos e porque não sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele” (BEAUVOIR, 1949, p. 14).

As contribuições de Beauvoir abrem possibilidades para discussões e reflexões sobre a questão de gênero, de forma a abordar o tema sexualidade como construção histórica,

social e cultural, para além da questão biológica, por exemplo. Tal fato, não representa igualdade entre os gêneros, porém possibilita mudanças no imaginário coletivo e social, outras formas de ações, relacionamentos e comportamentos; e, ainda, amplia a participação das mulheres nos espaços privados e públicos, de forma a questionar as bases patriarcais de funcionamento da estrutura social.

Ao relacionar as possibilidades de reconstrução dos gêneros, percebemos que se trata de uma luta geral para ampliação dos espaços na sociedade dos homens e das mulheres. Analisar a história das mulheres nesse contexto é compreender o funcionamento da estrutura social e ter a percepção das desigualdades vivenciadas pelos sujeitos de forma geral: atividades destinadas a homens e a mulheres, cores para homens e para mulheres etc. De acordo com Safiotti (1987),

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias do sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem [...] Rigorosamente, os seres humanos nascem machos e fêmeas. É através da educação que se tornam homens e mulheres (SAFIOTTI, 1987, p. 88).

Há uma construção do que se espera para os sexos masculino e feminino, mesmo antes do nascimento da criança. Ao realizar a identificação do sexo de um bebê, por exemplo, se espera um determinado comportamento, as possíveis carreiras, as roupas que deverá vestir; em geral, o conjunto de estereótipos estabelecidos previamente que deverão normatizar as condutas na sociedade de acordo com o sexo que possui, com base nas características biológicas.

Ao questionar sobre o funcionamento da estrutura social no capitalismo, podemos perceber que, para compreender seus mecanismos, é imprescindível perceber as estruturas de funcionamento, também do patriarcalismo, visto que descreve

[...] relações concretas de poder entre sexos, organizadas na família. Patriarcalismo, o comando do pai, tem sua expressão particular na divisão sexual do trabalho e na apropriação do trabalho doméstico pelo homem. O patriarcalismo está inscrito na história, mas não dentro de modos de produção; este, em última análise, o sobre determina (PENA, 1981, p. 75).

As contribuições de Pena, na obra *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, publicado em 1981, nos remete às formas de construção do trabalho feminino e às perspectivas de estudos que sejam a favor das mulheres ao invés de serem sobre as mulheres. Com a expansão dos processos de funcionamento da industrialização, foram abertas várias possibilidades de incorporação do trabalho feminino,

principalmente para as mulheres de maior nível educacional formal. Quando envolvidas diretamente no processo fabril de produção, as mulheres foram incorporadas majoritariamente e numericamente em setores de prestação de serviços, espaços em que as demandas por mão-de-obra eram maiores do que a oferta e, portanto, assimilaram mulheres trabalhadoras qualificadas com baixos custos. Isso porque elas recebem

[...] salários mais baixos que os homens, aceitam postos mais baixos na hierarquia profissional, são menos qualificadas, participam menos intensamente de movimentos de trabalhadores e sindicatos, apresentam taxas de rotatividade entre trabalhos mais altas; ainda se é verdade, como várias pesquisas vêm demonstrando, pensam seu trabalho como provisório e sua remuneração como complementar, alguma tradução estes elementos devem ter a nível simbólico. E, se o simbólico é determinado pela realidade, ele é parte desta realidade por sua vez; entre a vida material e a linguagem, as relações são dialéticas. Não parece improvável que um universo de cognições seja apreendido pelas mulheres de forma a permitir-lhes entender, aceitar e justificar sua participação diferente e específica no domínio do trabalho como parte de uma ‘natureza feminina’. Este universo tem um papel significativo nas relações que elas estabelecem com o espaço público da sociedade [...] o que demonstra através de uma lógica que não existe somente no nível do mercado, mas também nos mecanismos da consciência (PENA, 1981, p. 27).

Percebemos, de acordo com Pena (1981), que normalmente a natureza do trabalho doméstico se relaciona com o trabalho assalariado. Seus resultados nos oferecem dados sobre um grande número de mulheres que se encarregam de afazeres domésticos acumulados com o papel de serem donas de casa. Muitas ocupam cargos públicos, trabalhos como administradoras, e outros que estão relacionados também às tarefas do lar, ou seja,

[...] aquelas mulheres que têm atividades remuneradas, dentro ou fora de sua casa, nem por isso deixam de desempenhar o trabalho tradicionalmente atribuído a uma dona de casa. Dona de casa é um papel feminino, associado a uma mulher e desempenhado pela maior parte das mulheres adultas. Em alguns casos, elas estendem suas atividades domésticas ao mercado, prestando serviços pessoais como lavar, costurar, bordar, cozinhar, em troca de alguma remuneração, sem quebrar substancialmente sua própria rotina de dona de casa. Algumas poucas trabalham em empresas privadas e, quando o fazem na administração pública, enfermagem e ensino, constituem aparentemente suas principais linhas ocupacionais. O mercado de trabalho informal constitui para a mulher dos estratos sociais mais baixos a opção de uma ocupação remunerada; o serviço público constitui esta opção para uma mulher de classe média e medianamente escolarizada. Em ambos os casos, a mulher transfere para o domínio do trabalho funções que as relações de reprodução no interior da família lhe atribuíram: a prestação de serviços a pessoas, o cuidado aos doentes, a educação de crianças. Em suma, a “representação” da mulher no trabalho segue as mesmas linhas de sua “representação” na família (PENA, 1981, p. 29).

Assim, é possível observar que o trabalho doméstico permeia uma grande esfera de atividades profissionais das mulheres e essas atribuições concernem a elas outras tarefas ligadas ao seu trabalho na família, ora percebidas como um campo de subordinação, visto que ocupam postos mais baixos de trabalho nas hierarquias e estruturas organizacionais, nas empresas, em relação aos homens, e maior sutileza nas (não) expressões sobre os salários e

suas condições de trabalho. Geralmente ocupam funções que representam a extensão do espaço reprodutivo: são merendeiras, zeladoras, auxiliares de serviços gerais, babás, entre outros.

Para compreendermos o processo de incorporação das mulheres na indústria capitalista, devemos considerar as alterações do trabalho, pois há a substituição, por exemplo, da força física como fator determinante para os comandos junto às máquinas, que passam a ser utilizadas por meio de aparatos tecnológicos, que demandam níveis básicos de qualificação aos postos de trabalho e às tarefas de mesmo nível entre homens e mulheres.

Contudo, há muita mão-de-obra de mulheres que se ocupam de trabalhos informais na ótica do mercado atual para complementação da renda familiar mensal, sempre considerando que tais atividades são *harmonizadas* com o cuidado com a casa e com os filhos. Outras mulheres adiaram projetos pessoais (como a maternidade, por exemplo) e profissionais, reduziram o número de filhos para que fosse facilitado o cumprimento dos papéis como trabalhadoras e também mães. São inúmeras as dificuldades para a contratação de mulheres em muitos mercados, visto que elas possuem muitas responsabilidades em casa, principalmente, se forem casadas e tiverem filhos.

Com a intensificação do trabalho feminino na sociedade, houve um aumento da participação das mulheres em movimentos sindicais e sociais. As reivindicações por creches, salários iguais, melhores condições de trabalho e renda se tornaram mais massivas e, como resultado, algumas políticas afirmativas foram desenvolvidas no Brasil nos últimos anos.

2.3 Mulheres no Brasil: contexto histórico nas décadas de 1970, 1980 e 1990

Percebemos que a ideia central da emancipação feminina está relacionada à interação com as questões sociais, políticas, culturais e com a formação do gênero em si. Analisar o contexto do feminismo no Brasil a partir da década de 1970 nos associa diretamente à ditadura civil militar, ao autoritarismo por parte do Estado, o que influi no formato adquirido pelo movimento feminista no País, com contribuições das experiências europeias e norte-americanas. Compreendemos que havia uma forte postura de enfrentamento ao contexto político do período, com muitas organizações atuantes de forma plural, e, por vezes, clandestinas.

Sarti (2004), ao publicar o texto *O Feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*, nos faz refletir sobre a necessidade de não isolar o movimento de mulheres do período de outras manifestações em busca da retomada de direitos e da democracia, que aconteciam no Brasil após o golpe de 1964. Para contextualizar, podemos perceber que,

[...] em 1975, a Organização das Nações Unidas declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país, pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota (SARTI, 2004, p. 37).

As relações desse período possuíam o teor político e questionavam muitas situações, muitos conflitos, as relações de poder, as estruturas sociais e, também, o patriarcado. Havia uma alteração no comportamento social vivido pelas mulheres, que não assumiam uma postura de submissão aos homens e que, junto a eles, pegavam em armas, possuíam maior liberdade sexual, inspiradas por marxistas como Alexandra Kollontai e Simone de Beauvoir, que explicitavam as contradições existentes no sistema capitalista e refletiam sobre questões como a opressão social e de gênero (SARTI, 2004).

O Brasil vivenciava um período de modernização e industrialização, de ampliação do mercado de trabalho, de maiores demandas por qualificação profissional, que produziram *oportunidades* para as mulheres, mesmo com desigualdades, como já afirmado anteriormente. As transformações se estenderam para o âmbito cultural e comportamental, como o acesso a pílula anticoncepcional (em 1960) e discussões sobre aborto, por exemplo, que tiveram e ainda tem caráter conflituoso no interior das famílias e na sociedade em geral, visto o envolvimento de questões morais, religiosas, conservadoras e tradicionais vigentes (SARTI, 2004).

Conjuntamente ao movimento de mulheres, os movimentos sociais, em geral, demandavam, ao Estado, reivindicações de transformações estruturais nas cidades e por melhorias nas condições de vida da população. Davam o caráter contestatório e de mobilização política permanente, com destaque para as camadas mais intelectualizadas, ao

lado de organizações nos bairros e nas periferias. Segundo Sarti (2004), boa parte dos grupos e movimentos sociais,

[...] declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando-o definitivamente pela consolidação da noção de gênero como referência para a análise. A unidade do movimento de mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou, permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que essa distinção tivesse sido nomeada. O feminismo, como ideologia, ficou restrito a apenas um setor do movimento de mulheres (SARTI, 2004, p. 41).

Sarti nos apresenta duas perspectivas dentro da corrente do movimento feminista no período, assim:

A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se, sobretudo, com o terreno fluído da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência (SARTI, 2004, p. 41).

Com a inauguração do processo de abertura política, iniciado no fim da década de 1970, houve o retorno de muitas mulheres exiladas, que voltaram ao Brasil com contribuições de experiências domésticas, no mundo do trabalho e na participação política e social na América Latina e na Europa. Na década seguinte, o movimento se consolidou e as ideias se difundiram pela sociedade de forma mais abrangente, com forte atuação em instituições de ensino, pesquisa, organizações de bairro, sindicatos e partidos políticos. Temas como a violência contra a mulher, direitos reprodutivos como um problema relacionado à saúde pública, o surgimento de delegacias especializadas, foram materializados, condicionando a “alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (SARTI, 2004, p. 42).

Já na década de 1990, houve uma retomada sobre a condição social da mulher, visto que as experiências eram diferentes se observados os fatores étnico-raciais, culturais, estéticos e, sobretudo, econômicos. Sem perder de vista o horizonte de luta pela emancipação das mulheres, o movimento e suas principais pautas passaram a considerar as diferentes inserções sociais de mulheres no ambiente urbano e rural, bem como questões sobre mulheres negras, pobres, lésbicas, transgêneros, gordas, da intelectualidade, da periferia passaram a

receber maior atenção do movimento e das autoridades. Em cada contexto, houve destaque para uma pauta em específico, pois:

Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso aconteceu precisamente porque as mulheres [...] tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado (SARTI, 2004, p. 44).

Com a expansão das discussões em diversos espaços, houve também a ampliação das organizações e reconhecimento da pluralidade dentro do movimento, para conquistas em políticas públicas, direitos sociais e participação política, educação, saúde e temas de violência doméstica (física e psicológica), com destaque mais recente à implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), que tem como objetivos coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Podemos afirmar que o movimento feminista é um movimento caracterizado por reflexões e elaborações teóricas, por um conjunto de mobilizações e por um histórico de diálogo permanente com representações institucionais que se reúnem em torno de reivindicações para ampliar as possibilidades de conquistas de direitos sociais, a autonomia e emancipação das mulheres na sociedade.

2.4 Educação escolarizada das mulheres no Brasil

A colonização do Brasil, no século XVI, foi marcada pela forte presença da Companhia de Jesus e da Igreja Católica. A educação e o ensino estiveram concentrados nessas estruturas através de missões e colégios voltados à formação das elites. As mulheres, desde então, “estavam destinadas ao lar: ao casamento e trabalhos domésticos, cantos, orações, controle de pais e maridos” (STAMATTO, 2002, p. 2).

Esse comportamento estava presente nas famílias que vieram de Portugal e que se estendia a Colônia. Junto à Coroa, a decisão era de não possibilitar que mulheres e, principalmente, indígenas adentrassem à escola, visto que eram entendidos como *selvagens*, restritos ao trabalho e subserviência ao homem branco e ao abastecimento das riquezas advindas dos recursos naturais aqui explorados, ou seja, o acesso escolar praticamente inexistia. “As mulheres tiveram acesso restrito ou nulo à escolarização, podendo em alguns

casos estudar em casa, com preceptores, ou em alguns conventos visando a vida religiosa” (STAMATTO, 2002, p. 3).

As mulheres solteiras normalmente seguiam para o convento, onde estavam precavidas sobre a *sua honra* e lá estudavam. Sob esta perspectiva, Algranti relata que:

As educandas aprendiam, além das normas religiosas, a ler, escrever e noções de matemática. Permitia-se contar com serviços de escravas, ainda que não se possa avaliar a proporção entre estas e as reclusas, isto indicava a existência de diferenças de classe no interior dos conventos. De qualquer forma, a função primordial das mulheres da Colônia era serem boas mães e esposas, sendo estes estabelecimentos religiosos a única forma institucional de educação permitida ao sexo feminino mesmo que a instrução não fosse algo pelo qual se batiam, nem parece ter sido uma preocupação das mulheres da elite (ALGRANTI, 1993, p. 252).

Percebemos que as mulheres eram destinadas para atividades domésticas, para o casamento e para a religião, o que não demandava índices de educação escolarizada. Anos depois, a partir de instalações das primeiras escolas no Brasil, a inserção de meninas tornou-se possível, ainda que, com divisão de salas de aula por sexo, por exemplo. Assim, as que se formavam, passavam a se dedicar também a outra atividade: a de ensinar, a do magistério. Neste sentido e de acordo com Stamatto (2002):

Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as “artes do lar”, as prendas domésticas. Em relação ao pagamento, foi previsto na lei igualdade para os mestres e as mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que na prática as professoras ganhassem menos que os homens (STAMATTO, 2002, p. 5).

Haviam escolas destinadas para homens e para mulheres. Muitas aprendiam e outras ensinavam, mas, em geral, as que ensinavam “ministravam a educação geral e o ensino para o trabalho doméstico apropriado à mulher” (STAMATTO, 2002, p. 6). Eram muitas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para o exercício do magistério. Necessitavam demonstrar sua capacidade não meramente pelo conhecimento, mas, sobretudo, por condutas morais que prevaleciam socialmente. Observamos ainda que:

Além da boa conduta, normalmente atestada pelo pároco, a professora deveria ter uma certa idade, solicitar autorização do pai ou do marido se fosse casada, apresentar a certidão de óbito se viúva, e, se separada, justificar sua separação comprovando comportamento honrado (STAMATTO, 2002, p. 6).

Para garantir a distância entre meninos e meninas durante as aulas no ambiente escolar, os horários de aulas eram diferentes e, muitas vezes, os prédios também. Já no século XIX, surgiram as primeiras escolas mistas, com homens e mulheres nas mesmas salas, fato que ocorreu apenas após a atuação da Igreja Protestante no mundo e no Brasil, com a quebra de valores, até então, estipulados pela Igreja Católica e que não alteravam significativamente

o comportamento dos mesmos na sociedade. É neste período também que surge o discurso de “vocação natural da mulher para o magistério [...] elas eram dotadas de mais cora o e mais ternura, qualidades naturais para os professores exercerem sua profissão” (STAMATTO, 2002, p. 7).

Por mais que houvesse algumas transforma es em costumes e a inser o da mulher no magistério como atividade profissional, percebemos que as práticas ainda estavam vinculadas a rela es mais antigas e de lugar social como dever e cuidados ao matrim nio, ao marido, aos filhos e   família como um todo. A atividade profissional existente só se mantinha possível, se tutelada a uma autoriza o prévia de um homem, sendo ele o pároco, o pai ou ao marido. O caminho de autonomia para a busca de uma atividade profissional e remunerada sem vínculo ao papel de um homem era muito longo, sobretudo se houvessem questões étnicas, sociais e culturais envolvidas. A realidade vivenciada era a de “comandos masculinos e trabalhos femininos” (STAMATTO, 2002, p. 10).

De modo geral, desde a coloniza o, as mulheres não sabiam ler e escrever. Anos depois, o sistema educacional e comportamental passou a *absorver* algumas delas, porém haviam diferenças entre elas nos aspectos econômicos e sociais sobretudo. Muitas mulheres pobres desenvolviam trabalhos pesados na agricultura, na minera o, por exemplo, conjuntamente com homens. As mulheres ricas se dedicavam aos cuidados domésticos, às boas maneiras e ao cuidado com a família. Algumas delas insistiam em aprender minimamente o abecedário e, para isso, podemos perceber, na cita o abaixo, a influência moral e religiosa quanto ao processo de aprendizagem a que estavam submetidas, como contribui a publica o de Gonçalo Trancoso, em 1585, retomada nos estudos de Monteiro (2015).

Abecedário moral: A = amiga da sua casa; B = benquista da vizinhança; C = caridosa para com os pobres; D = devota da Virgem; E = entendida no seu ofício; F = firme na f ; G= quieta; H = humilde; I = inimiga do mexerico; J = jeitosa (habilidosa); L = leal; M = mansa; N = nobre; O = “h”onesta; P = prudente; Q = quieta; R = regrada; S = sezuda; T = trabalhadeira; U = unida   família; V = virtuosa; X = x  (simples); Z = zelosa da honra (MONTEIRO, 2015, p. 308).

Por meio do abecedário, verificamos as influências da religião no cotidiano para a manuten o e reprodu o da domina o dos homens sobre as mulheres nas hierarquias sociais em variados momentos. Elas eram permanentemente observadas pelos homens   sua volta para o controle de seus comportamentos, desejos e liberdades.

No século XIX, a escola já institucionalizada era espaço de difícil acesso às mulheres. Os cursos existentes não davam possibilidades de acesso ao ensino superior e, portanto, os cursos normais e os colégios religiosos se constituíam na etapa de finalização dos estudos para as mulheres. Já no século XX, após a conquista do voto eleitoral para as mulheres e a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o processo de industrialização e modernização realizado no Brasil, a educação escolarizada passou a configurar possibilidade de ascensão econômica e cultural, visto que as escolas se tornaram profissionalizantes. Desta maneira, Freire nos aponta que:

A exemplo do magistério primário, o ingresso das normalistas nos cursos de Pedagogia também se deu de forma acentuada. A Lei nº 1.821, de 12/02/1953, propunha a ampliação da articulação entre o ensino normal e o ensino superior e estendia o direito de ingresso das mulheres aos demais cursos. Contudo, a existência da referida Lei não alterou a escolha das moças pelos cursos de formação de professores (FREIRE, 2011, p. 252).

Havia uma designação social para o perfil de atividades econômicas em que as mulheres estariam envolvidas, sendo a atividade docente uma delas, que agregou, sobretudo, mulheres de classe média. A escolarização das mulheres que acessaram o ensino superior ocorreu simultaneamente ao processo de criação de universidades no Brasil, nos anos 1930.

A abertura de novas universidades e cursos possibilitou a muitas mulheres a inserção na docência acadêmica, o que não era – e ainda não é – sinônimo de valorização profissional, visto que existiam designações de disciplinas e trabalhos que eram entendidos como naturais às mulheres. As disciplinas de Geometria e as de Ciências Exatas, considerada como área de conhecimento, por exemplo, eram predominantemente ocupadas por homens, que prevaleciam com *status* de áreas de maior conhecimento científico. Observamos na citação abaixo, as possíveis causas da desvalorização do trabalho docente e a participação de mulheres nesta área.

Nesse sentido, pode-se compreender que esta desvalorização [...] foi resultado de seleção de alternativas e escolhas efetuadas por agentes políticos que, diante de condições concretas dadas, optaram por aliar a formação de professores, e o próprio magistério, a um menosprezo pelo feminino, ocultado no discurso, mas revelado pelos baixos salários (CATANI, 1997, p. 26).

Com a decadência da ditadura civil militar no Brasil na década de 1980, ocorreram transformações que assolaram a sociedade nacional, e, com a expansão da industrialização e avanço tecnológico, aliadas a maiores possibilidades de acesso à educação e profissionalização, contribuíram para a inserção das mulheres em diversos segmentos de atuação e trabalho.

2.5 Conferência Mundial da Educação para Todos (1990) e as especificações sobre a alfabetização das mulheres

Ao retomar o processo de escolarização e alfabetização, entendemos o papel da escola e de seus currículos como fundamentais no caminho para a ampliação da construção educacional, visto as demandas de expansão da industrialização e modernização no Brasil.

Saviani (2003, p. 40), em suas reflexões sobre educação, nos apresenta o olhar da burguesia, que proclama, no contexto da industrialização, a ideia de educação universal para se manifestar como precursora de uma possibilidade, que, supostamente, igualaria a sociedade como um todo. E “é sobre essa base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna a classe dominante, ela vai, a partir de meados do século XIX, estruturar os sistemas de ensino e vai advogar a escolarização para todos”. Saviani argumenta ainda, que

[...] escolarizar todos os homens era condição para converter os servos em cidadãos, era condição para que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é obvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática (SAVIANI, 2003, p. 40).

Saviani (2003) nos faz refletir sobre tal cenário e nos permite perceber que a participação política das massas apresenta uma integração, contudo, há muitos conflitos e contradições com seus próprios interesses – distintos dos da burguesia. Apontar rumos para a implementação e consolidação de direitos não quer dizer assegurar a sua concretização, a sua efetivação, o mesmo nível de qualidade para todos, o que nos remete a possibilidades de participação política, aplicado, neste estudo, ao campo educacional.

O aumento da demanda por educação no século XX evidencia uma transformação da sociedade vinculada à ampliação da produção e à busca por *progresso*, em cada país e população. Nesse sentido, Hobsbawm (1995), reitera as nossas argumentações ao afirmar que:

[...] a educação primária, isto é, a alfabetização básica, era na verdade a aspiração de todos os governos, tanto assim que no fim da década de 1980 só os Estados mais honestos e desvalidos admitiam ter até metade de sua população analfabeta, e só dez – todos, com exceção do Afeganistão, na África – estavam dispostos a admitir que menos de 20% de sua população sabia ler e escrever. E a alfabetização fez um progresso sensacional, não menos nos países revolucionários sob governo comunista, cujas realizações neste aspecto foram de fato as mais impressionantes, mesmo quando as afirmações de ter ‘liquidado’ o analfabetismo num período implausivelmente curto eram às vezes otimistas. Contudo, se a alfabetização em massa era geral ou não, a demanda de vagas na educação secundária e, sobretudo, superior multiplicou-se em ritmo extraordinário (HOBSBAWM, 1995, p. 289-290).

Logo, esse processo de aumento de demanda configurou uma maior inserção na educação escolarizada. O direito à educação está disposto em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinado por todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal documento foi fundamental para a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com responsabilidades voltadas unicamente para a educação e realização de conferências que pudessem constatar a realidade da educação por todo o mundo. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),

[...] nas décadas de 1960 e 1970, muitos países em desenvolvimento que haviam conquistado sua independência recentemente deram à educação prioridade em sua agenda, como estratégia básica para eliminar disparidades, unificar nações e alimentar os mecanismos de desenvolvimento (UNICEF, 1999, p. 11).

Esse momento reflete diretamente nos rumos econômicos de cada região e de cada país no mundo. Na década de 1980, houve uma interrupção dos investimentos em educação em todo o mundo por fatores distintos: em países chamados de desenvolvidos, havia uma ascensão do neoliberalismo, e, nos países em subdesenvolvimento, havia a tentativa de superação de crises econômicas, financeiras e fiscais, sobretudo, devido às dívidas contraídas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM).

Essa década foi marcada por um recuo de investimentos de diversos governos em políticas sociais, sobretudo, educacionais de acordo com vários estudos realizados. Entre os anos de 1980 e 1987, por exemplo, na América Latina e no Caribe, os gastos em educação caíram aproximadamente 40%; na África do Sul 65%, o que impossibilitou a ampliação do acesso à educação e impactou na queda da qualidade e na redução do número de professores em geral (UNICEF, 1999).

Diante desse quadro, houve a realização da 23ª reunião da UNESCO (1985), quando percebido “o alarmante crescimento do analfabetismo no mundo, [chamou-se] a atenção para o início de um processo de mobilização da opinião pública para todos esses problemas” (GADOTTI, 2000, p. 27). Dessa forma, era retomada a participação política e eram criadas condições para a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), em Jomtien, na Tailândia.

Verificamos que a Conferência simbolizou um marco para a satisfação de necessidades básicas de aprendizagem, estabelecimento de diretrizes para a educação (ensino fundamental) e alfabetização das mulheres, as quais influenciaram na criação de vários programas educacionais no mundo e no Brasil. Eram medidas que poderiam alavancar a

capacitação de mão-de-obra para a retomada do crescimento econômico e a superação da crise que assolava todo o mundo devido a ascensão do neoliberalismo.

Ficou estabelecido entre os signatários da Organização das Nações Unidas, participantes da Conferência, o compromisso de assegurar a educação como direito de todos cidadãos e cidadãs. Entre os promotores do evento destacamos: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Mundial (BM). De acordo com Gadotti (2000),

a Unesco destacou a diversidade e as minorias – por exemplo, o analfabetismo da mulher. Uma categoria nova aparece no discurso pedagógico: a equidade. Até 1990, falava-se muito na igualdade de oportunidades. A partir daí, passa-se a trabalhar com a categoria de equidade. O contrário de igualdade é desigualdade e de equidade é iniquidade [...] O Unicef enfatizou a educação integral e suas necessidades básicas. O novo enfoque da Conferência de Jomtien passou a ser a educação não mais identificada como escolaridade [...] o Unicef tentou dar uma conotação mais qualitativa, abordando qualidade de vida, de nutrição e de saúde das crianças. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realçou a ideia de que a melhoria dos índices de educação acabaria produzindo melhor crescimento econômico. O Banco Mundial esteve mais preocupado com o gerenciamento dos recursos, batendo na tecla de que há recursos para a educação, mas são mal aproveitados (GADOTTI, 2000, p. 28-29).

Essas posições diferenciadas [a mudança de igualdade para todos para equidade que é focal], a participação de instituições multilaterais internacionais e países em geral, contribuíram – após amplas discussões e debates – para a elaboração dos documentos *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* e para o *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*.

Nesses documentos, a realidade educacional trazia um quadro deficitário para a população mundial e, pela primeira vez, eram enfatizadas as questões das mulheres. Entre os diagnósticos iniciais nos documentos, destacamos:

1) mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; 2) mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; 3) mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; 4) mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (WCEFA, 1990, p. 84).

Os documentos apresentaram uma visão alterada das políticas educativas, apontando a necessidade de cooperação internacional para o campo educacional, um pacto entre as nações para alteração do cenário *calamitoso* e para possibilidades de outros rumos, como a afirmação dos direitos das mulheres, maior índice de investimentos para a realização de pesquisas científicas, maiores realizações culturais e divulgação do volume de informações então produzidas, indicando para o ideário de educação básica para todos ser viável como meta estabelecida. Assim, devia-se:

- 1) Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; 2) Dar prioridade a meninas e mulheres; 3) Dar atenção especial aos grupos desamparados; 4) Concentrar a atenção na aprendizagem; 5) Valorizar o ambiente para a aprendizagem; 6) Fortalecer a articulação das ações; 7) Ampliar o alcance e os meios da educação básica (WCEFA, 1990, p. 17).

Chamamos a atenção para a ênfase atribuída às mulheres; observamos que um dos objetivos em destaque se refere à redução da taxa de analfabetismo de adultos e, para isso, cada país deveria insistir na alfabetização feminina para modificar a frequente desigualdade entre os índices de alfabetização entre homens e mulheres. Vejamos:

- 1) Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização dos adultos até 2015, especialmente das mulheres e acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos; 2) Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar igualdade de gênero na educação até 2015, com ênfase especial em garantir que as mulheres tenham total e igual acesso à educação básica de boa qualidade e com aproveitamento (WCEFA, 1990, p. 23).

Não podemos deixar de contextualizar o que acontecia no Brasil durante o período de realização da Conferência em Jomtien. Havia uma intensa mobilização de movimentos sociais no País, especialmente, movimentos em prol da educação pública e de boa qualidade. Foi um período de transição, de conquistas e frustrações em meio à nova Constituição Federal (1988) – a educação constituiu temática central nas discussões, debates, fóruns etc.

As propostas definidas na Conferência não atenderam a algumas estratégias que deveriam atender ao documento pactuado mundialmente. Uma parte dos objetivos estabelecidos não foi atingida, a exemplo, aqueles que especificavam a necessidade de alfabetização prioritária de meninas e mulheres (GADOTTI, 2000). No próximo item, faremos uma introdução da constituição dos direitos das mulheres a partir da Constituição Federal no Brasil, em 1988.

2.6 A Constituição Federal de 1988 no Brasil e o direito das mulheres

Compreender a importância do papel da legislação como estabelecimento de acordos em uma sociedade é fundamental para entendermos como se regulam as relações sociais. É a legislação que deve assegurar as obrigações, responsabilidades, os direitos (individuais e coletivos) frente à sociedade por meio da ação do Estado (PIOVESANI, 2008).

É a legislação vigente que disponibiliza orientações para entidades, organizações sociais e civis, movimentos sociais, partidos políticos e representações diversas para a legitimidade de suas reivindicações e para promover as mudanças almejadas, bem como configura como interlocutora das demandas sociais entre as diferentes classes sociais por meio do exercício do poder no interior da estrutura hierárquica do Estado (SANTOS, 2015a).

Os direitos das mulheres em nosso País se multiplicam após a promulgação da Constituição de 1988. Essa Carta Magna constitui marco jurídico legal sem precedentes na história recente brasileira, visto que expressa:

[...] um avanço extraordinário na consolidação dos direitos e garantias fundamentais, situando-se como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil [...] Além disso, a Constituição fortalece e aprimora a tônica democrática, ao consagrar a democracia participativa, mediante a instituição de mecanismos de participação direta da vontade popular (como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, nos termos do art. 1º, parágrafo único, e do art. 14), estimulando, ainda, o direito de participação orgânica e comunitária (artigos 10, 11, 194, VII e 198, III). De todas as Constituições brasileiras, foi a Carta de 1988 a que mais assegurou a participação popular em seu processo de elaboração, a partir do recebimento de elevado número de emendas populares. É, assim, a Constituição que apresenta o maior grau de legitimidade popular (PIOVESANI, 2008, p. 2).

Houve uma intensa articulação dos movimentos de mulheres no Brasil no processo de construção da Constituição de 1988 para assegurar tanto a sua participação quanto os seus direitos civis, políticos, sociais etc. O envolvimento dos movimentos feministas e suas reivindicações estão contidas no documento intitulado *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Barsted, em estudos sobre as mulheres para a obtenção de direitos civis, publicados em 1999 e 2001, esclarece que

[...] o movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a

conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos etc. (BARSTED, 2001, p. 35).

Em relação ao texto constitucional, damos destaque para alguns dispositivos destacados em publicações do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em 2006, e também às pesquisas empreendidas por Piovesan (2008), a saber:

a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5, item I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5); b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3), regulamentado pelas Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996); c) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7, XXX, regulamentado pela Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho); d) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (art. 7, XX, regulamentado pela Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho); e) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (art. 226, § 7, regulamentado pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e f) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a Lei “Maria da Penha” – Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher) (PIOVESAN, 2008, p. 3).

Além desses dispositivos, observamos outros aspectos de extrema relevância, que apontavam para a ampliação dos direitos políticos, civis, trabalhistas e reprodutivos, analisados por Barsted (2001), como verificamos a seguir:

As restrições aos direitos políticos das mulheres somente foram retiradas completamente na Constituição Federal de 1934; no plano dos direitos civis, até 1962, a mulher casada era considerada relativamente incapaz, necessitando da autorização do marido para exercer os mais elementares direitos, como, por exemplo, o direito ao trabalho. Até 1988, as mulheres casadas ainda eram consideradas colaboradoras do marido, competindo a estes a direção da sociedade conjugal. No que se refere aos direitos trabalhistas, até fins da década de 70, a lei, sob a rubrica de “proteção”, impedia a entrada da mulher em amplos setores do mercado de trabalho (BARSTED, 2001, p. 34-35).

Em relação às demandas para as mulheres, explicitamos o aprofundamento de conquistas históricas que estabeleceram igualdades na legislação para homens e mulheres, sobretudo, os dispositivos expressos na Constituição de 1988, que, para além das demandas das mulheres, traz especificações sobre a garantia dos direitos de segmentos sociais que

estiveram marginalizados e, por vezes, invisíveis em nossa história: crianças e adolescentes, pessoas negras, deficientes físicos, auditivos, intelectuais, idosos e idosas, entre outros.

As análises de parte das publicações do CFEMEA possibilitam apresentar um quadro comparativo entre as Constituições existentes no Brasil, seus respectivos anos, direitos e as demandas conquistadas em cada época, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Constituições e direitos das mulheres no Brasil

CONSTITUIÇÃO	DIREITOS	CONQUISTA
1824	-	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cidadão</i> era só homem. A mulher não podia votar, nem ser eleita. Podia trabalhar em empresas privadas, mas não podia ser funcionária pública.
1934	Igualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Consagrou, pela primeira vez, o princípio da igualdade entre os sexos.
	Trabalhista	<ul style="list-style-type: none"> • Proíbe diferenças de salários para um mesmo trabalho por motivo de sexo; • Proíbe o trabalho de mulheres em indústrias insalubres;
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Garante assistência médica e sanitária à gestante e descanso antes e depois do parto, através da Previdência Social.
1937	Civis	<ul style="list-style-type: none"> • Manteve as conquistas das Constituições anteriores, e acrescentou o direito a voto para as mulheres
1946	-	<ul style="list-style-type: none"> • Representou um retrocesso para as mulheres quando elimina a expressão "sem distinção de sexo" quando diz que todos são iguais perante a Lei
1967	Previdenciário	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do prazo para a aposentadoria, de 35 para 30 anos de contribuição
1969	-	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma alteração quanto ao direito das mulheres
1988	Isonomia	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; • Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho e na família.
	Legalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ninguém pode ser levado a fazer o que não quer, desde que não seja obrigado por Lei.
	Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição de tortura, tratamento desumano ou degradante; • Inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da casa.
	Individuais e coletivos	<ul style="list-style-type: none"> • Permanência da presidiária com seus filhos durante o período de amamentação; • A prática do racismo é definida como crime, sujeito à pena de reclusão, inafiançável e imprescritível.
	Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social.
	Trabalhista	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição de diferença de salário, admissão e função, por motivo de sexo; • Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; • Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; • Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 5 anos de idade em creches e pré-escolas
	Trabalhadoras domésticas	<ul style="list-style-type: none"> • Salário mínimo, proibição da redução do salário, 13º salário, folga semanal, férias anuais remuneradas, licença à gestante de 120 dias, licença paternidade, aposentadoria, integração à Previdência Social.

	Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Votar e ser votada.
	Seguridade Social	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde, Previdência e Assistência Social.
	Família	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; • É reconhecida a União Estável entre o homem e a mulher como entidade familiar; • A família pode ser formada por qualquer gênero de pais e seus filhos; • O prazo do divórcio diminui para 1 (um) ano, em caso de separação judicial; e para 2 (dois) anos, em caso de separação de fato; • O Estado criará mecanismos para coibir a violência familiar.
	Propriedade	<ul style="list-style-type: none"> • A mulher passa a ter direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra, independentemente de seu estado civil, tanto na área urbana como rural.
2017	Trabalhista	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidades implementadas na lei trabalhista, onde as negociações individuais (trabalhador x patrão), que envolvem mulheres grávidas, autorizam que mulheres grávidas possam atuar em ambientes insalubres, com graus de periculosidade e de riscos em geral.

Fonte: Elaboração da Autora (2017)

Por meio de observação das informações contidas no Quadro 1 é possível afirmar que a educação é entendida como direito social garantido pelo Estado e deve oferecer o ensino fundamental como obrigatório e gratuito à população, devidamente especializado às pessoas portadoras de deficiência e, ainda, atendimento em creches e escolas para as crianças até cinco anos de idade.

Oito anos após a promulgação da última Constituição Federal, foi publicada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), que regulamentou aspectos vinculados à educação infantil, por exemplo, responsabilizando os municípios para oferecerem o atendimento a este nível de ensino. Cabe ressaltar que a implantação de creches e escolas de anos iniciais é uma antiga demanda do movimento de mulheres. A garantia desse direito, por um lado, possibilita às crianças os estímulos intelectuais, motores e psicológicos e, por outro, libera as mulheres de cuidados e atenção à educação integral para realizarem as suas atividades profissionais ou mesmo de capacitação em educação especializada no ensino formal ou técnico (RODRIGUES; CORTÊS, 2006).

Nesse sentido, apontamos que o trabalho também é considerado um direito social de acordo com a Constituição. No texto, é possível observar a garantia de direitos para trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais. É a partir de 1988, que o direito ao salário maternidade para as trabalhadoras rurais é incluído e garantido, por exemplo. É garantida, também, a proteção ao mercado de trabalho, mediante incentivos previstos em legislação

específica, como a proibição de diferença de salários, de exercício de funções, critérios de admissão por sexo, idade, cor ou estado civil.

Em legislação complementar, foi proibida a exigência de atestados de gravidez, bem como de práticas discriminatórias para processos admissionais ou de permanência nos espaços de trabalho. Discussões recentes sobre assédio moral, institucional e intelectual têm sido ampliadas, como práticas em funções de chefia em relação às pessoas a ela subordinadas – o assédio moral aqui é entendido como um desdobramento de outro aspecto relevante que é o assédio sexual (RODRIGUES; CORTÊS, 2006).

Nos últimos anos, há ações afirmativas e a implantação de programas que visam reduzir, cada vez mais, as desigualdades entre gêneros na sociedade, como a implantação em 2003 do Bolsa Família²⁴, que objetivou a criação de benefício básico às famílias em situação de extrema pobreza; que possuem gestantes, crianças e adolescentes, com titularidade de mulheres, entendidas como *chefes* de família (RODRIGUES; CORTÊS, 2006).

Destacamos, ainda, a criação de órgãos de representação às especificidades das mulheres no País – que dependem das gestões políticas para se manterem ou não nas estruturas de governo –, campanhas institucionais para incentivar a participação política das mulheres em espaços de poder representados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário – item destacado nos textos e discussões sobre a Reforma Política proposta no Congresso Nacional do Brasil, como a participação de no mínimo 20% de mulheres para as candidaturas em chapas políticas, por exemplo (RODRIGUES; CORTÊS, 2006).

Não tivemos, nessa seção, a pretensão e muito menos condições materiais e temporais para apontar todas as legislações existentes quanto às especificidades das mulheres, mas procuramos dar atenção especial a alguns direitos fundamentais adquiridos a partir da Constituição de 1988, de maneira a observar que o caminho da construção dos direitos é constante e mutável e se vincula aos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Embora a Constituição de 1988 se apresente como um marco legal na garantia dos direitos das mulheres e da população brasileira, é importante destacar o cenário atual das recentes políticas públicas de gênero no contexto sociopolítico em que o Brasil se encontra, o que aponta para a necessidade de lutas serem travadas de forma permanente em torno destas

²⁴ É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, s/d).

questões. Temas como o aborto, a inserção em espaços de participação e representação política, o direito à aposentadoria e às leis trabalhistas em geral, não configuram novos avanços nos direitos da população, sobretudo na vida das mulheres.

Apesar dos investimentos nos últimos quinze anos do Brasil em projetos que estruturam a produção de mulheres rurais, vale ressaltar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que desenvolvia ações específicas para as mulheres rurais, foi extinto em 2016, antes ainda da nova configuração política do Brasil, dada com o processo de Impeachment contra a ex-presidenta da República Dilma Rousseff.

Com o fim do Ministério, houve a paralisação dos programas para a agricultura familiar, através dos entraves e da não liberação de novos recursos a estas comunidades rurais. Percebemos que há uma grande fragilidade nas políticas públicas quando se trata de priorizar um recorte de gênero e de populações camponesas, em relação aos demais segmentos sociais na sociedade e no Estado. Dessa maneira, as complexidades presentes nas crises políticas e econômicas não favorecem os direitos da população e, em especial, das mulheres. É preciso estarmos em atenção às dinâmicas das relações presentes na sociedade capitalista, para que haja a tentativa de barrar maiores danos aos direitos já conquistados.

2.7 Emergência de capacitação educacional e técnica de mulheres para o mercado de trabalho a partir da década de 1990

Muitos são os fatores que influenciaram as transformações ocorridas no mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas. Dispensamos atenção especial às mudanças que ocorreram a partir da década de 1990 com a penetração do neoliberalismo em território brasileiro e ao processo de globalização econômica no mundo, que impactaram e alteraram estruturas sociais, comportamentos, costumes; a organização e a divisão do trabalho; e, as relações humanas em geral.

Com o *fenômeno* da globalização, as tecnologias em rede de informações como estrutura do capitalismo se intensificaram; a inovação tecnológica influenciou diretamente o cenário global, caracterizado pela competição capitalista em busca de maior espaço nos mercados já estabelecidos. Nesse contexto, o conhecimento constitui diferencial nos processos de concorrência e interação entre empresas, instituições, redes comerciais entre outros. As barreiras geográficas não impedem a comercialização de produtos, processos e

serviços em todo o mundo e, assim, termos como *progresso, eficiência, eficácia, produtividade, redução de custos* tomam proporções antes inalcançáveis. O aumento da concorrência, as mudanças de modelos organizacionais, as transformações políticas, o papel do capital e a diversificação cada vez maior nas relações de trabalho, incorporaram massivamente homens e mulheres (CASTELLS, 1999a).

As diferenças regionais e locais são impactadas por esse processo mundial, que concentra o capital em mãos de poucos grupos e/ou grandes corporações, aumentando as disparidades entre centro e periferia, urbano e rural. “Em contrapartida, a organização da produção em rede mundial motiva o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os pobres, geralmente vinculado às atividades de execução e produção, que demandam ocupações mais simples e rotineiras” (POCHMANN, 2001, p. 8).

Em países centrais e desenvolvidos são fomentadas as pesquisas, as tecnologias, as inovações e conseqüentemente os postos de trabalho são melhores remunerados e mais qualificados. Nos países periféricos, há concentração por custos menores de trabalho. No Brasil, os reflexos dessas transformações provocaram mudanças na economia e nas relações de trabalho (POCHMANN, 2001). Os efeitos da globalização da economia refletiram, principalmente, no campo social, pois “tornaram-se mais visíveis, recolocando com vigor as questões da exclusão e inclusão social [...] nesse sentido, a globalização dá origem a uma nova divisão do trabalho com impactos diretos sobre o volume de emprego e desemprego” (MATTEI, 2002, p. 98).

O mercado de trabalho nacional sofreu muitas transformações, visto que, enquanto havia a substituição do trabalho humano por máquinas por um lado, por outro, houve o aumento do setor de serviços, o que permitia o aumento da quantidade de homens e mulheres assalariadas, mesmo com baixos níveis de remuneração. Houve um aumento na participação de mulheres nas relações de trabalho que incorporou inclusive o meio rural.

Nos empregos formais, houve avanços no grau de escolaridade para suprir as demandas profissionais exigidas pelas empresas, onde o nível educacional tornou-se determinante para melhores oportunidades. Nesse sentido, reafirmamos a importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade. Portanto,

[...]em sociedades onde o acesso de bens e serviços é necessário para a sobrevivência de todo o ser humano, sendo intermediadas pelo dinheiro, cuja fonte principal para a obtenção pela classe trabalhadora é o trabalho, torna-se fundamental estar empregado. Não se trata apenas de manutenção da vida através do suprimento de necessidades básicas [...] trata-se também da inclusão social, da colocação do ser

humano em círculos sociais e do reconhecimento do indivíduo como cidadão (RAMOS, 2006, p. 29).

Ao Estado compete a implementação de políticas que possam expandir as oportunidades de trabalho, de qualificação profissional, de educação a toda a população. Hirata (2002) afirma que, desde a infância, há a preparação para o trabalho produtivo com qualidades que envolvem atenção, paciência, habilidade com as mãos, entendidas como particularidades de mulheres e do trabalho feminino relacionado comumente ao trabalho doméstico. Olinto e Oliveira (2004), de sua parte, explicam que:

Nas sociedades primitivas, as mulheres eram encarregadas das atividades que podiam ser desenvolvidas mais perto de casa e dos filhos, como cozinhar, confeccionar o vestuário, transportar a água, colher os frutos e moer os cereais dentre outras. Já os homens estavam voltados para as tarefas que tinham em comum o fato de serem desenvolvidas longe do ambiente doméstico, bem como também exerciam atividades que exigiam maior força física, como, por exemplo, cortar lenha, caçar, pescar, construir as casas. O ponto que cabe ressaltar é que as atividades desempenhadas pelos homens eram sempre consideradas como as de maior prestígio, não importando quais fossem (OLINTO; OLIVEIRA, 2004, p. 32).

Entendemos que a divisão sexual do trabalho não deve ser concebida como algo construído de forma natural, mas sim como envolvimento da organização social, com influências da cultura, do comportamento, das religiões e do mercado, ao ditarem comportamentos diferenciados para homens e mulheres no trabalho produtivo²⁵ e também no trabalho reprodutivo²⁶.

Com a absorção das mulheres pelo mercado de trabalho, observamos que, além da realização de atividades profissionais e econômicas, elas continuam responsáveis pelos trabalhos domésticos, ou seja, exercem duplas e triplas (sexual) jornadas de trabalho. A partir da década de 1990, o mercado de trabalho passou a ser o objetivo central de busca das mulheres que não são apenas donas de casa, mães e esposas, mas também buscam autonomia econômica e respeitabilidade social através de sua força de trabalho. Além disso,

[...] o desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo – a alteração no padrão de consumo com a presença de novos produtos, expandindo o leque de consumo familiar, impeliu as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica –; e, principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano,

²⁵ O trabalho produtivo refere-se àquele trabalho que tem a capacidade de modificar o valor de uso das mercadorias ou de proporcionar serviços, gerando a riqueza material e não material que sustenta a sociedade.

²⁶ O trabalho reprodutivo ou trabalho da reprodução se refere tanto ao trabalho necessário para a reprodução humana, realizado pela mulher ao longo da história (gravidez, parto ou amamentação), como ao conjunto de atenções e cuidados necessários para o sustento da vida e a sobrevivência humana: alimentação, cuidados físicos e sanitários, educação, relações sociais, apoio afetivo e psicológico ou manutenção dos espaços e bens domésticos.

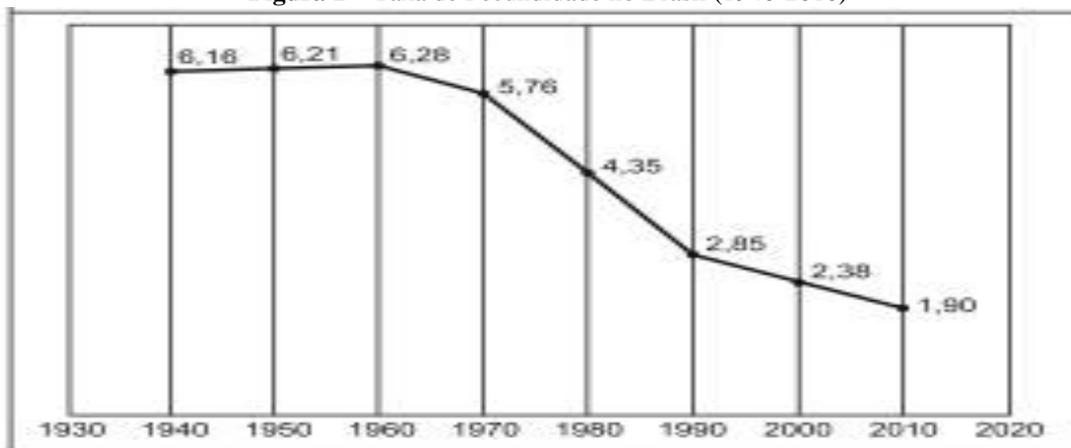
marcaram especialmente as três décadas subsequentes à II Guerra, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres (GALEAZZI, 2001, p. 61).

Tomando por referência os estudos de Castells (1999b), observamos que existem quatro grandes motivações para influenciar fortemente a inserção das mulheres no mercado de trabalho:

[...] primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidade para as mulheres no campo da Educação [...]. Em segundo lugar, vêm as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas [...]. Terceiro, tendo como pano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de 60 [...]. O quarto elemento a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta (CASTELLS, 1999b, p. 172).

Portanto, entendemos que são dois os fatores mais importantes e complementares que contribuem para as mulheres estarem cada vez mais inseridas ao mercado. O primeiro deles é a queda na taxa de fecundidade nos últimos anos e o segundo está relacionado com o aumento do nível de escolaridade e de instrução das mulheres. As prioridades de qualificação para inserção e permanência no mercado competem com projetos pessoais como casamento e a maternidade, por exemplo. Entretanto, com a redução do número de filhos intensificada em meados da década de 1980 com métodos contraceptivos, se tornou mais factível conciliar a atividade profissional com as responsabilidades domésticas. A figura abaixo demonstra a queda da taxa de fecundidade no Brasil.

Figura 1 – Taxa de Fecundidade no Brasil (1940-2010)



Fonte: IBGE (2017)

Entre as décadas de 1940 a 1960 as taxas de fecundidade se mantiveram próximas. Contudo, nos anos 2000, a taxa de fecundidade caiu para 2,3 por mulher e, em 2016, é constatada uma nova queda, que, de acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2017, a taxa é de 1,6 filhos por mulher, o que reitera que o apelo profissional tem tomado proporções ainda maiores nos últimos anos. Verificamos na Tabela abaixo, a evolução da taxa de fecundidade total no Brasil para demonstrar as diferenças regionais em relação à taxa nacional.

Figura 2 – Tabela de Evolução da Taxa de Fecundidade Total, Brasil e Grandes Regiões (1940-2010)

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,89	2,38	1,90	
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16	2,47	
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,06	
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,70	
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,78	
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,92	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Fonte: IBGE (2017)

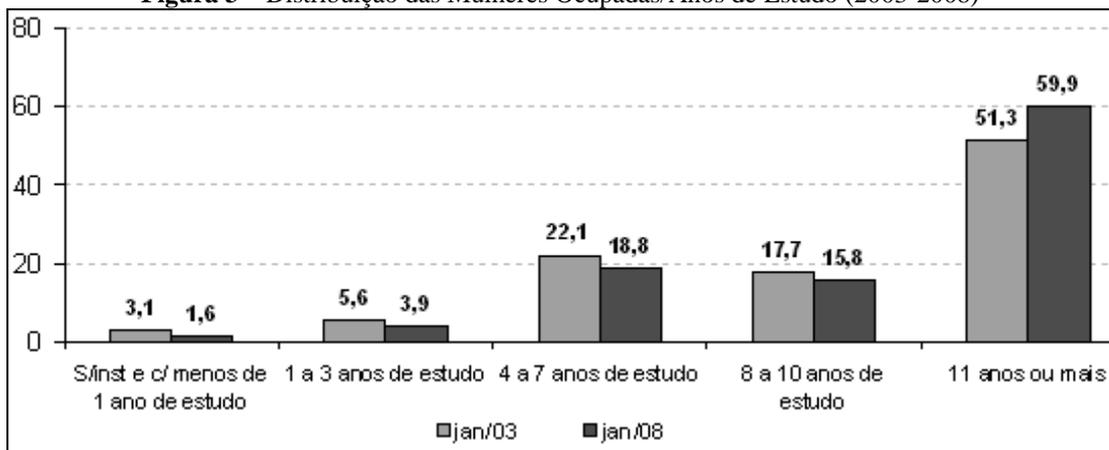
De acordo com a Figura 2, as taxas de fecundidade nas diferentes regiões do Brasil, estiveram próximas da taxa nacional, com exceção do Norte, acima da média, e do Sudeste, abaixo da média com 2,2 filhos por mulher. Há que se destacar que existe uma crescente demanda por mulheres no mercado de trabalho, que vem conquistando cada vez mais espaço em diversos segmentos. Sustentamos que esta alteração se dá com forte contribuição das políticas públicas, acordos, parcerias e maior investimento na escolarização e qualificação profissional da população brasileira.

Embora ainda figurem como minoria em cargos de chefia e, em muitos casos, a conquista por cargos de gerência, mesmo com qualificação superior à trajetória de homens, é preciso reconhecer que a realidade ainda apresenta muitas mulheres desqualificadas profissionalmente, executando funções em condições precárias, com baixa remuneração, em empregos domésticos, familiares e até em atividades não remuneradas (GALEAZZI, 2001).

No Brasil, as mulheres constituem a maioria da população e são mais bem escolarizadas do que os homens. As mulheres concluíram majoritariamente cursos nas áreas de Educação e Humanidades, áreas que possuem menores salários, de acordo com os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada em 2013. As mulheres são percebidas como fator de desenvolvimento: quanto mais são instruídas, menores são os impactos nas políticas públicas (Figura 3).

Em 1980, as mulheres viviam em média até os 65 anos. Em 2010, essa realidade subiu para 77 anos de idade. Entre os principais motivos dessas mudanças, encontramos a influência da urbanização, da modernização, das tecnologias, das condições de saúde, das transformações culturais, econômicas, sociais, do avanço da Ciência e das pesquisas na elaboração e difusão de métodos contraceptivos, de mudanças nos padrões de consumo e nas oscilações de renda, por exemplo.

Figura 3 – Distribuição das Mulheres Ocupadas/Anos de Estudo (2003-2008)



Fonte: IBGE (2008)

Ainda, há um longo caminho a ser percorrido, porém o aumento na participação política da mulher é uma realidade. O Censo Demográfico de 2010 afirma que boa parte das mulheres brasileiras, isto é, 37,3%, são *chefes* de família, garantem a manutenção e o sustento das casas. Nas cidades, esse índice é de 39,3% e, nas áreas rurais, o índice diminuiu consideravelmente para 24,8%, de acordo com o IBGE. Além das questões educacionais, de maior qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, é fundamental perceber que existem exclusões nesse cenário de ascensão.

Concepções discriminatórias acompanham a trajetória da humanidade. Os preconceitos raciais e sociais trazem à tona relações de dominação, de exploração de um povo sobre o outro e, em essência, concebem a branquitude como identidade padrão no mundo ocidentalizado. Se existem dificuldades de possibilidades e oportunidades para as mulheres, em geral, existem fronteiras e limitações maiores ainda para as que não se *adequam* ou não fazem parte de *grupos mais reconhecidos e respeitados* na construção da sociedade, como observamos a seguir:

A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais - homens negros e não-negros e

mulheres não-negras. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precários, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego (DIEESE, 2005, p. 1).

As inserções desiguais das mulheres negras se situam em patamares ainda mais inferiores do que os demais grupos. As mulheres brancas ocupam cargos em setores mais organizados na economia e as negras se ocupam de muitos tipos de trabalhos que exigem menor qualificação profissional, como por exemplo, executando as funções domésticas.

A violência simbólica²⁷ é praticada indiscriminadamente sobre a mulher brasileira e, sobretudo, sobre a mulher negra, sempre associada à função de empregada doméstica. Tal imagem é amplamente veiculada pelos canais de comunicação, especialmente, os televisivos, como a Rede Globo, por exemplo, que insiste em inculcar e naturalizar relações e funções profissionais *subalternas*, como se elas jamais pudessem estar em posições de comando, de chefia em empresas industriais, comerciais, financeiras etc.

A representação dessas mulheres, para uma grande quantidade de pessoas, não ajuda a romper barreiras culturais que se refletem no social e nos demais aspectos da vida delas. Os conflitos relacionados à raça, etnia, gênero, orientação sexual, aparência física existem e cabe ao conjunto da sociedade, questionar as relações de poder que persistem na defesa da hierarquização socioeconômica.

Para compreender as relações destes apontamentos sobre Gênero no meio rural, apresentamos no próximo item, algumas reflexões sobre a Educação do Campo como um dos mecanismos desenvolvidos para que sejam apresentadas outras possibilidades de consciência e trabalho no meio rural.

2.8 Desdobramento das questões de gênero no meio rural e educação do campo

Com a ocorrência do desenvolvimento e a expansão do sistema capitalista de produção, se intensificaram as transformações mundiais em prol dos interesses econômicos. No decorrer do processo histórico, houve o aumento da população, o que demandou maior

²⁷ Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, os seres humanos possuem quatro tipos de capitais, são eles: o capital econômico, a renda financeira; o capital social, suas redes de amizade e convívio; o cultural, aquele que é constituído pela educação, diplomas e envolvimento com a arte; capital simbólico, que está ligado à honra, ao prestígio e ao reconhecimento. É através desse último capital que determinadas diferenças de poder são definidas socialmente. Por meio do capital simbólico, é que instituições e indivíduos podem tentar persuadir os outros com suas ideias. A violência simbólica se dá justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições. Disponível em <https://www.uninassau.edu.br/noticias/entenda-o-que-e-violencia-simbolica>. Acesso em 25/05/2018.

produção e distribuição de alimentos para suprir as necessidades diárias dos seres humanos. A agricultura sempre teve o objetivo de dar subsistência às pessoas e às comunidades. Com a sua modernização, foram colocadas em risco a segurança alimentar, a qualidade da terra, a distribuição e o direito à terra, a produção passou a ser voltada para a exportação e obtenção de lucros, o que alterou hábitos e comportamentos da população em geral, gerando mazelas sociais no campo e na cidade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A desigualdade de oportunidades para a utilização de tecnologias, ferramentas, equipamentos e processos para o aumento da produção cresce espontaneamente, visto que estes procedimentos demandam recursos financeiros muito altos para a aquisição de maquinários e insumos (MAZOYER; ROUDART, 2010). Os produtores que têm menor acesso ou que não têm acesso aos recursos técnicos e tecnológicos são menos produtivos e se desenvolvem com o objetivo de satisfazer as suas necessidades básicas. Percebem o tempo de acordo com as relações familiares, o envolvimento no trabalho, nas tarefas domésticas, na educação dos filhos, no uso consciente dos recursos naturais.

A divisão do trabalho no campo é evidenciada pelo maior vigor físico dos homens e as mulheres se ocupam de atividades *consideradas mais leves* no trato a terra, aos animais, aos filhos e nos aspectos que as relacionam ao trabalho doméstico. É comum que esse trabalho não receba o reconhecimento ou o valor merecido; muitas vezes não há remuneração.

Ao considerarmos a autonomia econômica, fruto do trabalho, é preciso pensar sobre a autonomia social como possibilidade de igualar homens e mulheres. O movimento feminista, quando inserido no campo, pode construir um importante espaço educativo para a formação das mulheres em busca de compreensão da sua própria realidade, e, ainda, a entender e contestar as práticas socioeconômicas e comportamentais do sistema capitalista.

Analisar os mecanismos de funcionamento do capitalismo nos remete à necessidade de refletir sobre os mecanismos internos de funcionamento do patriarcalismo para a compreensão do debate acerca de gênero, pois “é da relação patriarcal que o homem emerge como o principal ganha pão familiar, a mulher como uma trabalhadora complementar e a reprodução da família como seu principal e natural campo de atividades” (PENA, 1981, p. 14).

Percebemos que, nos espaços públicos e privados, esses fatos se tornam mais evidentes, através da opressão que se multiplica nas esferas de vida social e do trabalho.

Nesse sentido, o direito à cidadania, à sexualidade, às funções reprodutivas, à saúde e ao trabalho foram subjugados; as mulheres assumiram as identidades que lhes foram impostas.

A dinâmica do trabalho feminino constituiu-se no seio do lar, nos serviços pessoais, nas fábricas, nas ocupações e tarefas menos qualificadas, “pior remuneradas e mais rotineiras e monótonas” (PENA, 1981, p. 15). Portanto, além do trabalho servir diretamente as demandas do capitalismo, serve também às demandas do patriarcado.

Os estudos necessitam de diretrizes que, de fato, analisem a especificidade da condição de subordinação feminina, para que a realidade possa ser alterada. Faz-se necessário examinar a participação política das mulheres com base em seu envolvimento com os movimentos sociais que emergem em nosso País a partir da década de 1980, por exemplo, pois

Até então, a inserção feminina nos movimentos sociais realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares [...]. A liderança se firma com a morte do marido, fato que a conduz a substituí-lo, assumindo, então, o compromisso com a luta, numa demonstração de capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai). Talvez a força dessa liderança estivesse justamente na quebra dos valores tradicionais da identidade feminina e na inversão radical de papéis (CARNEIRO, 1994, p. 12).

As mulheres quando participavam das atividades no movimento de trabalhadores e trabalhadoras não estavam envolvidas por temas específicos em sua condição de existência como mulher; estavam integradas a um conjunto mais amplo de lutas como classe social e, sendo assim, as questões de gênero não se apresentavam com relevância, pois estavam representadas implicitamente numa identidade coletiva de lutas.

É a partir dos anos 1980 que ocorre a intensificação de diversas formas de lutas das mulheres, inclusive no meio rural, associadas aos movimentos de resistência dos trabalhadores agrícolas contra situações de exploração a que estavam – e estão - submetidos. Os fatores que influenciaram diretamente a transformação da mulher em *sujeito* político estão sustentados em valores e relações sociais entre os gêneros e referências à identidade feminina, que caracterizaram o momento em busca de direitos como mulheres trabalhadoras (CARNEIRO, 1994).

Em nossas investigações, observamos que os movimentos feministas constituídos possuem reivindicações gerais muito próximas, que, discutidas e sistematizadas, foram aprovadas no *1º Congresso Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul*, realizado em Porto Alegre, em outubro de 1986, com representação de mais de 300

mulheres de inúmeros municípios brasileiros. Nesse congresso, foram debatidas questões como:

Reconhecimento do status de “trabalhadora” em contraposição à designação socialmente consagrada - “doméstica”; direito aos benefícios sociais decorrentes deste reconhecimento; aposentadoria aos 45 anos, auxílio natalidade, seguro para acidente de trabalho e direito à sindicalização [...]. salário mais justo (tanto em termos absolutos quanto em relação aos homens), creche, terra para plantar, não superposição dos “serviços de casa” e o “trabalho fora”, educação e assistência médica para elas e filhos, repúdio à dominação do homem na família e à ideologia machista [...] as lutas pelo preço justo do produto, pelo direito a se associarem às cooperativas com o respectivo controle sobre a comercialização das mercadorias por elas produzidas (o leite, principalmente) pela divisão mais equilibrada das tarefas domésticas através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos tanto em casa quanto na escola, por uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores e reivindicação mais puramente feminista, o repúdio à utilização do corpo da mulher em propagandas (CARNEIRO, 1994, p. 17).

Em geral, as reivindicações apresentam ênfases às condições socioeconômicas e também voltadas para a realidade das mulheres em seu espaço familiar e de trabalho. A relevância de cada condição tem a finalidade de tornar público o seu papel como trabalhadora (produtora e agricultora), o que é “pré-condição para uma série de outras reivindicações que dizem respeito à cidadania da mulher” (CARNEIRO, 1994, p. 19).

A cidadania da mulher deve ser aqui entendida como relação entre homens e mulheres que se inicia pelo direito ao trabalho e aos direitos sociais, como luta permanente das e entre as mulheres que vivem no campo. São lutas pela visibilidade do trabalho que desempenham, considerado socialmente como obrigação de seus papéis como mulher; realizações como profissionais reconhecidas dentro e fora de casa. Esses elementos estão presentes em vários discursos analisados por Carneiro (1994), como podemos observar no fragmento a seguir.

A mulher (quando trabalha fora) passa a ser empregada do marido e da mulher particular. A mulher da roça é também escrava da “mulher da rua”, da cachaça e do jogo. A mulher trabalha na roça e quando tira o lucro fica com o marido. O marido bota o dinheiro no bolso, ele tem o poder do dinheiro. A mulher é escrava e não rainha. Quem primeiro a escraviza é o próprio esposo. Temos que nos libertar também no lar. A mulher é desvalorizada, precisa ser respeitada. O trabalho da mulher é explorado pelos pais, irmãos e maridos, a exploração da mulher já começa dentro de casa (CARNEIRO, 1994, p. 20).

Em relação às questões econômicas e salariais podemos perceber também que:

[...] a mulher ajuda em tudo na roça e esse é o nosso salário, logo nós somos agricultoras também e temos direito (à previdência social). A simbiose mulher-terra-família é constitutiva da identidade feminina no campo e impõe-se como paradigma para as relações sociais de gênero e para a posição da mulher no campo. A indivisibilidade da renda familiar é sustentada pela própria lógica da organização social camponesa e com ela é afirmada a estrutura de autoridade dentro da família.

Essas reflexões nos levam a reconhecer que a luta pela cidadania da mulher do campo começa pela luta pelo reconhecimento de seu estatuto profissional, mas esbarra nos valores culturais que definem o gênero feminino. Nesse sentido o caminho traçado pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais é limitado pelas próprias relações sociais de gênero no campo e, desta forma, distingue-se qualitativamente dos movimentos sociais urbanos (CARNEIRO, 1994, p. 22).

As reivindicações apresentadas pelas mulheres trabalhadoras rurais convergem para seus papéis como trabalhadoras, mães e esposas. A participação das mulheres nos movimentos sociais e sua participação política e social apresentam possibilidades de criação e recriação de novas formas de estabelecimento de relações; é um processo de aprendizagem individual e coletivo que se redefine a cada nova tarefa no cotidiano do movimento, uma vez que é

[...] a partir do envolvimento em movimentos sociais [que] as mulheres se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, passam a reconhecer que possuem um determinado capital específico suficiente para formar um grupo de produção, ter uma renda. Depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, estão mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos (SALES, 2007. p. 442).

A organização das mulheres no ambiente rural para a constituição e sua autonomia em relação ao trabalho, à produção e à gestão de seus produtos é um importante elemento para redução das desigualdades de gênero e manutenção de seu espaço na tomada de decisão em seus lares. A promoção de políticas públicas dirigidas a estas mulheres no Brasil apresenta-se desde uma perspectiva de inclusão e igualdade de gênero, a oportunidades de geração de renda para que as mesmas mantenham sua autonomia econômica.

Os movimentos organizados pelas mulheres trabalhadoras rurais em diálogo institucional com o poder público desenvolveram algumas estratégias para promoção de direitos das mulheres em relação à produção na agricultura familiar, na reforma agrária, entre outros temas. Políticas relacionadas à “garantia da terra, do direito à documentação civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, às políticas de comercialização e de organização produtiva” (BUTTO, 2011, p. 11), foram desenvolvidas a partir do ano de 2003.

De acordo com Butto (2011), as mulheres, em sua maioria, não possuem direitos básicos à saúde, educação e não são reconhecidas como trabalhadoras rurais quanto ao desempenho de atividade profissional. Segundo o IBGE, em documento publicado no ano de 2013, há uma demanda crescente de migração feminina para as cidades e aquelas que permanecem no campo “ocupam-se da criação de aves e pequenos animais, da horticultura, floricultura, silvicultura e da lavoura” (BUTTO, 2011, p. 13).

O trabalho quase sempre entendido como ajuda, aplica-se à extensão de cuidados com a família e mais uma vez, a invisibilidade profissional se evidencia nas estatísticas e jornadas de trabalho. “Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas”, pois deixam de considerar a jornada doméstica (BUTTO, 2011, p. 14).

Entretanto, não podemos desconsiderar que as mobilizações nacionais das mulheres nas últimas décadas resultaram na criação de melhores condições para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas específicas. Conforme argumenta Butto (2011), as mulheres brasileiras passaram:

[...] a reivindicar com maior ênfase a [sua] inserção nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada. Observa-se, ainda, uma ação dirigida a dar visibilidade às diversas formas de reprodução social da agricultura familiar camponesa, que destaca a contribuição do trabalho das mulheres para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da família. Ganha importância, também, a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do trabalho das mulheres no manejo sustentável e, conservação da biodiversidade. As mudanças que se verificam na agenda dessas atrizes, associa-se também às respostas e ao diálogo que vai sendo construído no novo ambiente institucional, criado a partir de 2003 (BUTTO, 2011, p. 15).

A participação dos movimentos com os diversos órgãos e secretarias vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no Brasil, a partir de 2003, possibilitou a apresentação de programas e projetos que propunham a criação de uma linha especial de crédito para as trabalhadoras rurais com condições diferenciadas e mais facilitadas para obtenção de financiamento produtivo. O apoio a um maior número de projetos focados nas mulheres rurais se tornou um tipo de ação inovadora para aplicação de orientações metodológicas desenvolvidas em conjunto com o movimento, dando o caráter *feminista* para as chamadas existentes (BUTTO, 2011).

Em relação à produção e sua comercialização, houve a criação de um “Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das Mulheres com foco no gerenciamento, comercialização, legislação sanitária, inovações tecnológicas e crédito” (BUTTO, 2011, p. 24). A partir da realização de feiras e encontros nacionais, ocorre o fortalecimento da troca de conhecimentos em gestão que visaram o protagonismo das mulheres nas atividades de produção.

Quanto à aquisição de direitos igualitários à terra nas áreas de Reforma Agrária, podemos perceber a

[...] ampliação do acesso das mulheres à terra através de uma readequação do SIPRA (Sistema de Informações nos Processos de Reforma Agrária), revisão dos cadastros, e dos contratos e dos títulos (definitivos ou de concessão de uso), para estabelecer a obrigatoriedade em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal, nos assentamentos da reforma agrária. Sugeriu-se o estabelecimento da prioridade da permanência das mulheres no assentamento de origem ou como beneficiárias em outro assentamento nos casos de separação. Também foi proposta a divulgação das vantagens dessas medidas junto às trabalhadoras rurais (BUTTO, 2011, p. 27).

Algumas prerrogativas para a segurança da titulação dos assentamentos em situação de casamento são fundamentais. Em caso de separação, por exemplo, a lei prevê que a terra deve ficar com a mulher e com os filhos. Para a classificação de famílias com benefícios concedidos pela Reforma Agrária, incluiu-se a preferência por famílias que possuem as mulheres como responsáveis pela família.

Outro aspecto importante refere-se às estatísticas sobre a ausência de documentação civil em relação às pessoas que vivem no campo. Os dados existentes demonstram que são as mulheres que constituem a maior parcela da população não documentada. Portanto, houve uma demanda para a criação de mais um programa para amenizar esses índices (BUTTO, 2011).

Alguns dados levantados pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário embasam os estudos de Hora (2015), ao afirmar que a institucionalidade de programas e ações pelo governo federal, durante os anos de 2003 a 2015, possibilitou diminuir a desigualdade de gênero no meio rural através da consolidação de práticas de promoção à autonomia das mulheres do campo baseadas em “cidadania, terra, território, recursos financeiros e serviços especializados (crédito, assistência técnica, acesso aos mercados, fortalecimento e participação social)” (HORA, 2015, p. 15). Através dessas políticas foi garantido o atendimento a 1.354.019 mulheres:

- a) [...] no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, cujos mutirões emitiram 2.739.047 documentos;
- b) Alteração de 24% para 70% de mulheres titulares de lotes advindos da Reforma Agrária entre os anos de 2003 a 2014 garantido pela implementação da obrigatoriedade da titulação conjunta e do reconhecimento da mulher como chefe de família;
- c) 515 mil contratos de Pronaf com Mulheres no Plano Safra (2013/2014), representando 27% do total de contratos nesta safra;
- d) 59 mil mulheres beneficiadas pela Assistência Técnica de Extensão Rural;
- e) 114 projetos apoiados pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais beneficiando aproximadamente 138 mil mulheres;
- f) Estabelecimento de cotas específicas para mulheres no Programa de Aquisição de

Alimentos, possibilitando que os contratos com as mulheres alcançassem 49,6% do total contratado (HORA, 2015, p. 15).

Em relação à educação e diante das dificuldades, como o analfabetismo ou a baixa escolaridade, atrelada ao desconhecimento de direitos e à inexistência de políticas públicas, é necessário ampliar os espaços de discussão, de reflexão sobre a educação e sobre gênero, que precisam estar presentes na organização dos movimentos sociais, visto que afetam diretamente a vida das mulheres, das famílias e da sociedade em geral.

Quanto ao modelo de Educação do Campo empreendido nos últimos anos, devemos iniciar nossas reflexões e compreender quem são os sujeitos atendidos por tal proposta: o conceito *Educação do Campo* foi elaborado durante a realização do *I Seminário Nacional por uma Educação do Campo* e descreve esses sujeitos como “pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias entre outros” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 11).

O conceito de Educação do Campo é trazido por Saviani (2007, p. 17) e apresenta como perspectiva “uma educação diferenciada por apresentar elementos de confronto e denúncia à lógica educacional do capital, porém subordinada a ela através de sua materialização nas políticas públicas”. Apresentado, portanto, como uma educação de resistência e contradição por ser emancipadora em um contexto de relação entre capital, trabalho e educação.

Os conceitos de Educação “no” e “do” campo também são apresentados por Kolling, Cerioli e Caldart (2002). “No”: o povo tem direito a ser educado onde vive; “do”: direito à educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. E, ainda, complementado esse contexto, Vendramini (2008, p. 4) defende a necessidade de um posicionamento político e a junção de contextos gerais, específicos e particulares. “É uma abstração se não for considerada no contexto em que é desenvolvida, nas relações que a suportam, e especialmente, se não for compreendida no âmbito da luta de classes, que se expressa no campo e na cidade”.

Sob a ótica do Estado, o projeto visa atingir algumas metas da educação básica que privilegiam apenas o aprendizado de leitura, escrita e cálculo, na defesa de que, dessa forma, as pessoas estão incluídas na organização escolar e produtiva do sistema. Estendemos a concepção do conceito de Educação do Campo, tomando as palavras de Saviani (2007, p.

83), ao expressar que deve ser entendido como um “movimento educacional específico que tem apontado a possibilidade de construção de um projeto popular para o país”. Com origem na Teologia da Libertação, o projeto popular é organizado na educação de massa e de classe, objetivando transformações sociais, na luta pela escola pública em valores humanos, com o objetivo de colocar fim na propriedade privada da terra para a construção de outro projeto de sociedade.

A trajetória empreendida pelos sujeitos do campo e pelos movimentos constituídos apontam luta permanente das comunidades estabelecidas no espaço rural em seus aspectos formais e informais. A principal reivindicação é a Reforma Agrária. Porém, com o aprendizado desenvolvido durante os períodos intensos de luta, as comunidades perceberam que a luta pela terra é insuficiente para tornar o campo um ambiente menos desigual e mais justo. Para a transformação desse espaço, é necessária a efetivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Dessa maneira, a Educação é considerada como estratégia de emancipação desses sujeitos e à plena transformação do espaço rural.

São muitos os desafios em relação ao desenvolvimento da proposta de Educação pautada pelo movimento, entre eles destacam-se: projeto pedagógico, estrutura física, capacitação de professores, valorização da cultura e saberes dos sujeitos, desenvolvimento de novas tecnologias de produção e comercialização imbuídos em propostas e valores de sustentabilidade, entre outras. Nesse sentido,

[...] a Educação do Campo nasce em contraposição ao modelo educacional hegemônico. É vista como ferramenta no fortalecimento da organização e luta da classe trabalhadora, instrumentalização para a conquista da reforma agrária e demais direitos que garantam o campo como possibilidade de um espaço de vida com dignidade. Assim, a descolonização do saber contribui com a formação de consciências críticas, capazes de recriar a dinâmica e as relações sociais opressivas as quais os sujeitos estão submetidos. Trata-se, então, de um diálogo com o mundo e sobre o mundo (LEMOS, 2015, p. 6).

Entendemos que as relações entre os sujeitos e a sociedade na Educação do Campo são mensuradas pela dimensão do trabalho. As desigualdades econômicas, sociais, políticas e também de gênero se dão da mesma forma. É através do trabalho que são materializadas as relações no interior da sociedade capitalista. As mulheres estão presentes no amplo espaço produtivo do campo, porém seu trabalho é pouco valorizado, como já dito anteriormente. Problematizar os elementos que historicamente limitam a valorização das mulheres possibilita a “desnaturalização da dominação masculina” (LEMOS, 2015, p. 7).

Os fundamentos da Educação do Campo se constituem como conhecimento, educação, luta e poder de forma igualitária para emancipação dos sujeitos. Ao fomentar uma nova maneira de produção em seus processos educacionais, supõe uma mudança estrutural nas relações sociais, o que deve envolver as desigualdades de gênero como luta contra a opressão às mulheres. A realização das Marchas das Margaridas, como mobilização constante das mulheres do campo e modalidade de educação não formal, dá visibilidade e possibilita a ampliação de diálogos e demandas para além dos movimentos já constituídos no ambiente sindical.

Para empreender a educação no campo, os profissionais atuam em diversos espaços e processos educativos. As relações de gênero, portanto, são transversais a esses espaços e ambientes. O tema é visto pelo Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, como um dos de maior importância formativa. No movimento, a busca de representatividade é notória e há a composição das coordenações por ambos os sexos. Em outras tarefas as distinções são remanescentes por vários motivos: alfabetização, habilitação para dirigir entre outros (MOTA, 2012).

Para o Movimento as relações se reproduzem na sociedade por meio de signos e instituições, entre elas a escola. Para uma proposta de nova formação é importante romper com valores que são dominantes na sociedade atual focada no lucro. De acordo com os estudos de Mota (2012), entre tantas lutas e superações, o documento *MST – Setor Nacional de Gênero – construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder*, de julho de 2003, apresenta as linhas políticas de gênero do MST, aprovadas pelo conjunto do Movimento em 1999. Verificamos no documento os itens específicos sobre a questão das mulheres e listamos:

- 1) Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
- 2) Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
- 3) Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;
- 4) Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja cinquenta por cento de mulheres;
- 5) Garantir que todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos dos núcleos, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
- 6) Garantir que todas as atividades, de todos os setores e instâncias, tenham ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
- 7) Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
- 8) Garantir a participação das mulheres no setor de frente de massa para incentivar as mulheres a irem para o acampamento,

participarem das atividades no processo de luta, e serem ativa nos assentamentos; 9) Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam as mulheres dos trabalhos domésticos 10) Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, no planejamento e na discussão política e econômica; 11) Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo (MOTA, 2012, p. 75-76).

Antes das lutas empreendidas pelos movimentos, os documentos traziam apenas os nomes dos homens. As estratégias para amenizar as repressões sociais precisam ser permanentes. Muitos homens *cedem* espaço para composição de forças em prol da luta e não necessariamente pela consciência de gênero. A participação das mulheres em espaços de discussão no ambiente é expressiva e numérica, porém a exposição de ideias normalmente é limitada em função das tarefas domésticas e o tempo de estudo se encontra reduzido. Mota (2012), afirma que:

O fato é que as relações patriarcais e a ausência de políticas públicas produzem uma sobrecarga para as mulheres que passam a assumir, na maioria das vezes, sozinhas, o trabalho doméstico, ficando impedidas de usufruir tempo livre para desenvolver suas habilidades e capacidades (MOTA, 2012, p. 83).

É possível perceber que a formação em gênero é de fundamental importância para a garantia da luta da emancipação humana, com homens e mulheres com ações de mudança. Nosso estudo propõe reflexões sobre alguns espaços de atuação e elementos da vida cotidiana das mulheres, em contextos diferenciados, porém compreendidos numa mesma totalidade. A participação política, social, a autonomia e a Educação do Campo, constituem-se como temas integradores nesta análise e possibilitam um maior entendimento sobre a permanente luta das mesmas em todos os espaços.

Neste sentido apresentamos reflexões sobre os papéis atribuídos aos homens e mulheres de modo a desnaturalizar as relações do patriarcado em um ambiente coletivo de luta e entender como a consciência política pode impactar a tomada de decisão da mulher do campo em sua própria vida e em seu lar.

No próximo capítulo, apresentaremos as análises realizadas a partir da pesquisa de campo com as mulheres rurais no Assentamento Maria da Conceição (Orizona/GO).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO (ORIZONA/GO).

Para localizarmos geográfica e socialmente, o nosso estudo, o Assentamento Maria da Conceição, apresentamos o seu histórico e sua contextualização no município de Orizona, Goiás. Tais discussões são referências relacionados às alterações ocorridas no cenário econômico e político nacional a serviço do capital²⁸. Refletir sobre como essas alterações impactaram a vida no campo, principalmente das mulheres, se faz fundamental em busca de dados e conhecimento sobre o tema.

3.1 Caracterização do Assentamento Maria da Conceição, no município de Orizona/GO

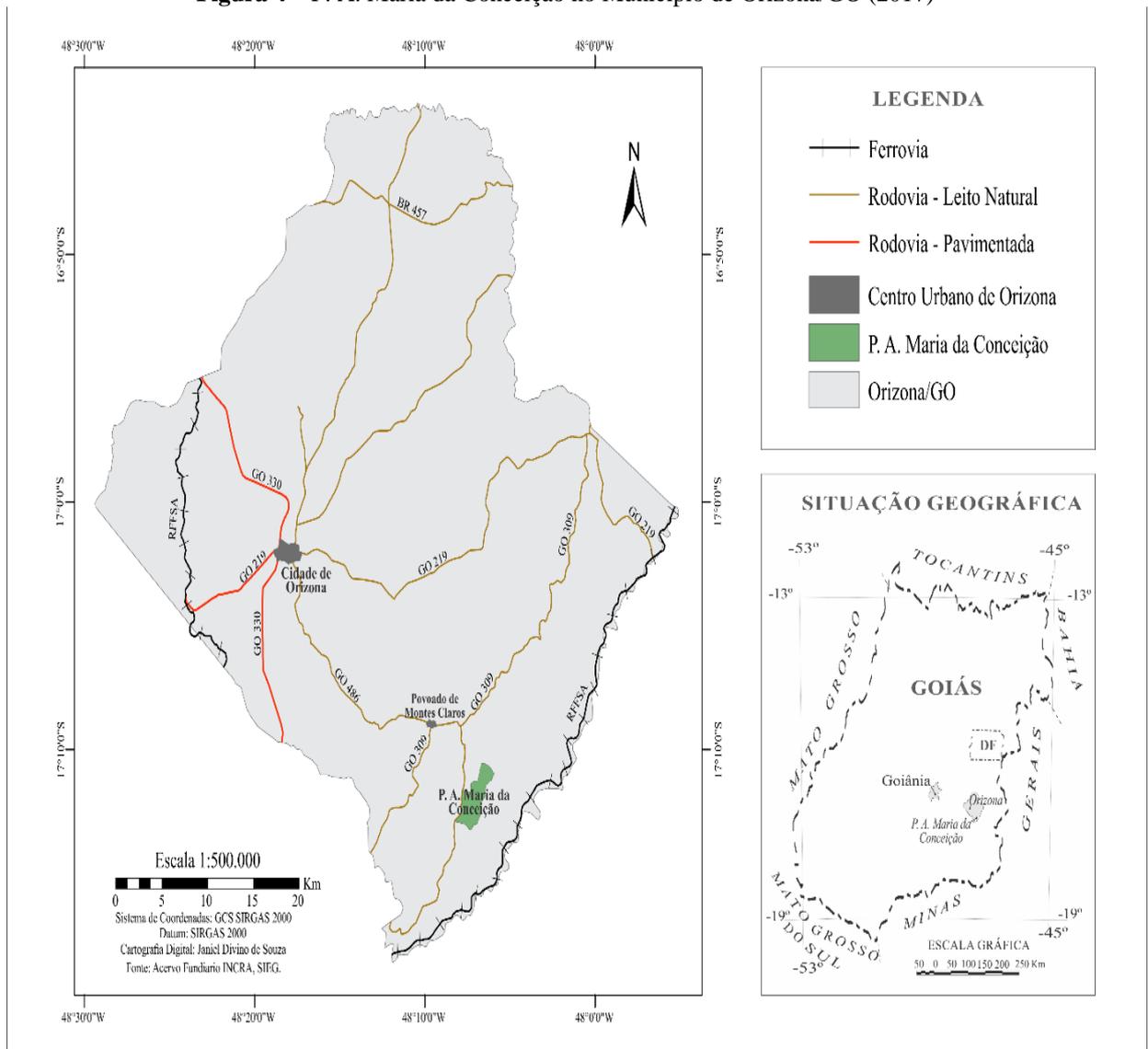
De acordo com a definição utilizada pelo INCRA, o Assentamento é o “conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto onde originalmente havia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2017). Cada unidade destas é chamada de lotes (ou parcelas) e é entregue pelo INCRA para uma família que não possui condições econômicas para aquisição ou manutenção de um imóvel rural por outros mecanismos. O tamanho e a localização do assentamento dependem da capacidade que a terra possui para comportar a quantidade de famílias e lotes em demanda, os quais também têm seus tamanhos definidos pela geografia do terreno e por suas condições produtivas (INCRA, 2017).

Cada lote recebido por uma família pode ser utilizado e explorado para o seu sustento e estas devem residir neste espaço e contar com mão-de-obra familiar para a sua produção. Os beneficiados contam com assistência técnica, infraestrutura e outros créditos como apoio para o desenvolvimento de suas atividades na terra, que ficam vinculadas ao órgão até possuírem a escritura definitiva do lote. Portanto, as famílias não podem vender, alugar, doar ou emprestar as terras até a obtenção do documento (INCRA, 2017).

²⁸ Em linguagem comum, a palavra *capital* é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza. Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o próprio investimento: um instrumento financeiro, ou ações que constituem títulos sobre meios de produção, ou ainda os próprios meios físicos de produção. Dependendo da natureza do capital, a taxa de retorno a que o proprietário tem um direito jurídico é um pagamento de juros ou uma participação nos lucros. A ciência econômica burguesa amplia ainda mais o uso da expressão, entendendo-a também como qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente (BOTTOMORE, 2002).

O Assentamento Maria da Conceição foi criado no ano de 2010, no Sudeste de Goiás, no município de Orizona (Figura 4), que possui uma estimativa de 14.300 habitantes em uma área de 1.972,884 km², de acordo com dados divulgados pelo IBGE, em 2017. O Assentamento se deu por meio de desapropriação de um imóvel rural com 792 hectares que não estavam sendo utilizados para produção agropecuária. O município está situado a 122 km da capital do Estado, Goiânia (MONTEIRO, 2015).

Figura 4 – P. A. Maria da Conceição no Município de Orizona/GO (2017)



O Assentamento foi o primeiro a ser criado pelo INCRA no município, através da Portaria do INCRA Seccional Goiás nº 019/2010 (GOIÁS, 2010), a partir da desapropriação das fazendas Campo Limpo e Barreiras, do latifundiário Manoel Luiz Santos Correa. Em

relação à região, foi o sétimo a ser criado no Sudeste goiano e recebe o nome de Maria da Conceição em homenagem a uma líder sindical da região. Sobre o histórico da área, apresentamos que:

A área foi decretada de interesse social para fins de reforma agrária em novembro de 2007 e o INCRA foi imitado na posse da fazenda em agosto do ano seguinte. Para criar o assentamento, o INCRA dependia da expedição da Licença Ambiental Prévia (LP) pelos órgãos ambientais, o que só ocorreu no início do mês de março de 2010 (INCRA, 2010, p. 1).

O Assentamento possui famílias que são oriundas da própria cidade de Orizona e também de municípios vizinhos, sendo que a maioria estava acampada em um local próximo desde 2005. A área do Assentamento tinha capacidade para assentar 16 famílias, em 16 lotes, mas foram assentadas 13. A organização foi realizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), tendo na sua estrutura a forma familiar de organização (MONTEIRO, 2015).

O local ainda não possui energia elétrica e está localizado a 28 km de distância do município de Pires do Rio e a 40 km do centro da cidade de Orizona, próximo ao Povoado de Montes Claros. O acesso ao Assentamento se dá apenas por estradas de terra (MONTEIRO, 2015).

3.2 A Cidade: Orizona

O município de Orizona está localizado no Sudeste do Estado de Goiás, a 130 km de Goiânia e a 200 km de Brasília. Sua população está estimada em 14.300 habitantes, sendo que 6.685 (51,2%) estão no meio rural de acordo com os dados do Censo de 2017 (IBGE, 2017).

A cidade de Orizona iniciou seu processo de ocupação em 1830, com a chegada de posseiros que vinham do Estado de Minas Gerais. O registro histórico da cidade conta que o primeiro posseiro a chegar na cidade era do município de Patrocínio, Minas Gerais. Este mineiro, José Pereira Cardoso, saiu de Minas Gerais em busca de terras férteis, no interior do país. As terras produtivas em que ele se instalou e morou em Goiás, deram nome ao município de Orizona (BEZERRA, 2003).

Em 1890, nessas terras, se estabelece um povoado denominado Capela dos Correias, distrito do município de Santa Cruz de Goiás. Em 1906, o povoado é emancipado e, então, é constituído o município de Campo Formoso. Essa denominação foi estabelecida para

homenagear uma família de origem espanhola que se estabeleceu no povoado, porém outra cidade no país já possuía este nome. Dessa maneira, em 1943, Campo Formoso passa a se chamar Orizona, que advém da palavra *arroz* com origem do vocábulo grego *oriza*, junto à palavra *zona*, do vocábulo português, que designa região. Assim, Orizona significa região produtora de arroz (BEZERRA, 2003).

O sul do Estado de Goiás respondia por demandas de produtos primários para a macrorregião Centro-Oeste por possuir uma área com trilhos da Estrada de Ferro²⁹ instalada em Goiás. O município, situado na região Sudeste do Estado, muito próximo ao Sul, começa a se articular com as demais regiões na abertura da fronteira agrícola. Este movimento faz com que haja a valorização de muitas terras, porém trouxe, como consequência, a perda de fertilidade do solo por culturas temporárias, cedendo lugar à pecuária extensiva e provocando a expulsão de pequenos produtores e produtoras (BORGES, 2000).

A ocupação das terras do município foi marcada por lutas e resistências que envolveram constantemente trabalhadores e trabalhadoras rurais e fazendeiros e fazendeiras. O embate no campo em Orizona foi denominado *Luta do Arrendo* e ocorreu entre os anos 1950 e 1951. A luta consistiu na reivindicação de camponeses e camponesas pela redução da taxa de arrendamento das terras de 50% para 20% da produção realizada por eles naquele período. Os trabalhadores e trabalhadoras que atuavam em parceria com os fazendeiros recebiam, ao final da colheita, 50% da safra. Aos fazendeiros, competia a preparação do solo para o plantio e aos trabalhadores, todo o processo produtivo dos cultivos (LOUREIRO, 1988).

Os trabalhadores e trabalhadoras, ao tomarem conhecimento de um artigo na Constituição do Estado de Goiás, que fixava o arrendamento em 20% no máximo da produção, começaram a se articular e reivindicar seus direitos apoiados pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Organizavam suas reivindicações nos períodos de colheita e pressionavam os fazendeiros para não se apropriar de mais do que 20% da produção. Em 1950, houve êxito, porém, em 1951, com apoio dos fazendeiros locais, houve a repressão do movimento com o uso de força policial advinda da capital do Estado (LOUREIRO, 1988).

Foi um período de embates constantes e os camponeses, atingidos pela repressão e ações violentas, perderam sua força. Sobre este período, podemos perceber que os sujeitos:

²⁹ A Estrada de Ferro Goiás é uma ferrovia do governo federal, com aproximadamente 480 quilômetros de extensão e trinta estações, que liga a cidade de Araguari, no Estado de Minas Gerais, à cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. No momento a estrada encontra-se privatizada. (CHAUL, 2002).

Eram espancados o marido, a mulher, os filhos. Gente ficou aleijada, crianças sem leite, sem comida, porque os pais precisavam fugir, estavam presos ou doentes de pancada. Em Orizona, um dentista, ficou aleijado. Ele só dava alguma ajuda aos camponeses. Era apenas um simpatizante. Nessa época o destacamento da polícia foi dobrado, em Orizona e em Pires do Rio. Muitos fugiram, houve prisão e muito espancamento (LOUREIRO, 1988, p. 68).

Esse processo histórico retrata como se deu a violência para a expropriação de pequenos produtores e produtoras e a migração por produções em maior escala e para o fechamento da fronteira no interior do Estado de Goiás. Atualmente, há forte presença da pecuária como atividade econômica do município em sua expansão agrícola. Por outro lado, a agricultura familiar é uma categoria social que possui características históricas marcantes na região, apesar de ter ocorrido a sua marginalização e exclusão dos processos de modernização da agricultura em geral (LOUREIRO, 1988).

Para a promoção de uma diversidade regional, há uma marginalização caracterizada no âmbito geográfico, onde algumas áreas são destacadas pela modernização e grande produção. Há também uma marginalização social, visto que existe, nitidamente, uma diferença nas condições de acesso a maquinários e insumos para ampliação da produção. Podemos entender que, dessa maneira, há uma divisão entre os que se adequaram à modernização e os que não obtiveram condições para tal.

Sob essa ótica, a agricultura familiar ocupa um espaço social bem definido, prejudicado pelo período de modernização no campo. Por um lado, há o acesso restrito à terra como propriedade, por outro, existem limitações quanto às possibilidades de investimentos para a sua produção. Dessa maneira, produtores e produtoras que buscam estratégias na agricultura familiar para sua sobrevivência, o fazem em um espaço geográfico e social limitado, buscando formas de associação para uma busca de representação frente às reivindicações (WANDERLEY, 2000).

Em Orizona, o papel organizacional da agricultura familiar é representado pelas associações, cooperativas e sindicatos no município. Cabe ressaltar que o município é uma das principais bacias leiteiras do Estado de Goiás e abriga laticínios e cooperativas. Esta atividade se constitui como uma das principais estratégias de sobrevivência da pecuária e da agricultura familiar, nas comunidades rurais do município; sendo que, também ocorre a produção de grãos (soja e milho), desde a década de 1980. Um dos principais motivos para a expansão deste tipo de cultivo é a topografia plana, a grande quantidade de recursos hídricos, a alta qualidade e o preço baixo das terras (LEMES, 2010).

Na próxima sessão, apresentamos as análises dos dados da pesquisa de campo, orientada por indagações investigativas que procuram identificar as mulheres que vivem no Assentamento, suas origens, as principais ocupações cotidianas, as suas atividades econômicas, grau de escolarização, a sua participação na renda familiar. Nossa investigação busca, ainda, identificar, sobretudo, as interações políticas que ocorrem ou não no local em que essas mulheres vivem, se elas estão inseridas em processo de luta e conquista da terra e quais os processos formativos decorrentes desses enfrentamentos.

As entrevistas semiestruturadas foram pensadas a partir das informações referentes aos grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se organizam em torno da agricultura familiar em Orizona, em perspectiva mais ampla de participação efetiva das mulheres nesses espaços, para além do Assentamento. Essa articulação visa identificar se existem momentos de formação coletiva com as mulheres sobre os temas de educação, saúde, trabalho, violência e outros, que apresentem educação não escolarizada no interior desses espaços, além de identificar as pessoas responsáveis pelos momentos de formação com as mesmas, as metodologias empregadas nessa formação, com vistas à identificação dos processos de construção da autonomia social e econômica de todas elas.

3.3 A pesquisa de campo com as mulheres no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO: análise dos dados

Alguns caminhos foram escolhidos para a realização do levantamento de dados durante a pesquisa de campo. Caminhos estes que possibilitaram um diálogo entre pesquisadora e as mulheres rurais que se encontram no Assentamento Maria da Conceição para a construção de determinado conhecimento acerca da realidade em que estão inseridas.

Buscamos, por meio de revisão de literatura, reflexões teóricas que contribuíssem para a compreensão do que encontraríamos na pesquisa empírica. Entendemos que a pesquisa tem o tema gênero permeando as noções de construção de trabalho, modo de vida, classe social, autonomia e emancipação das mulheres que se localizam nas áreas rurais no Brasil. Utilizamos, portanto, a categoria *mulher* juntamente com a especificidade das áreas rurais.

Reafirmamos através das concepções metodológicas da pesquisa, baseadas em construções sob a ótica do materialismo histórico dialético, um compromisso com os sujeitos

da pesquisa, ao narrar suas vivências e as desigualdades sociais que vivenciam. Esses sujeitos históricos, as mulheres rurais, aparecem vivas neste trabalho.

Os dados coletados durante a realização da pesquisa de campo foram obtidos por meio de observações, entrevistas e fotografias das mulheres em suas casas que se encontram na comunidade estudada.

A coleta de dados foi realizada durante quarenta e seis dias de imersão (aqui chamada de observação participante³⁰) na comunidade, compreendidos entre os meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Durante esse período, buscamos realizar observações e produções de registro em caderno de campo, produção de imagens que dialogavam com as atividades cotidianas de todas elas e também as entrevistas em apêndice, que resultaram na gravação e na transcrição de falas das mulheres no Assentamento.

Buscamos registrar e fundamentar nossas análises a partir das falas e experiências delas. Esses registros apresentaram uma possibilidade de construção de significados entre a pesquisadora e as mulheres sujeitos desta construção e análise, a partir de uma relação de confiança entre todas, para um caráter qualitativo, de forma a proporcionar visibilidade às vivências e experiências nas trocas estabelecidas em pesquisa de campo para este estudo.

Realizamos entrevistas gravadas em áudio com as mulheres rurais. As entrevistas possuíam um roteiro pré-estabelecido, portanto, semiestruturadas e com flexibilidade, de acordo com o momento em que cada uma foi gravada. Este roteiro encontra-se como apêndice no trabalho. As mulheres entrevistadas autorizaram a sua identificação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para respaldo quanto à coleta dos dados.

A princípio, priorizamos realizar a identificação das mulheres que vivem no Assentamento, a origem e o histórico de sua participação na luta e conquista da terra. A composição de suas famílias, o grau de escolarização, as principais ocupações cotidianas, as divisões do trabalho, as atividades econômicas, a participação na renda familiar, a identificação de atividades e interações políticas no interior do Assentamento, a participação delas em todo o processo de luta para a conquista e manutenção da terra e o modo como se dá essa participação.

³⁰ A Observação Participante é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Normalmente é uma técnica aliada a outras formas de metodologia. Ver em http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso em 22/05/2017.

Através de questionamentos e observações, obtivemos evidências do envolvimento delas no processo de conquista da terra, na luta pela permanência e, como efeito, a percepção dos processos formativos, de construção da autonomia e do silenciamento da sua condição de gênero, em favor da busca pela transformação econômica, social e cultural da sua realidade. Realidade esta considerada, por nós, como síntese da totalidade concreta referente à questão do campo no capitalismo brasileiro. A totalidade se apresenta como uma das categorias centrais desenvolvidas por Marx, que não entende a mesma como um todo, mas sim como “inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETO; LIMA; TONET 2009, p. 56). Portanto, entendemos que não é nosso objetivo buscar uma história total, mas de um todo integrado que se articula em uma determinada época.

A pesquisa busca realizar uma análise de conteúdo a partir dos dados coletados, tentando compreender o sentido daquilo que as entrevistadas expressam acerca das questões levantadas durante as entrevistas.

A nossa aproximação com o campo de pesquisa aconteceu no mês de agosto de 2017, após a realização de um levantamento local sobre os grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e os sindicatos existentes no município de Orizona. Iniciamos as visitas buscando identificar fontes que pudessem apresentar indicativos sobre o histórico do Assentamento Maria da Conceição e suas principais lideranças.

Dessa maneira, conhecemos o senhor João Bosco, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona, uma das lideranças que esteve na luta pela conquista do Assentamento e que também é um assentado. Através dele e da senhora Irani, sua companheira e assentada, nos aproximamos da comunidade no Assentamento Maria da Conceição. Os encontros, agendados por telefone, inicialmente aconteceram na cidade de Orizona, em espaços públicos e em casas de familiares. Posteriormente no Assentamento, nas treze parcelas, com as famílias assentadas.

O casal João Bosco Pereira e Irani Pereira informou aos demais moradores sobre a realização da pesquisa e, a partir disso, a recepção em cada família foi facilitada. Partindo da sede da fazenda e após estudar o mapa do Assentamento, caminhamos de parcela em parcela e permanecemos por três dias e meio, em média, com cada família. Em cada parcela, observamos as atividades cotidianas, visitamos os espaços de trabalho das mulheres e homens

que estavam presentes, participamos conjuntamente do processo de produção de itens que são comercializados na feira, como queijos e farinha, por exemplo.

Durante a imersão, participamos ativamente de toda a rotina da família. Contribuímos com a confecção dos produtos (especialmente os queijos durante as manhãs), alimentamos os animais, auxiliamos nas produções dos alimentos, regamos algumas plantas, separamos e limpamos grãos para consumo durante as refeições, coletamos ovos das galinhas, participamos das orações em família, entre outras atividades. Além das atividades que facilitaram o vínculo e a confiança entre nós, realizamos as entrevistas com as mulheres, nosso foco principal de observação nos lares.

Essa experiência empírica possibilitou o diagnóstico das condições difíceis de manutenção e sobrevivência nesse local. Foram observadas dificuldades com o manejo com a horta, com a produção nas roças, com higiene pessoal, com cuidados aos animais, com a existência.

Com as visitas, observações e estadias nas casas, observamos a solidariedade presente nas distribuições das tarefas cotidianas e no afeto ao partilhar cada uma delas: o trabalho na horta, a produção dos queijos, o cuidado com as vacas e porcos, a colheita dos alimentos para as refeições, entre outros. Apesar das dificuldades nas condições materiais de sobrevivência, permanência e trabalho, há que se destacar o cuidado entre os casais e a forma receptiva com que nos recebiam.

As péssimas condições estruturais limitam as possibilidades de expansão das atividades de produção em cada parcela. Apesar da preocupação com diversas questões, como saúde, educação e previdência, por exemplo, a prioridade ainda é a infraestrutura. A partir desse aspecto, é possível perceber a relevância de todos os demais. A preocupação com a alimentação e com as necessidades de produção são presentes em todas as falas (de mulheres e homens) e, portanto, não há como dissociar esse aspecto da conjuntura em que nos encontramos para a realização do presente trabalho.

Os encontros iniciais buscaram narrar o histórico da luta e da conquista da terra e, desde o princípio, a questão central com a qual nos deparamos foi relacionada às condições de permanência dos assentados e assentadas nas parcelas do Assentamento. Por este motivo, destacamos que as visitas e imersões aconteceram nas treze parcelas. Já as entrevistas foram realizadas em três ambientes: Assentamento, município de Orizona e município de Pires do Rio. Apesar da propriedade da terra, as condições de permanência analisadas nessa

comunidade, dificultam a estadia das famílias e das mulheres apenas nesse espaço. Assentadas e assentados recorrem, portanto, aos municípios limítrofes (Orizona e Pires do Rio) em busca de trabalhos extras para suprir as necessidades que a parcela e o trabalho na terra ainda não conseguem sanar.

3.3.1 O perfil das mulheres do Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO

Ao observarmos e analisarmos as condições de existência das mulheres entrevistadas, precisamos sinalizar quais mulheres buscamos para a coleta de dados. Elencamos e identificamos, em cada parcela do Assentamento, as mulheres responsáveis pela família. As mulheres que estiveram na luta e na conquista da terra. Ora mães, ora avós. Essas são os sujeitos de análise da pesquisa.

Em cada visita, identificamos essas mulheres nos lares e parcelas do Assentamento. Nas treze parcelas e famílias existentes na comunidade, entrevistamos nove mulheres. As quatro parcelas restantes possuíam: duas mulheres doentes e hospitalizadas em estado grave em Goiânia, capital do Estado; outras duas parcelas estavam compostas apenas por homens, um deles viúvo e o outro, divorciado. Nossa amostra, portanto, é constituída por todas as mulheres do local, consideradas as donas da parcela juntamente com seus companheiros.

Categorizamos essas nove mulheres em três grupos definidos por faixa etária. A primeira categoria possui mulheres de 30 a 50 anos; a segunda, mulheres de 51 a 70 anos; e, por último, mulheres acima de 71 anos. A análise dos dados busca categorizar, nesses grupos, os aspectos de identificação e demais levantamentos realizados na comunidade.

Quanto à idade, a maior categoria é composta por cinco mulheres que possuem entre 30 e 50 anos; em seguida, temos três mulheres no grupo de 51 a 70 anos e, por último, apenas uma mulher acima de 71 anos de idade.

Independentemente da categoria, observamos que todas elas possuem famílias de origem rural e de cidades próximas ao Assentamento. Seis delas nasceram e cresceram no município de Pires do Rio, a 28 km. As demais são: uma do município de Orizona, a 40 km, uma de Vianópolis, a 90 km, e a última de Palmelo, a 70 km.

Ao verificar a origem das famílias ao meio rural, retomamos as contribuições de Fernandes (1999), as quais apresentam as dimensões da realidade vivenciada no campo, como

construções de diferentes relações sociais que ora incluem e ora excluem sujeitos históricos através de ações políticas, realizadas em um espaço de fronteira entre campo e cidade.

Retomamos também as concepções de Wanderley (2000) que retrata sobre a modernização do campo e a substituição de pequenos produtores para produções de maior escala. As atividades econômicas e produtivas no campo também alteraram significativamente a composição das relações sociais nesse ambiente.

Por um lado, a presença da pecuária e por outro, a agricultura familiar como atividade de resistência pelas famílias que permaneceram no campo, sem condições de ampliar a produção, com a compra de insumos e maquinários que conseguissem efetivamente incorporar a todos nas escalas e processos amplos de modernização. Há, portanto, uma fronteira do que é a diversidade regional (LOUREIRO, 1988).

Essas famílias acumulam, nesse sentido, duas marginalizações: econômica e social. Esses dois fatores contribuem para o acirramento das fronteiras e disputas entre campo e cidade, visto que, em busca de condições de trabalho e sobrevivência, as populações camponesas buscam maneiras diversas para adaptação nos espaços urbano e rural.

Se, no campo, o acesso à terra como propriedade torna-se difícil, na cidade, as limitações existentes também são amplas. Na tentativa de fuga da precariedade do campo, as famílias encontram, nas cidades, condições similares, pois, em diversos momentos, a falta de capacitação profissional e técnica a múltiplos serviços leva a condições degradantes de permanência nas cidades com dificuldades de acesso à moradia, à infraestrutura e ao emprego, por exemplo.

A situação dessas famílias e dessas mulheres que vivem no Assentamento Maria da Conceição é de luta permanente para construção de trabalho e condições de moradia, de construção de vida. Embora tenham conseguido o acesso à terra, a manutenção nesse espaço não tem sido viabilizada para muitas delas, o que faz com que muitas, assim como a origem de suas famílias, continuem na busca incessante por melhores condições de sobrevivência, no campo ou nas cidades.

Todas as mulheres entrevistadas possuem filhos e filhas. Uma delas, da categoria de 51 a 70 anos, possui cinco filhos; cinco delas, em todas as categorias etárias, possuem três filhos cada; duas delas, de 30 a 50 anos possuem dois filhos cada e, apenas uma delas, também desta faixa etária, possui apenas um filho. Entre todas elas, apenas uma possui um filho que ainda é uma criança de sete anos, morando no Assentamento. As demais possuem

filhos adolescentes e adultos residindo na zona urbana dos municípios de Orizona, Pires do Rio, Vianópolis, Goiânia e Brasília.

A presença dos filhos e filhas nos centros urbanos nos remete a uma instabilidade quanto às condições atuais de permanência nas parcelas rurais, caracterizada pela inexistência de escola, energia elétrica e de condições de produção na terra. Há ainda os filhos e filhas que se casaram e seguiram seus caminhos. A maioria das mulheres rurais possuem filhos já em fase adulta. Quando conseguiram o direito à terra, em 2010, muitos deles estavam residindo com outros familiares nas cidades para acesso à escola, à qualificação profissional e a condições de emprego. Isso porque, no ambiente urbano, tais condições se apresentam de forma mais ampla, mesmo para vagas em trabalhos que exigem pouca escolarização ou qualificação, os chamados subempregos.

É nas cidades que as famílias ainda acreditam que esteja a concepção de *progresso* e de condições para desenvolverem as vidas com saúde, educação e trabalho. Se em 2010 os filhos já se encontravam nas cidades, em 2018, sem energia, água, escola e condições efetivas de produção na terra, as chances de netos e filhos retornarem para o ambiente rural são praticamente inexistentes.

Seis das mulheres, compreendidas nas três categorias, residem no Assentamento junto aos maridos; três delas residem na zona urbana, junto aos filhos e filhas para cuidados com os mesmos. Quando perguntadas sobre o local de moradia, elas falam entristecidas sobre os motivos de estarem na cidade, com saudade de estarem na parcela junto aos maridos, e relatam índices de dificuldades de condições de permanência. Em seguida, o trecho do depoimento da Divina Rocha sobre este contexto:

Eu tô sempre lá. Não fico mais por causa do problema é...motivo de falta energia, né? Minha filha tá com criança pequena, sem o marido, na cidade, trabalhando. Agora então, eu tenho criança pequena. Cê vê que é difícil ficar num lugar sem energia. Quantas vez eu já tive que andar a pé nessa estrada aí carregando menino pequeno com bolsa, com coisa, com tudo. Era muito ruim. (...) Eu fico mais por causa disso, nós não tinha água lá, agora que tá tendo água lá, porque nós furamos um pocim lá com muito sacrifício. Conseguimos um poço lá pra ter água, né? A gente carregava água da cidade pra ficar lá. Da cidade pra tomá lá. Todo mundo sabe disso aqui. Não tinha água nenhuma, agora cada um dá um jeitinho e arruma. Agora tem água, mas, assim, o dia que nós temos gasolina pra por no gerador, pra ligá a bomba lá, porque senão tem que fica sem água ainda. Se não tiver o dinheiro pra comprar gasolina do preço que tá a gasolina, pra colocar no gerador, pra funcionar a bomba, fica sem água do mesmo jeito, a mesma coisa. Sem energia, até hoje. Tem que acender vela. Não tem como guarda as comida. Porque uma vida dessa pra pobre, né? Pro cê vê, por exemplo, cê compra um quilo de carne, cê tem que comer tudo naquele dia, ou se não tem que jogar fora o resto. Preço que tá, né? Vinte e dois, vinte e três reais, vinte e tanto o quilo de carne, aí num dá. Fico na estrada, na

roça e na cidade, com saudade do véio, das pranta, mas cuidanu do menino e da minha filha que trabalha lá, aí eu faço faxina quando dá (Divina Rocha, 56 anos).

As três assentadas que, em função das condições de vida, não residem de maneira fixa no Assentamento, cederam as entrevistas nas cidades em que estavam: uma em Orizona e duas em Pires do Rio. As parcelas foram visitadas da mesma maneira e as casas em que estão na zona urbana também.

As razões pelas quais as mulheres decidiram permanecer nas cidades são baseadas nas dificuldades encontradas para a permanência nas suas devidas parcelas. Como já mencionamos, falta infraestrutura, moradia, energia e em muitas delas, água. Residem a maior parte do tempo na cidade junto aos filhos e netos, pois encontram possibilidades de trabalho e renda prestando serviços diversos, além de desempenhar o papel de mãe e avó, na criação e educação de seus filhos e netos.

O artigo *O contexto da família na atualidade e o processo de criação dos filhos*, dos autores Brito, Hannum e Miranda (2013) contribui em nosso estudo para a compreensão das atividades parentais na atualidade:

Embora, ainda hoje, seja possível perceber que há uma divisão entre as funções parentais, onde o pai geralmente é o provedor e a mãe é quem cria e educa, o modelo atual da divisão de tarefas tem progressivamente se convertido para um contexto em que há um número significativo de mães que trabalham, contribuem para o sustento da casa, além de zelar dos cuidados domésticos e dos filhos (BRITO, HANNUM, MIRANDA, 2013, p. 408).

A preocupação dos homens está mais relacionada ao trabalho, à vida profissional, à vida financeira e às atividades fora do lar. Apesar das alterações contemporâneas nas atividades produtivas do sistema capitalista e da condição sociocultural das mulheres, percebemos que ainda são elas que buscam estar no cotidiano dos filhos e estão presentes para a resolução de qualquer problema. Apresentamos abaixo as entrevistadas Divina e Onília em Pires do Rio, após a realização das entrevistas.

Registramos as senhoras Divina Rocha e Onília, na casa de Divina na cidade de Pires do Rio (Figura 5), após a realização da entrevista com elas e um agradável lanche ao fim de tarde. As duas não possuem parentesco. A casa, alugada e localizada em área periférica da cidade, é simples, possui dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e um pequeno cômodo ao fundo do quintal, que serve como ateliê e local de trabalho com as costuras de Onília. No quintal, algumas plantas e cinco animais entre cães e gatos. No lanche, alguns alimentos produzidos no Assentamento: leite, manteiga de leite e queijo. Apesar da casa estar

na zona urbana, as plantas, os animais, os hábitos e itens alimentares relembram a parcela e a vida no campo.

Figura 5 - Divina Rocha (56 anos) e Onília (59 anos) após entrevista, na cidade de Pires do Rio



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

A fotografia foi registrada em um momento de descontração, após conhecer suas plantas no quintal. Dona Onília falava com orgulho do cultivo de algumas rosas e ervas, entre outras. Entendemos que as imagens podem servir de grande aporte metodológico, visto que nelas buscamos evidenciar as reflexões de quem as produziu e “de quem aparece representado nelas e de todas as pessoas que as observaram e colocaram sobre elas seus desejos, ideias, opiniões” (AIRES; SALES, 2010, p. 2).

Procuramos dar significado e verificamos as contribuições dos autores abaixo sobre o que as imagens podem revelar quanto aos sujeitos históricos registrados, em nosso caso, as mulheres rurais e suas vivências no cotidiano.

Não fotografamos qualquer coisa, mas apenas aquilo que desejamos destacar da fluidez da existência cotidiana e tornar não apenas eterno, mas exemplar. Como uma

luz de palco, o foco da câmera destaca cenários e personagens que, sob sua mira, adquirem uma qualidade distinta e uma dramaticidade não perceptível ao olhar comum. Tampouco fotografamos de qualquer maneira. O melhor ângulo, o melhor enquadramento, a melhor luz, a melhor pose, são escolhidas porque os consideramos capazes de condensar, no fragmento do real aprisionado na imagem, toda a gama de múltiplos significados que emprestamos (ou desejamos emprestar) ao que ali ficará representado (LINS DE BARROS, STROZENBERG, 1992, p.21, apud AIRES, SALES, 2010, p. 21).

Dessa maneira os registros em imagens contribuem para elucidar as condições de vida e os espaços em que essas mulheres rurais constroem suas vivências.

Durante a revisão de literatura, buscamos em nosso estudo, apontar alguns contextos históricos que trazem à tona as dificuldades da inserção de mulheres nas possibilidades de educação e ensino no Brasil. Utilizamos as contribuições de Stamatto (2002), ao enfatizar a concepção e situação das mulheres na época da colonização no País, e de Algranti (1993) que contribui à pesquisa quanto às influências religiosas no desenvolvimento das mulheres e os papéis atribuídos em vida social. É a partir do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, que a escolarização torna-se profissionalizante, a fim de inserir cada vez mais mão-de-obra no sistema produtivo no Brasil, de homens e também de mulheres.

Apesar das transformações políticas e culturais que assolavam o País naquela época, percebemos que as mudanças estavam mais centradas no ambiente urbano. As áreas rurais continuaram em suas configurações de dificuldades de acesso à educação escolarizada e à capacitação profissional que atendessem às especificidades de suas particularidades e desenvolvimento junto à terra. Essas mulheres nascem e vivem sob estas condições e isso justifica a dificuldade de acesso à educação escolarizada por parte das suas famílias e também delas.

Com o objetivo de identificar o grau de escolaridade delas, percebemos que as mulheres acima de 51 anos não são alfabetizadas. Entre 30 e 50 anos, cinco delas cursaram até a terceira série da educação básica e afirmaram que conseguem ler e assinar o próprio nome com dificuldades. Apenas uma delas, a mais jovem, de 32 anos, iniciou curso superior em universidade pública, em Pires do Rio. Dessa maneira, percebemos que as mulheres compreendem graus de escolaridade diferentes: não alfabetizadas, séries iniciais do ensino fundamental II e ensino médio completo.

Cada categoria desta análise, possui um contexto histórico e social que refletiu diretamente na vida delas. No trecho abaixo, observamos o relato de uma das entrevistadas, analfabeta.

Eu sou analfabeta, minha filha. Além disso, eu não gravo nada, nada, nada pára na minha cabeça. Eu tenho problema e não gravo nadinha. Agora eles tiraram aquele trem do dedo, de primeiro eu assinava olhando, agora tem que ser assim, se não eu não posso assinar mais nada não. Aí me obrigaram, né? Eu tive que fazer[...] (Dona Terezinha, 77 anos).

Dona Terezinha, nasceu na década de 1940 e este período, sobretudo na zona rural, ainda é marcado pela visão de colonização do Brasil, o qual, como enfatizado por Stamatto (2002), ainda predominava socialmente a concepção de que as mulheres estavam destinadas ao lar e às tarefas domésticas sob o controle dos homens (pais e maridos), com forte presença e influência da Igreja Católica. Essa concepção ainda acompanha muitas regiões e parcelas sociais. Mesmo no século XX, essa visão, juntamente com as precárias políticas públicas em educação no país, não possibilitavam acesso às escolas no interior do Brasil, menos ainda, no interior de Goiás às mulheres trabalhadoras que moravam na zona rural.

O contexto é marcado pela escolarização como possibilidade de ascensão social, com a industrialização no Governo Vargas (1930-1945). Porém as escolas, já profissionalizantes, concentravam-se nos centros urbanos e de maior visibilidade política, industrial e economicamente rentáveis. O interior do Brasil teve esse *desenvolvimento* de forma tardia.

Em uma das entrevistas com uma representante da segunda categoria de análise, de 30 a 50 anos, pudemos perceber uma particularidade. Mesmo com uma diferença de vinte anos entre as entrevistadas, as falas delas e o lugar de onde falam (ambiente rural do interior de Goiás), é muito semelhante. É como se esse intervalo não apresentasse diferença em relação a como (não) chegaram as oportunidades de acesso à educação escolarizada nessas realidades.

Eu leio e escrevo, graças a Deus, poquim, mas eu dou conta. É porque não tinha jeito de estudá. De primeiro era assim, nós morava lá na roça, né? Assim, pra gente ir na cidade era ruim e o papai não gostava, né? Eu fui ficando maiorzinha aí ele falou que tava ruim. Eu fiquei repetindo várias vez a mesma série, porque eu tinha que ficá junto com as minhas irmã, né? Cuidá delas. Eu ia pra levá e tinha que ficá pra cuidá dela. (Maria Madalena, 52 anos).

Observamos nesta fala, com influência das contribuições de Stamatto (2002), que as relações das mulheres estavam sob os comandos dos papéis masculinos, no comportamento e no cotidiano, como lugar de cuidado à família como um todo. É expressiva a conotação de cuidado com as irmãs da entrevistada e também o incômodo de seu pai ao afirmar “eu fui ficando maiorzinha aí ele falou que tava ruim”. É evidente o papel do patriarcado como

condutor de comportamento das mulheres cerceando-as ao próprio desenvolvimento educacional e profissional.

Por último, segue o trecho da entrevista com a mais jovem das mulheres no Assentamento, a Renata:

Eu estudei. Eu fiz História na Universidade até o segundo ano. Aí depois engravidei e logo eu desisti, eu fazia em Pires do Rio, na UEG (Universidade Estadual de Goiás). Mas eu fico pensando, que escola eu não queria não, dá trabalho demais da conta. Na faculdade vai quem quer estudar mesmo, né? Mas na escola... escola hoje em dia é complicado, perigoso... (Renata, 32 anos).

Nascida já na década de 80, cresce no contexto da abertura democrática e decadência da ditadura civil militar no Brasil. Renata, se escolariza em uma conjuntura nacional de expansão das indústrias e do avanço nas tecnologias, possibilitado pela globalização mundial e com o aumento das escolas e do acesso ao ensino público, pactuados mundialmente na Conferência de Jomtien, na Tailândia. O país estava em um período de efervescência em função da mobilização de movimentos sociais em defesa de uma Educação Pública, nos anos de transição, redemocratização e configuração da nova Constituição Federal (Gadotti, 2000). Apresentamos abaixo a Renata, após a realização da entrevista no Assentamento Maria da Conceição (Figura 6).

Figura 6 - Renata (32 anos) após a realização da entrevista nos mostra sua casa



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Mesmo no interior do Brasil, percebemos que as políticas públicas de expansão das Universidades também estiveram presentes. Apesar desse contexto de acesso educacional,

há também, em sua fala, a referência aos “perigos” de exercer a profissão de professora, visto aos episódios de violência em muitas escolas no país. Mesmo com as possibilidades educacionais, existem as influências midiáticas, as quais transmitem notícias e propagam a sensação de insegurança em muitas cidades, que também ocorrem no interior de algumas escolas. Além das questões sobre o aspecto de segurança, há também na história de Renata, o fato de ter ficado grávida no período em que estava na Universidade e portanto, mais uma motivação para não permanecer estudando.

Os estudos de Britto, Hannum e Miranda (2013), ao realizarem apontamentos sobre o contexto das famílias, rememoram o papel das mulheres na construção familiar na contemporaneidade. E afirmam que:

Hoje os pais contemporâneos buscam construir outras formas de se organizarem em torno de seus filhos e construir novas relações baseadas no ideal de serem para os filhos o que seus pais não foram para eles. Sendo mais próximo, mais amigo, não impondo limites rígidos, buscando diminuir os conflitos de gerações (BRITTO, HANNUM, MIRANDA, 2013, p. 406).

Mesmo com as transformações sociais e culturais na história da humanidade e apesar das novas análises e abordagens nos estudos das constituições familiares, ainda está presente a atribuição do papel da mulher, como “mãe é quem cuida, dá afeto, carinho, quem conversa, orienta; o melhor presente de Deus é ser mãe” (BRITTO, HANNUM e MIRANDA, 2013, p. 407).

Entendemos, através da fala da Renata, que os valores intrínsecos a partir da construção social da maternidade para as mulheres, que o fato de estar grávida, o casamento e a dedicação à família, esteve predominante para a decisão de permanência ou abandono da busca pelo conhecimento através de uma instituição de ensino superior. Sua história é a representação da realidade de várias mulheres na história e na atualidade no Brasil, sobretudo nas classes sociais pobres.

Percebemos que a baixa escolaridade apresenta influência quanto às dificuldades de inserção em mercado de trabalho formal. Entretanto as mulheres assentadas possuem experiência de vida na área rural e para a realização das atividades produtivas. Neste ambiente, seus saberes formados por inúmeros processos vivenciais são fundamentais e denotam um processo formativo para o bom desempenho de todas em relação às atividades desenvolvidas em seus cotidianos. Trata-se de um processo formativo relacionado às experiências na terra e na luta pela manutenção da terra, diferenciado de um modelo de educação institucionalizada como em outros ambientes.

Utilizamos as imagens das entrevistadas e os ambientes em que as entrevistas foram realizadas para explicitarem visualmente as condições de vida que foram testemunhadas durante a realização da pesquisa de campo nas parcelas do Assentamento. Em especial, a Figura 5, na casa da Renata, é utilizada para caracterizar o cotidiano das famílias no local e revelar alguns elementos presentes, como, por exemplo: a construção de casas a partir do uso de tábuas de madeira e lonas de plástico, inexistência de energia elétrica, caixa d'água sem tampa no chão, com típicos arranjos com mangueiras que fazem ligação com a cisterna para utilização da água no preparo de alimentos e atividades domésticas, ferramentas de construção como o carrinho de mão da foto para as atividades no quintal, plantas no entorno da casa, animais domésticos, entre outros. No trecho a seguir, Renata relata o seu histórico de chegada ao Assentamento:

Eu tenho cinco anos aqui. Vai fazer seis anos que nós casou e aí eu mudei pra cá de vez. Era o meu marido que ficou desde o começo, né? Só que quando eu cheguei, nós não tinha vindo cada um pra sua parcela não. Era todo mundo lá na sede, plantando e ficando junto. Cada um tinha uma barraquinha lá perto, aí a prefeitura veio, fez as estrada, limpou um pedaço pra cada um fazê o seu quintal e sua casa, e aí nós mudou pra esse lugar aqui, nessa casinha que nós construímo. Nessa casinha aqui tem quatro ano, que ergueu tudo, que nós veio em definitivo. (Renata, 32 anos).

Observamos que o perfil das entrevistadas, em sua maioria, é composto por mulheres com origem goiana, rural, adultas, com filhos, residindo com os maridos e pouco escolarizadas institucionalmente. No próximo item, analisaremos as condições de trabalho, conquista e permanência na terra a partir dos relatos das mulheres.

3.3.2 As condições de trabalho, conquista e permanência na terra

Para complementar as informações sobre o perfil das mulheres no Assentamento Maria da Conceição, destacamos também, na análise dos dados, a relação com o trabalho, a identificação de suas principais ocupações cotidianas, as atividades econômicas, as divisões sexuais do trabalho e a participação na renda familiar. Além desses itens, buscamos apontar o histórico da conquista da terra e as condições de permanência da comunidade no local.

Quando questionadas sobre o trabalho todas elas, ficaram pensativas para elaboração da resposta. Percebemos que havia um conflito quanto ao trabalho *fora de casa* e o trabalho na terra. Depois de um tempo refletindo, elas afirmavam que a vida se resumia em trabalho, conforme segue o depoimento da Deusélia:

Eu faço qualquer coisa. Seis horas da manhã ninguém me acha na cama, nem doente. Cinco e meia parece que começa a doer tudo e eu tenho que levantar. Eu não sou uma mulher de ficar na cama não. Às vezes eu vou para a casa dos meus filhos, eu levanto é de ponta de pés às seis horas, faço um cafezinho e saio num tiro pra fazer os trem. Arrumo a casa, tróco de roupa e aí vou fazendo os trenzinho de casa, arrumando tudo até chegar o leite. Faço os queijos, lavo tudo em casa, faço tudo...pego lenha pra acendê o fogo, pra ter como cozinhá, né? Vou pra horta e cuido de tudo lá, cuido das galinha, perco até a hora do almoço fazendo os trem do quintal. Fico pensando: nossa, meu velho nem me pediu comida! Deve tá com fome tadinho! (Deusélia, 46 anos)

Percebemos o “levantar cedo” como um valor nessa transcrição. O “levantar cedo” representa o início da rotina da mulher trabalhadora. O trabalho para elas diretamente relacionado às ocupações cotidianas de todas elas. Falam emocionadas sobre a conquista do seu *cantim* e sobre cada passo, cada atividade, para construir cada etapa de vida da família e do lar nessa terra. Reconhecem o trabalho na terra, porém nem sempre reconhecem a realização de outras atividades como trabalho, entre elas: estar na feira comercializando os próprios produtos (queijos, doces, pães entre outros), a realização de artesanatos, a construção de peças de tapete, bordados em geral.

Sobre a compreensão de trabalho feminino, retomamos as contribuições de Pena (1981) que nos traz reflexões às suas formas em trabalho doméstico e trabalho fabril, incorporados aos espaços de produção nas fábricas e serviços diversos em casa. Estimamos que, nas falas das mulheres rurais do nosso estudo, não há o reconhecimento de atividades domésticas como trabalho, porque não percebem seu trabalho como remuneração efetivamente. No entanto, são trabalhos que constroem as condições para a remuneração pelo que deixa de ser buscado nas cidades, como os produtos de autoconsumo pela família e também o que passa a ser comercializado nas feiras. Entre esses itens destacamos o leite, o queijo, a manteiga de leite, a farinha de mandioca e os ovos, por exemplo.

Compartilhamos e lembramos que o conceito de trabalho é utilizado por Marx (1983), na obra *O capital*, volume I, onde o autor traz os termos trabalho e trabalho produtivo sob a ótica do sistema capitalista, com uma construção econômica, social e histórica. O trabalho é entendido como uma relação do homem com a natureza, porém, inserido no capitalismo. Este mesmo trabalho para se tornar produtivo deve efetivamente construir valor de uso, assim,

Para representar seu trabalho em mercadorias, o homem tem de representa-lo, sobretudo em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por

isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 1983, p. 149).

As mulheres rurais do Assentamento executam trabalho em seu cotidiano e o mesmo se aplica em todas as suas atividades com valor de uso atribuído e reconhecido por elas mesmas ou não. É comum a dúvida em suas auto representações, pois nem sempre percebem o que efetivamente há como devolutiva financeira do trabalho que desempenham e executam. Abaixo (Figura 7), Deusélia mostra a produção dos seus queijos.

Figura 7 - Deusélia (46 anos) mostra a produção dos queijos em sua casa, no Assentamento.



Fonte: Arquivo de Pesquisa (2017). Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Na imagem, Dona Deusélia exibe com orgulho os queijos produzidos durante uma das manhãs em sua casa no Assentamento. Com 46 anos e acampada desde o início da luta pela terra na região, ela possui uma relação estabelecida com o trabalho, com as plantas e com os animais domésticos. Alegre, sorridente, com efervescência religiosa presente na casa através de muitas imagens de santos e escapulários, traz para o cotidiano mensagens positivas e de esperança em dias melhores em cada ação executada.

A casa possui a mesma estrutura de madeira e plástico das demais. Poucos e antigos móveis, sem energia elétrica, com dificuldades de acesso à água, ela acorda todas as manhãs e logo está no trabalho com as vacas no pequeno pasto, para tirar o leite com seu marido e produzir os queijos que serão comercializados na feira municipal. O leite é retirado de duas vacas que ela e o marido têm e os queijos produzidos são levados por um dos assentados, o senhor Antônio, para comercialização nos finais de semana no município de

Pires do Rio. É ele quem reúne toda a produção dos assentados para comercialização na feira. Em contrapartida, ele que possui problemas de saúde, consegue sua própria renda e possibilita renda aos demais, já que não possuem condições de estarem semanalmente na cidade e venderem seus produtos.

Um fato curioso na rotina de Dona Deusélia é o apreço que possui por painéis de alumínio. São inúmeras, todas muito bem higienizadas e reluzentes, trabalho que ela faz no quintal com esponjas de aço e areia. Ela nos relata que ter as painéis brilhantes demonstram o cuidado que uma mulher tem com a própria casa mesmo em condições precárias. Afirmação que, mais uma vez, traduz o trabalho desempenhado também em âmbito doméstico por ela.

As mulheres que estão em ocupações na zona urbana afirmam sobre seus trabalhos como faxineiras, costureiras e bordadeiras com muita alegria em seus rostos. Apesar disso, relatam com preocupação os motivos de permanecerem na cidade, como o caso relatado:

Eu falei ao Zé que assim que tiver energia, eu vou embora pra lá. Só desse jeito eu possa trabalhar. Mesmo se não for com costura, eu posso fazer outras coisas. Tudo gasta energia, eu não dou conta de ficar sem fazer meus trem. É ruim demais. Nós passa necessidade de tudo. Não tem como produzir, guardar quase nada. (Onília, 59 anos)

Embora sejam relações de trabalho cotidiano e artesanais, a consequente comercialização dos produtos produzidos por estas, as mulheres comumente utilizam a palavra “ajuda” para expressar suas atividades cotidianas e não a palavra “trabalho”. Sobre a rotina e as divisões do trabalho na parcela, há a afirmação delas, independentemente da categoria, sobre a realização de todas as atividades necessárias. Apesar de fazerem todas as atividades, demonstram também as preferências cotidianas e, portanto, a divisão das ações entre os homens e as mulheres na parcela, para a realização de tudo que necessitam à sua sobrevivência.

Dona Sebastiana, 69 anos, é a segunda mulher mais idosa na comunidade e conjuntamente com Dona Terezinha, com 77 anos, esteve, desde o início das ocupações, junto às demais famílias na luta pela terra. Com a fala tranquila, amorosa, paciente e ampla conhecedora das atividades do campo, ela diariamente nos apresentava algumas plantas do Cerrado, dizia sobre os usos medicinais de cada uma delas, apresentava as que eram venenosas e com carinho, tratava de seus animais com diálogo, água e comida.

Na Figura 8 registramos um dos dias de trabalho e cuidado com os porcos que estão no chiqueiro que ela e o marido construíram com madeira e arame, com o objetivo de

criar os animais para abate e venda. Ambos criam os porcos e abatem conjuntamente. Para a comercialização, eles solicitam o Senhor Antônio que faça as encomendas na cidade de Pires do Rio e também é ele que transporta os porcos e as produções de queijo e farinha em seu veículo de pequeno porte para a feira e para as devidas entregas.

Figura 8 - Sebastiana (69 anos) mostrando o cuidado aos porcos e demais animais no quintal de sua parcela de terras no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Normalmente as mulheres preferem estar dentro da casa, com as atividades do lar, como limpeza do ambiente, limpeza de utensílios domésticos, produção de queijos, preparo dos alimentos, manejo da horta, alimentação das galinhas e colheitas em geral. Descrevem o trabalho da roça e da lida com os animais de maior porte como atividade de seus maridos, explicitando uma clara divisão sexual do trabalho, como consta no depoimento.

Eu faço tudo, mas na roça quem vai mais é ele. O quintal e a casa sou eu que cuido. Galinha, essas coisa, tudo eu que cuido, não deixo ninguém mexer e se me atrapalhar eu mando a mão. As vacas, tudo. Aqui as vacas tem sangue de nelore, são mais bravas e eu tenho medo. Prefiro que ele cuide das vacas. Não confio nelas de jeito nenhum. Já mexi com muito gado, já sofri demais, até hoje tem um monte de espinho no meu corpo por causa de vaca que me jogou no meio dos espinhos e aí eu fiquei com muito medo. Cavalo? Nem chego perto. Já me jogou foi longe e eu fiquei foi desmaiada. Já fiz coisa demais. Nós foi criado sem mãe, meu corpo é tudo cheio de cicatriz, aí prefiro as outras coisa mesmo e meu véi nem reclama não. (Terezinha, 77 anos).

Para compreender melhor essas relações de trabalho das mulheres na parcela, perguntamos também sobre as ocupações de seus maridos e, assim, foram levantados aspectos

de condições da infraestrutura do Assentamento e as condições de permanência das famílias no local. Eles dividem o tempo de trabalho entre as atividades na própria terra e em outros trabalhos, em outros espaços na zona rural e também nas áreas urbanas.

São os homens, que com maior visibilidade e vida social, estabelecem outras relações com outros homens na zona urbana e nas áreas rurais vizinhas e, assim, conseguem construir outras possibilidades de trabalho e renda. Desenvolvem normalmente atividades com serviços de pedreiros, carpinteiros, pintores, fazem cercamento em madeira e arame em outras propriedades, abatem animais, carpinam lotes nas cidades, plantam nas lavouras vizinhas, tiram leite para fazendas locais. Com isso, são remunerados financeiramente e trazem renda para suprir as necessidades da família no Assentamento e para os investimentos possíveis de forma a proporcionar melhorias de condições na própria terra e produção.

Embora os homens consigam essas oportunidades de trabalho fora da própria terra e retornem com renda para o lar, as mulheres reconhecem seus maridos como companheiros de jornada, pois entendem que se não fosse o fato delas permanecerem na casa, efetuarem o trabalho doméstico, no quintal e em todas as atividades, não haveriam condições deles se ausentarem. Percebem, portanto, um trabalho conjunto entre eles com o objetivo de garantia de melhores possibilidades para a família.

Ao nos depararmos com essas questões, percebemos problemas gerais que afetam a vida de todos e todas na comunidade. Esses problemas estão relacionados ao histórico da luta pela reforma agrária no Brasil e às formas de resistência dos assentamentos rurais ao modelo social e econômico vigente sob o sistema capitalista e seus desafios de implantação sob a estrutura legislada pelo INCRA.

A pressão dos movimentos sociais e as ocupações tiveram papel central para a resolutividade parcial das autoridades para uma maior distribuição de terras. Com as contribuições de Fernandes (1998), constatamos que houve uma distribuição de terras por todo o país, com evidências de um projeto não estruturado em sua totalidade. Apesar das dificuldades, temos nos deparado com a implantação de projetos de Assentamento e cada qual possui suas peculiaridades, tendo em vista que representam espaços de vida e trabalho de parte da população rural.

Em muitos casos, as condições de sobrevivência foram criadas e ainda se encontram de maneira precária, pois:

[...] as unidades criadas são espacialmente dispersas, muitas vezes sem nenhuma infraestrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os

produtos gerados), com apoio financeiro, de assistência técnica, sanitária e educacional em geral muito deficientes (HORA, 2015, p.14)

No momento em que as famílias ainda se encontram acampadas, as condições são muito vulneráveis e sem apoio de alguma estrutura de políticas públicas. As dificuldades de acesso à água, à energia, à produção de alimentos de maneira inadequada fazem com que haja uma produção incipiente apenas para a sobrevivência de quem se encontra no local. Como não há produção em excedente, conseqüentemente não há comercialização do que não pode ser produzido.

Mesmo com o trabalho coletivo de produção, existem dificuldades para adentrarem ao mercado também pela dificuldade de acesso logístico e operacional ao pequeno escoamento. Na transição do acampamento para a consolidação do Assentamento, essas dificuldades permanecem, porém é nesse espaço que assentados e assentadas percebem essa terra como essencial para as suas atividades cotidianas, onde depositam suas expectativas para a construção de um lar próprio e de condições de trabalho.

Na Figura 9, percebemos as condições precárias de moradia de Dona Joaquina e seu marido. O marido dela busca acumular, no quintal, as doações recebidas nos trabalhos que normalmente executa fora da propriedade para que, a pequeno ou a médio prazo, possa aproveitar cada um deles na melhoria da casa de madeira e plástico que construiram. São itens como telhas, arames, madeiras, móveis antigos e quebrados, portas que foram substituídas nas construções onde trabalhou como pedreiro, entre outros.

Figura 9 – Estrutura da casa da senhora Sebastiana (69 anos)



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

A casa possui um quarto, uma sala e uma cozinha. Há um pequeno cômodo utilizado para tomarem banho com água que vem da cisterna e é armazenada em um pequeno reservatório. As necessidades fisiológicas são realizadas em um outro pequeno cômodo, distante da casa, no quintal.

Já a casa da Deusélia, mais jovem e mais dedicada aos trabalhos domésticos, com apreço pelos utensílios de alumínio, possui uma organização maior quanto à limpeza do quintal, ao tamanho e à estética da casa. Apesar da estrutura geral contar com madeira e plásticos e a parcela ter as mesmas dificuldades de acesso à água e energia elétrica, notamos uma clara diferença estética nas duas imagens mesmo com os arranjos em sua construção.

Na Figura 10, notamos que a diferença de idade entre os casais, é um fator importante para as condições físicas para cada um conseguirem efetivamente desempenharem mais atividades laborais. Com as mesmas condições de permanência, mas pelo fato dos investimentos recebidos pelos trabalhos produtivos na cidade e no campo serem diferenciados, conseqüentemente, as estruturas organizacionais das casas são também diferenciadas. Esses são relatos de experiência a partir da convivência que ocorreu nas casas das famílias e as Figuras 9 e 10 comparativamente evidenciam essas diferenças.

Figura 10 – Casa da Deusélia (46 anos)



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Ao relembrarmos como se deu o processo de ocupação da terra pelas famílias que hoje estão assentadas no Assentamento Maria da Conceição, verificamos, nesse histórico, uma sinalização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás

(FETAEG), através dos diálogos permanentes com o INCRA, que seria necessária a migração da comunidade para uma área que já estava em negociação anteriormente, caso quisessem ser beneficiadas mais rapidamente. Destacamos também que se tratam de famílias que estavam organizadas pelo movimento construído pela FETAEG e não pelo MST em Goiás.

A Federação possui histórico desde a década de 1960. Foi instalada “por volta de 1966, com a finalidade de coordenar e defender os interesses dos trabalhadores rurais do Estado de Goiás, encarregando-se também, da fundação de sindicatos de trabalhadores rurais no Estado”, de acordo com a Portal da FETAEG³¹.

Já o MST, fundado na década de 1980 no Estado do Paraná, “converge os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”, de acordo com o Portal do MST³².

Enquanto na FETAEG o movimento é caracterizado por uma organização e abrangência regional, pelo caráter de diálogos frequentes entre os sindicatos que compõe a sua base com as instituições representativas no Governo, no MST percebemos a histórica abrangência nacional, com repercussão de movimento social amplo percebido através de ocupações, marchas e diretorias consolidadas em 24 estados no Brasil.

As famílias que estão atualmente no Assentamento encontraram-se na estrutura organizacional da FETAEG e ocuparam inicialmente uma área do município de Pires do Rio, cujo nome é Padre Josimo, em referência ao padre assassinado no Maranhão, na década de 1980, “depois de diversas ameaças e de um atentado”³³, de acordo com o Portal da Comissão Pastoral da Terra, que é um dos mártires do movimento de luta pela terra no Brasil.

As mulheres relatam que estiveram nesse acampamento por aproximadamente um ano e, logo que a Federação sinalizou a negociação com a fazenda Campo Limpo, houve uma migração de algumas famílias para outro acampamento, próximo à rodovia e em direção onde está localizado o Assentamento atualmente.

Nós morava em granja. Aí lá na granja que meu marido tava, a irmã dele procurou ele pra falá do acampamento. Pra chamá nós pra lá. Aí nós entrou. Quando o pessoal descobriu mandaram nós embora da firma de lá da granja, porque ele tava no acampamento. Na folga ele ia sempre, eu ficava lá; eles descobriu e mandou nós embora. Nós trabalhava com galinha poedeira na granja, aí ela mandou nós tudo

³¹ Disponível em: <<http://www.fetaeg.org.br/?page=perfil&id=0>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

³² Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

³³ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/395-mandantes-do-assassinato-de-padre-josimo-serao-julgados-amanha>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

embora. Já tinha três ano que a gente tava lá. Nós começamo lá no Padre Josimo, depois fomo pra beira da estrada, a ponte caiu, nós ficamo tudo isolado, embaixo da lona, dormia, posava, tirava a guarda de noite, no frio, sofremo foi muito; na chuva, nós ficava tudo lá. Aí de repente chegou a notícia que a gente ia entrar na fazenda e a primeira pessoa que veio fui eu, depois veio a dona Joaquina pra entrá aqui e ficar na beira da estrada seguranu a terra pra todo mundo vim depois. Foi nós duas guerreiras, só nós duas [...] Quando os outro veio, aí foi fazendo mais barraca até chegar lá perto do rio. (Terezinha, 77 anos)

Percebemos a importância da presença das mulheres nesse momento de permanecer na terra ocupada para assegurar a sinalização feita pela FETAEG e de auxiliar o coletivo em geral. Novamente, em condições precárias, as mulheres relatam como era o cotidiano no acampamento:

Ô mais nós sofria. Tudo tinha que ser lavado no Corguinho. Nós fazia comida e enchia o carrinho, aí ia ladeira abaixo pra lavá tudo lá. Fazia até uma represinha lá pra lavar a louça, tomar banho, lavar roupa, tudo. Pra buscá água, o Zé tinha que ir de carro. Quando ele aparecia aqui no fim de semana, ele enchia tudo quanto era tambor e uma caixa pra deixá pra mim na semana, aí pra economizar eu ia fazê tudo lá no rio. Tomava banho, tarde do dia nós descia aquela fileira de mulher pra tomá banho lá no rio, aí tomava banho e vinha embora pra dormir. Posava só eu e Deus. Muito tempo depois nós passamo pra dentro da porteira e continuou tudo a mesma coisa, sem água, sem energia. (Terezinha, 77 anos).

Essas mulheres apresentam um potencial teórico importante para percebermos as questões cotidianas das trabalhadoras rurais em suas falas. Embora fosse um projeto familiar a ocupação e permanência na terra, eram as mulheres que asseguravam o futuro, direito de conquista do local. Ali permaneceram e trabalharam na terra, enquanto os homens estavam em outros trabalhos para a garantia de recursos financeiros para investirem posteriormente em seus lares.

Depois de adentrarem a porteira da fazenda, mantiveram-se acampadas na chamada, sede da fazenda. O local possuía energia elétrica e pouca água, porém, como aguardavam no local, a repartição das parcelas às famílias, o cotidiano continuou com muitas dificuldades, mas com esperanças de finalmente migrarem para a sonhada parcela, conforme o relato a seguir.

Lá na sede, a gente ficava fazendo muda, arrumando as coisas pra quando os homi chegasse no fim de semana, a gente já ia plantando um poquim pra ir arrumar o cantim que a gente já tinha reservado entre nós pra ser de cada um mesmo. Limpava, plantava mandioca, banana, manga... Eu fazia as mudas, ele chegava e nós vinha e plantava. Tinha uma mina acolá e ele puxava água de queda livre e aguava. Eu plantei até horta, mas aí a água da mina secou e não deu mais. Perdemo a água, perdemo tudo[...] (Terezinha, 77 anos).

Aproximadamente um ano depois, a documentação das parcelas às famílias do Assentamento Maria da Conceição saiu. Somente após a burocracia finalizada é que as famílias adentraram efetivamente para os seus lotes. Nesse momento, o que todas elas

argumentam é que finalmente haveria direito de morarem, trabalharem, viverem e cuidarem de seus filhos. Porém, dadas as devidas lutas para a conquista da terra, iniciava-se a partir daí, em 2010, um novo processo e a continuidade da luta pela permanência no Assentamento.

Nas falas das entrevistadas é possível identificar as histórias de vida, as dificuldades e expectativas da comunidade, que através de luta, disposição e trabalho, apostam na transformação de uma área até então improdutiva para a construção de um local de esperança, vida e sobrevivência para cada família.

Embora haja a publicação de uma portaria, onde constam a área do imóvel e a capacidade das famílias, existem outros passos que asseguram a implantação de condições efetivas de permanência no local, como a concessão de investimentos na infraestrutura do local. São créditos “que possibilitam a criação de estradas, de habitação, eletrificação e abastecimento”³⁴, de acordo com o Portal do INCRA.

Como podemos observar na Figura 11, os assentados e assentadas contam apenas com uma estrada de chão, que, possui a beleza da natureza cerradeira e faz conexão de todas as parcelas com a estrada que dá acesso ao pequeno povoado de Montes Claros.

Figura 11 - Estrada de chão que dá acesso aos lotes do Assentamento Maria da Conceição (Orizona/GO)



Fonte: Arquivo de pesquisa. Fonte: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Apesar da beleza a estrada precisa de mais sinalização. A distância entre as parcelas normalmente é grande e as famílias normalmente a fazem a pé. A estrada de chão que chega no povoado, se estende a 35 quilômetros até o município de Orizona e a 23

³⁴ Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

quilômetros de Pires do Rio. Quando é necessário assentados e assentadas vão até a estrada do Assentamento e solicitam caronas até o distrito e, de lá, também através de caronas, seguem até a área urbana de Orizona.

Como o senhor Antônio possui um veículo, em caso de extrema urgência, ele socorre os demais membros da comunidade, bem como comercializa os produtos fabricados pelas famílias assentadas, na feira em Pires do Rio nos finais de semana. As famílias normalmente fazem encomendas a ele de outros produtos e medicamentos em geral, adquiridos somente na cidade.

Em relação a implantação dos Projetos de Assentamentos e de acordo com a Portaria MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e 83/2014³⁵, os investimentos em formas de créditos e implantações de ações nos Assentamentos devem acontecer em até três anos em etapas distintas, os quais apresentam eixos estruturantes diferenciados como por exemplo: políticas sociais, infraestrutura, apoio à produção e regularização fundiária e ambiental. O Anexo 1, com os dados disponibilizados no site do INCRA, esclarece sobre os prazos e ações de cada eixo.

Mesmo com a implantação e legitimação do Projeto de Assentamento em 2010, percebemos que, oito anos depois, em 2018, muitas etapas estruturantes ainda não se efetivaram. As parcerias locais são fundamentais para a construção conjunta de infraestrutura, como por exemplo, as moradias, poços artesianos ou represas. No caso de nosso estudo, houve diálogo entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona, a FETAEG, a CPT, o INCRA e a Prefeitura de Orizona, a fim de otimizarem os prazos de construção e aberturas das estradas de terra que facilitariam o acesso ao Assentamento, como observamos no relato:

a gente foi em uma reunião lá em Goiânia. Levamos o prefeito e falamos com todo mundo. A pergunta do prefeito era sobre como ajudar. Caso o INCRA tivesse dinheiro pra arrumar para a prefeitura, a prefeitura pegava máquina e abria os eixão, que é o acesso para as parcelas, porque, até então, nós já tinha planejado no mapa as parcelas, já tinha saído os documentos, mas as estradas nós mesmo fizemos porque não tinha demarcação direito. Aí o INCRA não podia arrumar dinheiro, mas autorizou e deu o projeto, deu a autorização, aí o prefeito foi com um trator de esteira pra lá, derrubou e fez os acessos nas parcelas todas, aí isso deu o impulso ao INCRA pra eles trabalhar também, né? Aí na pressão eles fizeram a demarcação do solo, o projeto da reserva, a averbação da reserva, deu um encaminhamento bom já. Só que daí pra cá, travou tudo de novo. Saiu o primeiro crédito, saiu o fomento mulher, agora tá pra sair a segunda parcela do fomento, mas até hoje, só esperano, tá tudo parado. A gente tá com as parcelas demarcadas, sabe onde é cada divisa, mas não tem energia. Alguns assentados fizeram um mini poço, mas não tem nada

³⁵ Segundo o Portal do Incra:

<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/cronograma_instalacao_assentamentos_incra.png>. Acesso em 16 mai. 2018.

encaminhado pra gente desenvolver os projeto da gente, estamos até hoje só com isso aí. [...] Nós tamo lá pelejando pra fazer alguma coisa, a maioria das parcelas. Tem muitos corquinhos, mas com pouca água, então só três parcelas não tem nenhuma água. As outras até que tem, mas diminui direto, aí o povo fica tudo desesperado. Precisa acontecer muita coisa, arrumar a energia, porque a hora que eles arrumarem a energia, aí a gente se vira e faz os poços, aí já tem como construir as coisas, aí é que vai dar impulso pra gente finalmente trabalhar ferrado na nossa terra (Senhor João Bosco, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona e assentado, 64 anos).

Desde 2010, foram poucas as realizações quanto à estrutura do Assentamento em si. Finalizamos a coleta dos dados em janeiro de 2018 e, em campo, observamos as dificuldades, iniciando pelo acesso ao local. Estradas de chão com muitas curvas e buracos. Inexistência de sinalização e muitos animais na estrada. Percebemos também o receio da população do município de Orizona e do povoado de Montes Claros em fornecer informações para chegada ao local. Sem a presença do Senhor João Bosco e da senhora Irani no início, dificilmente encontraríamos a comunidade assentada.

Não há uma identificação de onde inicia a área do Assentamento. Não existem placas indicativas. Chegamos até uma antiga casa bem estruturada, com construção em tijolos, porém, sem moradores, plantas e animais. Trata-se da antiga sede da Fazenda Campo Limpo. Ocupado inicialmente pelas famílias, o local agora serve apenas para reuniões esporádicas junto à equipe de Assistência Técnica do INCRA.

Como apreciamos na Figura 12, Dona Terezinha, apesar da idade, 77 anos, é quem corta a lenha para o preparo das refeições e executa as várias atividades na sua casa e quintal no Assentamento. Ela é a pioneira e também é a principal liderança feminina no Assentamento, visto que marcou presença e assegurou o direito à terra desde a ocupação no Acampamento Padre Josimo, às migrações até a parcela serem asseguradas efetivamente. Ela nos impressionou com tanto vigor e disposição física em todas as suas atribuições.

Enquanto ela ainda assegura a terra, dormindo quase sempre sozinha no lar, o marido realiza trabalhos em outras propriedades para ajudar no sustento da família. Além de assegurar, é ela quem faz a manutenção das atividades domésticas e as pequenas produções com os animais e plantas no quintal. É ela quem alimenta as vacas e porcos, quem retira as pragas e insetos nocivos das plantas e animais, que coleta os ovos das galinhas, quem prepara os alimentos, que executa as tarefas domésticas e que, também, produz artesanatos e tapetes com técnicas de crochê e bordados.

Figura 12 – Dona Terezinha (77 anos) cortando lenha para preparo do jantar e para fogueira e Irani (46 anos)



Fonte: Acervo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

Assim como no período em que estavam acampadas, os maridos continuam, muitas vezes, em trabalhos em outros espaços que não a própria terra. É com o capital gerado com outros trabalhos que a família consegue investir na parcela e se alimentar com o que ainda não consegue produzir, conforme o relato.

O que nós tem aqui dá pra nós cumê aqui dentro. Meu marido tem que pegar bico por fora, pra trabaiá pra botar comida aqui dentro, porque aqui nós não consegue produzir nada. Eles falaram que ia dá chance pra gente trabaiá, mas não dá não. A energia por exemplo, quantas reunião eu já fui lá na FETAEG atrás dessa energia, cadê ela que disse que ia chegar aqui? O povo disse que ia fazer a potografia (topografia) e nunca veio até agora. Eu tenho os papel tudo ali dentro. A dificuldade é permanecer aqui, é tudo, é difícil, não é fácil não. As vezes as pessoa olha pra gente e pensa olha lá o sem terra, tudo facim pra eles. Não é fácil sobreviver dentro da terra não. Mas depois que você tá aqui dentro, eu peguei o acerto do meu serviço e empreguei tudo aqui dentro, mas pra quê? Se fosse hoje em dia eu não fazia isso não. Tudo o que você pensar aqui dentro é difícil de sobreviver. Agora aqui tá bom. Tava chovendo, então você olha e tá tudo bonito. Uma maravilha porque tem água, mas vem aqui no mês de agosto, setembro, aí você vai vê! Não acha uma gota d'água nem pra fazê remédio. Seca tudo. Não tem corgo. Não tem água, seca tudo, tudo, tudo. Como é que você acha que é sobreviver assim? Meu marido tem que pegá os galão, botar dentro do carrim e vai lá em Pires do Rio pra buscá senão não tem como bebê água não. Pra fazê comida e bebê. Pra sobreviver aqui é só com persistência mesmo. Não tem como. As pessoa pensa que é facim. Fica aqui um mês pra vê se você quer ficar aqui e ver como é que é, mas vem quando for na seca, aí você vai ver mais ainda o nosso sofrimento. Eles não dá chance pra gente trabalhá. Botaram a gente aqui dentro, mas agora tem que dá a chance da gente trabalhá. (Divina, 48 anos)

A fala da senhora Divina reitera nossos apontamentos sobre a permanência no local e as condições para produção e trabalho na parcela. Sem energia e sem água não há como produzir e sobreviver com tranquilidade no Assentamento.

Outro aspecto curioso do nosso levantamento: apesar da localização do Assentamento estar no município de Orizona, o pequeno escoamento dos produtos e as necessidades cotidianas que possuem são realizados em Pires do Rio. A origem das famílias, em sua maioria, é de lá, a distância até o centro urbano é menor, a compra de outros suprimentos para as casas e as relações de alguma influência social no mercado estão no município.

Além de Dona Terezinha, as demais mulheres produzem artesanatos, tapetes e bordados. Esses produtos também são levados para a Feira e há a comercialização destes para contribuição na renda familiar. A renda familiar que possuem, portanto, é composta pelo trabalho que os maridos executam em outros espaços (trabalhos em outras propriedades), pelas aposentadorias (apenas duas mulheres são aposentadas entre todas as famílias) e pela venda do que as mulheres produzem como queijos, farinha, manejo com galinhas e porcos e artesanatos em geral.

Destacamos que a produção das mulheres para o autoconsumo, além de fonte de renda, pois a família deixa de possuir a necessidade de renda para a aquisição de itens que elas mesmas produzem ali, melhora também a qualidade da alimentação e conseqüentemente a saúde nas famílias.

Na Figura 13, registramos um diálogo entre Divina e o Senhor João Bosco sobre a possibilidade de ampliarem os locais de venda e distribuição dos tapetes produzidos pelas mulheres do Assentamento, visto que o mesmo possui inúmeras relações sociais e comerciais, devido à representação que possuiu junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Orizona. Ao fundo da foto, há a presença do marido dela no quintal.

Notamos que na casa da Divina, a casa é maior, mais ampla e com mais cômodos. Existe na casa uma estrutura externa feita com tijolos, madeira e telhas, diferentemente das demais casas. Houve uma tentativa de extensão da energia elétrica junto à antiga sede da Fazenda Campo Limpo, devido à proximidade da parcela ao local, porém não houve êxito. Apesar da falha, a estrutura de fios e lâmpadas se mantém na casa, na esperança de outras técnicas que possam conceder energia elétrica para o ambiente. Além disso, o casal, mais jovem, executa inúmeros trabalhos para outras propriedade. Divina consegue realizar a prestação de serviços em lavouras vizinhas e o marido dela, segue com as mesmas possibilidades que os outros homens fora da parcela (serviço de pedreiro, carpinteiro etc.).

São esses trabalhos externos que possibilitam remuneração ao casal e o investimento na construção e ampliação da casa como consequência.

Figura 13 - Divina (48 anos) e João Bosco (57 anos), em diálogo sobre a disponibilidade de ampliar os locais de venda dos tapetes das mulheres



Fonte: Acervo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

As três mulheres que estão com frequência na cidade, como já dito anteriormente, trabalham como diaristas, costureiras e bordadeiras. O trabalho que realizam contribui para a renda familiar, onde estão residindo, e ainda tentam poupar dinheiro para construir conjuntamente com os maridos outros investimentos estruturais na parcela, no Assentamento.

As entrevistas contribuem para duas questões em nosso trabalho: a característica do trabalho realizado pelas mulheres rurais e as marcas das divisões sexuais deste trabalho. As tarefas que exigem maior cuidado e resistência dentro da parcela mesmo sem fontes de financiamento são comumente conduzidas por elas. É esse o trabalho produtivo com pouco reconhecimento que mantém a família na terra e com condições de sobrevivência através da agricultura familiar. Porém, é esse mesmo trabalho que, muitas vezes segue, com menos relevância na sociedade capitalista, visto que os homens, longe dos lares, voltam com maior montante financeiro para outros investimentos no lar e na família. Isso, além da tradicional desvalorização do trabalho doméstico não remunerado diretamente.

3.3.3 Participação das mulheres, gênero e processos formativos

Em continuidade aos aspectos de vida e inserção das mulheres no interior do Assentamento Maria da Conceição, levantamos dados também sobre a existência de reuniões,

a participação delas, as pautas de discussões, autonomia e emancipação decorrentes desses movimentos nesses espaços e em outros.

Perguntamos a elas sobre a existência de reuniões, assembleias e atividades de discussão em ambiente coletivo sobre as questões do Assentamento, questões de gênero ou outros temas. Quatro delas responderam que, após assentadas, têm havido reuniões e as outras cinco afirmaram que não existem. Ficou evidente, nas entrevistas, que há um histórico de atividades e participação quando a organização ainda se dava no acampamento Padre Josimo e nos demais locais em que as famílias migraram, antes da conquista da terra. Quando acampadas, todas afirmam que haviam reuniões e assembleias semanais, com a participação da maioria nesses espaços coletivos.

Questionamos às mulheres sobre as mudanças que ocorreram a partir da criação do projeto de Assentamento e, dessa maneira, algumas delas justificam que as reuniões ainda existem, porém apenas se há alguma demanda externa para diálogo com a comunidade, como alguma solicitação do INCRA, da FETAEG ou do Sindicato local, por exemplo. Isso se faz presente neste relato:

No início até tinha necessidade de ficar reunindo, a gente tinha uma reunião geral por mês. Tinha caixa que a gente juntava um dinheirinho pra ficar correndo atrás das necessidades, mas aos poucos as expectativas contribuíram pra dar tudo errado. Tava gerando muito atrito, porque o povo achava que era função da coordenação arrumá os trem tudo pra nós. Aí nós parou de arrear. Aí quando o pessoal da assistência técnica do INCRA passou a dar assistência, a gente reuniu e decidiu encontrar nas reunião com os técnico. Todas as vezes que os técnico vinha, eles visitava as parcela e depois a gente tinha uma reunião junto com todo mundo. Depois o INCRA falou que tava sem recurso pra mandá os técnico, aí eles parou de vim aqui. Sempre que tem necessidade a gente arreúne, mas não tem liderança nenhuma não. Nós tudo lidera mesmo quando precisa. Tudo guerreiro o povo aqui. Eu tinha vários arranca rabo com o povo do INCRA. As vezes eles chegavam dando ordem pra gente tudo o que eles falava, mas e a nossa vida aqui? Eles precisam respeitar uai. Precisa respeitar a gente, respeitar os mais velho, mais sofrido, respeitá o lugar que nós vive e as coisas que a gente fala que precisa aqui. (Terezinha, 77 anos)

Com essa justificativa, percebemos os motivos de as opiniões serem divididas. Existem reuniões, porém não de organização apenas dos assentados e assentadas. Elas só acontecem quando há alguma presença ou demanda externa à comunidade. Quando há necessidade de respostas à essas demandas, os assentados e as assentadas se reúnem, caso o contrário, permanecem cada qual individualmente em sua parcela nas tentativas de sobrevivência e produção.

Ao retomar às contribuições de Carneiro (1994), salientamos que as mobilizações sociais envolvem a presença de homens e mulheres nas lutas e reivindicações em uma

condição ampla de participação e luta pela terra. Em nosso estudo, reconhecemos um fenômeno já abordado por outras experiências e casos: a fragmentação e desmobilização das atividades após a conquista da terra e a divisão das parcelas através do projeto de Assentamento. Além disso, há justificativas para existirem dificuldades de participação nas atividades de mobilização sobretudo para as mulheres.

Após a conquista da terra, há uma nova realidade para as famílias, que se refere à organização dos sujeitos e sua inserção na própria terra. Dessa maneira, há uma quantidade de carga de responsabilidades com a construção do lar, o trabalho na terra, a permanência no espaço doméstico. A dificuldade, portanto, passa a ser a administração, junto à continuidade das lutas do coletivo e à realização de tarefas que possibilitam o trabalho doméstico e efetivamente a constituição do sonhado pedaço de terra, como espaço de produção e sobrevivência através de condições de trabalho na propriedade pela família.

Além do fator desmobilizador geral, entendemos que, para as mulheres, é ainda mais desafiador manterem-se engajadas devido às tarefas que acumulam no lar e na terra. Não significa que elas não achem as discussões importantes, mas, em muitos momentos, acreditam que já conseguiram o necessário para viver e ficam condicionadas à tutela de seus maridos para participarem das atividades sindicais por exemplo. Apenas quando eles não estão presentes, elas participam, já que, pelo registro na carteira da associação, são aceitos apenas homens como titulares.

Algumas delas são notoriamente tímidas e não falam em público, já que durante toda a vida não foram preparadas para a vida pública e social. Outras não podem participar das atividades, pois os horários agendados não favorecem a execução e o gerenciamento das atividades de vida pública e doméstica.

No Assentamento, percebemos que, em relação à participação das mulheres nas reuniões existentes, apenas uma negou participar ativamente. As demais participam desses momentos de discussão coletiva. “No que depender de mim, eu não sei ler e escrever, mas se for pra debater e pra arrumar melhoria na vida de nós tudo aqui eu vou pra cima. Pode contar comigo que eu vou em tudo” (Terezinha, 77 anos). Esta fala de Dona Terezinha evidencia que ela é a principal líder feminina do movimento, disposta e muito engajada. Apesar da idade, ela permanece na luta fazendo os enfrentamentos que forem necessários, mesmo após a criação do projeto de Assentamento. Lembramos que ela é uma senhora analfabeta e que as reivindicações ainda se dão pelos aspectos estruturais que garantem a sobrevivência no local.

Outras falas também complementam as justificativas de participação nas atividades: “Eu vou em todas praquê eu gosto de ir e participar pra mode tá por dentro das coisa tudo uai, é a minha vida, né? É a nossa vida, tem que saber o quê que tem” (Sebastiana, 69 anos).

Em relação aos conteúdos das reuniões, foram relatados que estes são relacionados às questões da terra, às questões de prestação de contas do sindicato rural e, raramente, aos assuntos da FETAEG. Perguntamos se existiam momentos de discussão de pautas específicas sobre questões das mulheres, como saúde, direitos, previdência, entre outros temas. Todas elas afirmaram que não. Elas argumentaram que, em alguns momentos, representantes da Assistência Técnica fizeram reuniões e levantaram informações sobre créditos específicos para mulheres nos Assentamentos no Brasil, porém eram reuniões abertas a quem se interessasse em participar.

Questionamos também sobre discussões feministas com as mulheres do Assentamento e apenas uma delas soube do que se tratava:

[...] ah, eu acho que é aquele trem da Marcha das Margaridas³⁶. Eu tenho muita vontade de ir. Fico vendo aquele tanto de mulher arreunida e fico com vontade de ir. É todo mundo junto, né? Na mesma luta. Mas parece que tá tão longe, aqui nem tem esses trem não. Aqui nós é tudo junto mesmo, tem disso só de mulher não. (Divina, 48 anos).

A fala da Divina demonstra que as mulheres rurais não reconhecem a existência de discussões de gênero no Assentamento. Pontuamos que as questões relacionadas à vida das mulheres não estão no centro das questões fundamentais elencadas pela comunidade. A luta não trata, portanto, de consciência sobre os aspectos de dominação do sistema capitalista, de classe, do patriarcado, dos homens, mas se orienta pela conquista da terra como condição de sobrevivência e permanência no local conquistado. Por isso, há a união de esforços do casal em nome da família. Embora a consciência de dominação e gênero não seja explicitadas nas entrevistas, elas apresentam como pressupostos a consciência da dominação econômica e do direito coletivo pela terra.

Ao revisitar as construções teóricas de Beauvoir (1949) e Saffioti (1987) lembramos que o conceito de gênero está construído em um contexto histórico e social. É

³⁶ Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada desde 2000 por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil. A ação é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto. A data escolhida lembra a morte da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores na Paraíba, de acordo com informações do site Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Margaridas#cite_note-1>. Acesso em: 16 mai. 2018.

através das construções efetivadas culturalmente que as concepções de masculino e feminino são adotadas como práticas sociais, as quais tendem a reforçar a dominação do papel atribuído ao homem e não a mulher. Na vida cotidiana, os estereótipos masculino e feminino, não apenas identificados biologicamente, se configuram em relações de poder diferenciadas que privilegiam o masculino.

Mesmo sem a compreensão da comunidade sobre esses temas e sobre a dimensão desta discussão, buscamos refletir sobre o senso colaborativo entre homem e mulher na comunidade estudada. Embora haja o discurso de união, compreendemos esse espaço como mais um em que os homens seguem como subpolos dominantes, visto a sua participação e vida social nos espaços públicos, por exemplo.

As entrevistas realizadas demonstram que todas as mulheres rurais já realizaram cursos específicos para mulheres proporcionados pelo Sindicato e pela equipe de Assistência Técnica, como a produção de doces cristalizados, por exemplo. A participação das mulheres se dá na forma de capacitação sobre o trabalho artesanal e informal, o manejo e produção da terra, de derivados do leite, entre outros. A formação que receberam estava enquadrada na perspectiva de gênero, tratava de ofícios específicos para mulheres, vinculados ao espaço da casa.

Quanto à saúde, elas são visitadas por agentes comunitárias de saúde do município de Orizona, com abrangência rural, uma vez por mês. Recebem atenção e tratamentos quando necessário da mesma forma que seus maridos. Fazem exames e acompanhamento ginecológico, porém entendem que se trata apenas de uma definição biológica, afinal “mulher tem útero e homem não tem, né?” (Irani, 46 anos).

Sobre a liderança das reuniões, cinco delas afirmaram que eram realizadas por homens à frente das discussões; as demais dizem que eram conduzidas por “todo mundo”. “Era os homi, eles falava com mais autoridade sobre as coisa, né? Arreunia muito, sabia de muitas coisa da terra, aí eles falava mais” (Onília, 59 anos).

As reuniões eram lideradas majoritariamente por homens, porém contavam com a maioria das mulheres participando das atividades. Dessa forma, indagamos a elas sobre participar nas reuniões e opinar nesses espaços efetivamente. Das oito participantes nas atividades, apenas cinco disseram que opinavam nas reuniões e assembleias. As três mulheres que não opinam nas reuniões, dizem que normalmente são os maridos que falam. Elas

preferem que eles falem. A fala de Dona Terezinha, pode nos evidenciar as justificativas quanto a essa postura das mulheres no Assentamento:

Aqui é ruim de discutir essas coisa, a maioria é bruto e ignorante e nem quer conversar. Aí fica todo mundo com preguiça. Eu tento evitar, mas nem sempre consigo não, as vezes eu continuo falando, porque eles não pode fazer assim, uai. Eu fico juntando tudo, sabendo de tudo, as mulheres tudo vem aqui na minha casa, eu não sou de sair, né? Aí uma me conta uma coisa, outra conta outra, a minha vontade é de explodir quando tem uma reunião. Aí meu marido fica me controlando. Ele fica falando pra mim que se for pra eu ir na reunião ficar falando, nem é pra ir. Aí as vezes quando eu tô explodindo eu falo. Às vezes ele até já sabe que eu vou estourar. É assim: ele fala pra eu ir, mas manda eu me controlar. Com as menina também é tudo assim, aí às vez a gente nem vai porque dá preguiça mesmo, né? Os outro fica mandando a gente se segurar, aneim. Aí nas reuniões dos sindicato, as reuniões são dos sócio, né? E os sócio são os homi, a gente é só dependente deles. Quando eles não podem ir, aí nós vai lá pra poder assinar pra eles. Aí a gente assina o nosso nome e o deles também. (Terezinha, 77 anos).

Além desses itens, questionamos às mulheres rurais se acreditavam na união entre todos e todas no Assentamento. Apenas duas delas não acreditam. As outras sete abordam sobre o histórico da luta que todos e todas fizeram juntos e juntas, sobre as conquistas que conseguiram e sobre os desafios que ainda possuem pela frente. Embora não se reúnam como anteriormente, deixam claro que, “na necessidade”, todos e todas estão prontos e prontas para as ações a serem travadas.

A fala de Dona Terezinha, em diversas passagens, mostra que a autonomia das mulheres rurais é um caminho longo, difícil e de enfrentamentos diários. Algumas delas percebem e vão compreendendo, no cotidiano, algumas situações de opressão vividas por elas e, assim, em alguns momentos, posicionam-se contra as estruturas institucionais em que se relacionam. Porém, dentro dos lares e dos relacionamentos familiares, nem sempre conseguem perceber essa autonomia proposta pelo movimento feminista, por exemplo.

As contribuições de Medeiros (2008) trazem questões de debates recentes sobre educação, saúde e gênero que foram lançados pela participação das mulheres nos movimentos que deram origens aos assentamentos. Embora haja a participação em várias atividades e movimentos, percebemos que as mudanças ocorrem de forma lenta, visto que, em muitos locais, nem as condições de infraestrutura foram sanadas.

Nos embasamos nessas contribuições quando a autora argumenta sobre a possibilidade de criação de outras formas de consciência e participação, pois apesar da postura diferenciada e esperada das mulheres como conscientes das transformações nos espaços, em muitas situações, isso não ocorre, pois não possuem a informação nem condições

necessárias para uma alteração nessas relações. Sem energia e sem água são difíceis estratégias para resistir na terra. É o que percebemos no Assentamento Maria da Conceição.

A luta pela terra é o centro das atividades de mobilização das famílias enquanto constituição de um movimento. Em geral, não há a compreensão sobre o debate de gênero nesse espaço. Como salientado por Carneiro (1994), as inserções das mulheres nos movimentos sociais aconteciam juntamente com a participação dos respectivos maridos. Em muitos casos, essa participação ainda acontece somente com a participação deles. Elas não participam das atividades por questões específicas sobre as condições de existência das mulheres, e sim integradas a um conjunto maior de lutas.

Apesar do protagonismo de muitas mulheres em lutas, já conscientes sobre os nossos papéis, nossa pesquisa tem como dados, um conjunto de mulheres que não estão conscientes sobre a discussão de gênero nos debates da sociedade como um todo. Fica evidente a luta pela terra e as necessidades de condições de permanência para o trabalho e a subsistência da família, mas não está em evidência qualquer discussão sobre gênero e nem sobre a luta de classes.

De acordo com as entrevistas que realizamos, percebemos que há pouca relevância sobre o gênero nesse processo de ocupação, conquista, direitos e resistência. Elas estão representadas juntamente aos maridos, filhos e filhas, em uma compreensão de família, em um coletivo pela luta e conquista da terra. Apesar de nos respaldarmos nas contribuições de Carneiro, trazidas no ano de 1994, 24 anos depois, em 2018, esta ainda é a realidade de nossa pesquisa.

Percebemos que as mulheres entrevistadas protagonizaram, sobretudo, os momentos de ocupação da terra até a conquista da parcela efetivamente. Porém, elas percebem suas atuações como ações conjuntas aos maridos, ajudando-os em nome da família e não como mulheres organizadas em um movimento de resistência específico delas.

Não há independência delas em relação aos maridos em qualquer tomada de decisão. Possuem autonomia nos seus devidos espaços de trabalho e nas atribuições domésticas cotidianas, mas não como autonomia econômica individual, de pensamento, de fala e comportamento, de maneira que consigam se emancipar efetivamente, exceto algumas como Dona Terezinha, por exemplo, que mesmo explodindo e contrariando seu marido diz o que pensa no enfrentamento aos representantes institucionais, em reunião.

Nesse sentido, percebemos também nas falas das entrevistadas a falta de autoestima como fator importante para a conquista de autonomia. Apesar da subjetividade nesse tema, nos parece pertinente trazê-lo à tona. São mulheres que vivem em pobreza e submissão e que precisam encontrar outros caminhos de superação. Embora existam atualmente políticas públicas que concentrem esforços para a autonomia econômica das mulheres, vale ressaltar que o olhar para as condições objetivas e subjetivas de todas elas são um desafio para melhor compreensão e resultados nas relações familiares e sociais mais amplas, sobre o papel que as mulheres desempenham. É necessário que se pense na coexistência dos aspectos materiais, culturais, educacionais e subjetivos, para que elas tenham condições mais efetivas de autonomia e emancipação.

O trabalho que desempenham diariamente está percebido como ajuda aos maridos, mesmo com papel de contribuição para a permanência na parcela em meio as dificuldades de infraestrutura e na renda familiar como um todo. Concordamos com Butto (2011), ao afirmar que as mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras rurais quanto ao desempenho de suas atividades profissionais e também nas falas que evidenciam as jornadas duplas e triplas de trabalho.

São elementos presentes nas relações capitalistas e patriarcais no âmbito do Assentamento: enquanto as mulheres que permanecem nas parcelas não possuem reconhecimento sobre o próprio trabalho que executam, as que estão nos centros urbanos, compreendem o seu trabalho de forma mais evidente, visto que, na cidade, o desenvolvimento de cada atividade, garante um retorno financeiro maior em resposta a cada função executada. Com o montante que recebem, com salário que acumulam, percebem que podem contribuir materialmente na vida em seus lares, com os devidos custos de manutenção e sobrevivência em família. Observamos na figura 14, a produção de queijo de uma das assentadas.

O reconhecimento do próprio trabalho desenvolvido traz às mulheres, que estão nos centros urbanos, um maior índice de autonomia proporcionadas pela vida profissional e uma certa independência financeira, com participação na renda familiar. Essa perspectiva de autonomia econômica, se dá pelas tomadas de decisão nos ambientes em que estão vivendo, ou seja, na casa de seus filhos e filhas. Essas tomadas de decisões estão aplicadas sobre o gerenciamento dos recursos no ambiente doméstico, mas não sobre o pensamento de mulheres organizadas em prol de suas próprias necessidades de saúde, educação, desejos, entre outros itens.

Figura 14 - Produção de queijos da Maria Madalena (50 anos) para comercialização na feira



Fonte: Acervo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

As mulheres não expressam autonomia e reconhecimento de si mesmas como trabalhadoras rurais. Mesmo com a mobilização e a participação de mulheres em movimentos sociais, muitas delas estão em busca de autonomia econômica. Há o incentivo ao trabalho, à moradia, ao acesso à água e energia, que são questões básicas, porém é necessário considerar outros aspectos como o desenvolvimento cultural, escolar e político e até de autoestima conjuntamente. Renda e autoestima conjuntamente podem construir uma complexidade para o enfrentamento às formas de opressão. No Assentamento Maria da Conceição, nem as questões básicas ainda foram efetivadas.

Elas expressam que o maior desejo a ser realizado é a chegada de energia elétrica e água nas parcelas do Assentamento. Desejam a vida sendo desenvolvida ao lado de seus maridos, plantas, animais, trabalho na terra, tranquilidade e segurança que o Assentamento sempre teve como perspectiva de construção de lares para a família. As mulheres que permanecem nas parcelas, quando questionadas sobre os principais problemas que enfrentam, também resumem as dificuldades nos itens de infraestrutura. Duas delas, afirmam não existirem problemas, conforme:

Ahhh, aqui não tem problema não. Aqui é tudo bom. Graças a Deus. Eu gosto demais assim sabe, de roça! Quando Deus abençoa, vai melhorá mais ainda com a energia e com a água, porque aí fica mais fácil ainda pra ter água, né? Aos pouco depois nós

faz nossa casinha, põe energia, enquanto isso nós vamo trabaiano, sendo filiz, com saúde. Deus vai ajuda que nós depois ainda consegue. Tem problema nenhum não, tá tudo bõ (Maria Madalena, 50 anos).

E ainda:

[...] apesar de tudo, eu fico pensano é que não tem problema nenhum não. Essas coisa difícil a gente dá jeito, vai aguentando. Já passamo por tanta coisa nessa vida, tá tudo bõ demais. Eu sou muito feliz aqui, com todo o sofrimento do mundo. Estando ao lado do meu marido em qualquer lugar eu sou feliz. Com minhas planta, com meus bichim. (Lágrimas) Eu agradeço a Deus todo dia pelo meu pedacim de terra. Foi difícil mas nós conseguiu, a gente ainda vai dá conta de trabaiaá com força nele. (Divina, 46 anos).

Percebemos que embora trabalhem na terra e percebam o trabalho como ajuda aos maridos, as mulheres integram aos trabalhos produtivos na terra e isso causa mudanças na vida delas. A autonomia em geral das mulheres está na luta conjunta aos maridos pela conquista e permanência na terra. Quanto à divisão sexual do trabalho, percebemos que elas executam o trabalho doméstico e o trabalho na terra, igualmente aos homens, os quais, de acordo com os relatos em caderno de campo, não se incomodam em fazer as atividades domésticas, mas o fazem apenas na ausência das mulheres. Na próxima figura, Terezinha e Irani observam o crescimento de algumas plantas no quintal de Terezinha.

Figura 15 - Terezinha (77 anos) e Irani (46 anos) com cuidados às plantas do quintal



Fonte: Acervo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

A questão de gênero na luta não estão colocadas para elas, apenas os papéis de gêneros que estão configurados no comportamento social esperado à presença das mulheres em uma sociedade, ao modelo do que é considerado adequado para homens e mulheres diferenciado pelo sexo de cada um e cada uma. Em geral, as mulheres estão no ambiente

privado, da casa e das relações pessoais, enquanto os homens estão nos papéis públicos da produção, do comércio e da participação política.

Apesar da aparente invisibilidade das atividades que executam, para elas e para os outros, entendemos que as assentadas executam todas as tarefas que asseguram a conquista, o trabalho e a permanência na comunidade e, portanto, são visíveis os resultados da pesquisa.

Embora não haja uma significativa autonomia e independência das mulheres pesquisadas, é possível afirmar que a participação na luta pela conquista da terra e a sua permanência, constituem-se em processos formativos. São saberes outros por elas construídos, experiências de enfrentamentos, percepção das contradições que os processos de reforma agrária carregam consigo, saberes sobre o lugar da mulher e o lugar do homem nos espaços institucionais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por exemplo.

Elas não sabem elaborar conceitualmente essas questões de dominação, nem podem reivindicar direitos de emancipação, pois é premente a sobrevivência e, para isso, precisam somar forças aos seus maridos. Mas, intuitivamente, compreendem esses processos, que nem imaginam se tratar sobre questões de gênero. Um exemplo é quando elas falam sobre ser os homens os associados do sindicato, quando dizem que, no atendimento à saúde, não há diferenciação entre homens e mulheres, a não ser pelo fato de a mulher possuir útero. São saberes que não dependem da escolarização, mas se vinculam à participação, aos enfrentamentos, às escutas nas reuniões, às tentativas de elaboração entre elas sobre as estratégias de conquista de infraestrutura etc. O caso de Dona Terezinha, de 77 anos e analfabeta, é emblemático nesse sentido.

Kollontai (1982) destaca que um dos aspectos importantes sobre a vida das mulheres se constrói socialmente acerca do matrimônio e dos aspectos morais, pois:

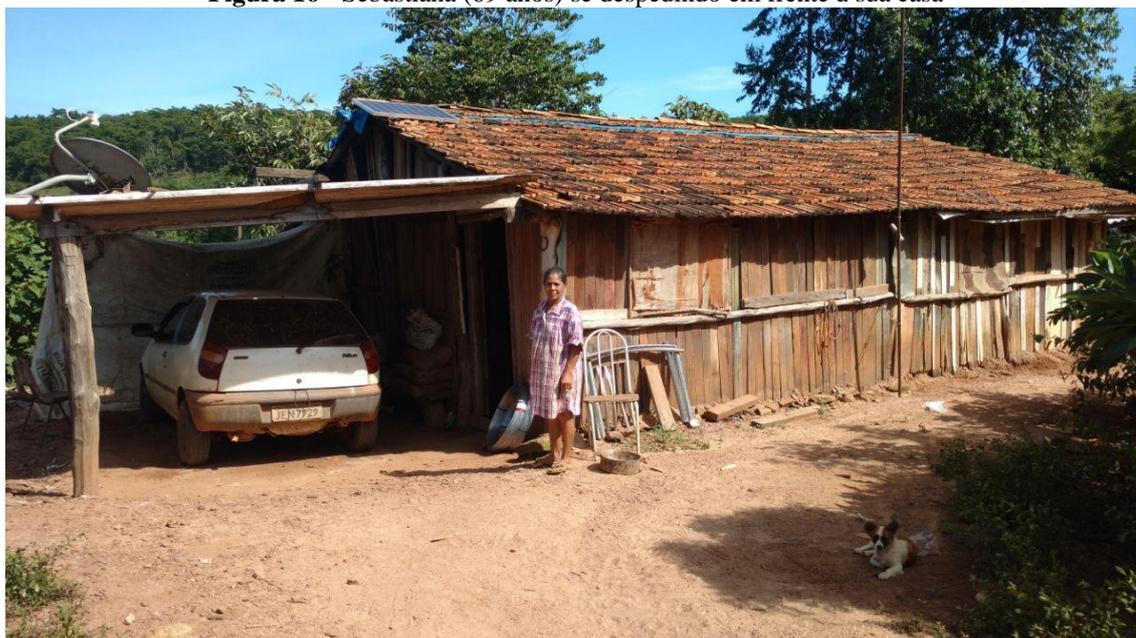
Para tornar-se livre, a mulher tem que se desembaraçar das cadeias que faz pesar sobre ela a forma atual, ultrapassada e constrangedora da família. Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista de igualdade política, intelectual e o estabelecimento de sua plena independência econômica (KOLLONTAI, 1982, p. 13)

Entendemos que, para as mulheres rurais, essas concepções ainda não se construíram historicamente e na consciência delas. É um longo caminho a ser trilhado no horizonte da efetiva conquista de autonomia e emancipação.

Sobre as questões das mulheres vinculadas à produção agrícola no interior do Assentamento, porém com inserção de mercado de forma diferenciada, trata-se de uma inserção na agricultura familiar, no trabalho familiar, o que foge aos padrões do que se diz da

ascensão da mulher no mercado de trabalho por índices cada vez maiores de escolarização e capacitação técnica para as funções as quais pleiteiam. Mesmo pouco escolarizadas, esse não é um fator fundamental para a inserção das mesmas nas atividades produtivas no Assentamento. Na próxima figura, observamos a estrutura da casa de Sebastiana e a apresentamos como uma das líderes mais velhas do Assentamento.

Figura 16 - Sebastiana (69 anos) se despedindo em frente à sua casa



Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Manoela Marilda Batista Barbosa.

As mulheres mais velhas e menos escolarizadas foram as duas principais protagonistas na ocupação e na garantia da conquista da terra para as famílias do Assentamento, Terezinha e Sebastiana. São e estão atuantes nos enfrentamentos que se dão na luta pela terra, sem necessariamente serem escolarizadas ou organizadas em formas associativas de participação das questões das mulheres enquanto movimento. Os dados nos possibilitam perceber que foram poucas as mudanças nas condições de quando estavam acampadas para a efetiva conquista da terra no assentamento. Esse fato denota que são necessárias articulações para a consolidação dos itens de infraestrutura ao local, o que poderá viabilizar o acesso delas e da comunidade aos investimentos e créditos, aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Neste sentido, apresentamos as nossas considerações finais no próximo item.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que, desde a década de 1960, as mulheres têm conquistado maiores espaços na sociedade graças às lutas empreendidas pela busca de igualdade de gênero. A inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu mais fortemente a partir da década de 1990 e, assim, foram capazes de ampliar a participação nas atividades econômicas, o que culminou em grandes movimentações para a busca de melhores condições de trabalho e de qualidade de vida, engajadas em organizações de representação da sociedade civil, movimentos sociais em geral.

Através dos espaços de organização social, as mulheres se voltaram para contextos maiores de pautas da classe trabalhadora, porém com reflexões de uma complexidade econômica e social e ressalvas às questões que consideram a divisão sexual do trabalho, a produtividade, as atividades profissionais e domésticas, a maternidade e a cidadania de forma geral. Nessa direção, houve a verificação das necessidades serem elencadas e, portanto, foi possível reivindicar caminhos e mecanismos para a superação de cada uma delas.

No movimento sindical, por exemplo, houve a criação de comissões de mulheres para a elaboração de temas que são relevantes no cotidiano e realidade feminina. A discriminação às mulheres é presente no imaginário social, compartilhado por empregadores e por empregados. O movimento feminista é mais um espaço em que estão dadas as necessidades de superação dos processos de exclusão das mulheres e de suas representações, visto que propõe transformações na ordem do patriarcado em nome de princípios de igualdade, equidade e justiça social.

A participação de mulheres nos movimentos sociais e feministas para a proposição de mudanças que visam maiores oportunidades e igualdades na sociedade necessita de uma constante mobilização e articulação para inovar as formas de atuação política. A presença das representações dos movimentos existentes nos espaços institucionais do Estado tem possibilitado uma maior interlocução para apresentação das temáticas e demandas levantadas nas discussões e construções coletivas das mulheres.

É através desse diálogo permanente com os espaços institucionais, que campanhas pelos direitos legais das mulheres, pela autonomia e pela integridade ao próprio corpo, pelo direito ao aborto, pelos direitos reprodutivos, pelo direito à proteção contra a violência

doméstica, contra o estupro e o assédio sexual etc. constituem pautas dos e nos mais diversos espaços públicos da sociedade na atualidade.

Compreendemos historicamente que a existência dos movimentos sociais feministas têm alterado as relações na sociedade, pois as construções teóricas e mobilizações permanecem ativas, mesmo após algumas conquistas e abertura institucional para construção de soluções conjuntamente com o Estado. Vivemos um período de enfrentamentos e o movimento feminista, as organizações de mulheres estão no seio disso.

As mulheres, hoje, se constituem como forças políticas e produtivas. As informações disponibilizadas pelo IBGE no ano de 2013 apontam que, embora as mulheres estejam mais escolarizadas, ainda existem disparidades quanto às funções e posições profissionais e remuneração. Contudo, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade, visto que aspectos como o aumento da escolaridade, queda da fecundidade, novas possibilidades devido às reestruturações nos modelos organizacionais de trabalho com o desenvolvimento tecnológico, mudanças em padrões de comportamento, cultura, saúde, entre outros, contribuem para essa nova configuração.

Se, de um lado, verificamos uma crescente participação da mulher no trabalho assalariado, por outro, permanece a concentração da responsabilidade com as tarefas domésticas, o que evidencia a continuidade dos modelos construídos historicamente, que caracterizam a tripla jornada de trabalho diária – profissional, doméstica e sexual.

O trabalho doméstico, muitas vezes reconhecido como *natural* às mulheres, nem sempre possui seu valor econômico e nem social reconhecido, o que traz desprestígio e desvalorização da atividade. Há ainda o fato de ser comum mulheres receberem salários desiguais, desempenharem atividades profissionais de menor reconhecimento social, na política, nas empresas, nas organizações, na mídia, entre outros. Por isso, constatamos que a participação em espaços de trabalho, decisão e poder, continuam sendo desafios para toda a sociedade.

Ao propor este estudo e, após a realização da análise dos dados coletados na pesquisa de campo, buscamos identificar as mulheres rurais que vivem no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO, através de indagações que nos possibilitaram compreender a sua origem, as ocupações cotidianas, atividades econômicas, grau de escolarização, participação na renda familiar e as interações políticas que ocorrem no local. Identificamos ainda, se as mesmas estão inseridas nos processos de luta, conquista,

permanência pela terra, e os processos formativos que ocorrem a partir das experiências delas e os seus enfrentamentos, de forma a perceber como se dão os processos de construção de autonomia social, econômica e, também, a sua emancipação.

O perfil das mulheres rurais entrevistadas é composto, portanto, por mulheres naturais do Estado de Goiás, que nasceram e cresceram em áreas rurais e atualmente são adultas (ora mães e ora avós), possuem filhos, residem com seus maridos e são pouco escolarizadas institucionalmente.

As casas em que vivem nas suas parcelas no Assentamento são feitas em estrutura de madeira e plástico em geral. Embora já tenham conquistado o direito à terra, não houve ainda a implantação no local de infraestrutura básica que pudesse garantir condições de trabalho e produção para a permanência e sobrevivência das famílias no local. Portanto, há a necessidade de os maridos se deslocarem para outras possibilidades de trabalho e renda para retorno ao lar com sustento financeiro, enquanto as mulheres possuem o trabalho não remunerado presente em suas atividades cotidianas.

Acordam cedo e reconhecem o trabalho que desempenham nas tarefas domésticas e também na terra. Realizam a produção de itens alimentícios como queijos, doces, farinha e ovos, por exemplo, para a comercialização nas feiras, além de contribuírem com o trabalho nessa produção para o autoconsumo da família. Além das atividades realizadas em âmbito doméstico, constroem peças em artesanato para a decoração na própria casa e também para comercialização.

Apesar da localização do Assentamento estar no município de Orizona, a produção é comercializada no município de Pires do Rio, município com a menor distância, o que favorece as relações sociais, de comércio, de compra de insumos, medicamentos e necessidades em geral que a comunidade possui.

Utilizam o termo “ajuda” para identificar o trabalho junto aos maridos. Nem sempre reconhecem o trabalho desempenhado como construção de autonomia econômica, visto que quem garante um maior montante financeiro ao retornar ao lar são os homens e isto garante maior reconhecimento e status social do que a invisibilidade atribuída a muitas mulheres. Apesar do retorno financeiro ser inferior ao que eles garantem ao lar, o trabalho que elas constroem é importante e lhes garante uma relativa autonomia social por isso. Elas também são as responsáveis pelo cuidado às plantas e animais, além de contribuírem também na qualidade alimentar das famílias que vivem no local.

Pelas condições precárias em que o Assentamento se encontra, algumas mulheres residem em áreas urbanas com seus filhos e, na cidade, desempenham funções como faxineiras, costureiras e diaristas. Por receberem financeiramente ao desempenharem as mesmas funções que fazem no ambiente doméstico, essas mulheres percebem o trabalho remunerado nas cidades como mais autonomia econômica. Elas também apresentam preocupação com a família pelo papel social atribuído às mulheres em suas funções de maternidade e cuidados; sonham e almejam condições de poderem residir junto aos maridos, viver e produzir na terra conquistada.

Sobre a participação política no interior do Assentamento, identificamos que as reuniões existem apenas quando são solicitadas pela comunidade externa como o sindicato local e o INCRA, por exemplo. Após a conquista da terra, há um fenômeno concreto que configura uma nova realidade às famílias beneficiadas e aumenta as responsabilidades de homens e mulheres na construção das condições de permanência no local, com a construção do lar, o trabalho e, portanto, nem sempre as atividades coletivas de luta são facilmente administradas. Mesmo com as dificuldades enfrentadas atualmente no Assentamento, as reuniões permanecem inexistentes por demandas próprias dos assentados e assentadas, pois há prioridade na busca de condições de trabalho em propriedades externas para garantirem o sustento cotidiano e as condições básicas de alimentação, por exemplo.

Para a participação das mulheres acontecer na esfera política, nessa conjuntura, a complexidade é ainda mais evidente. Em muitos momentos, percebemos que há uma condição de tutela em relação aos maridos para que eles participem, pois a carteira de associação ao sindicato tem como titulares apenas homens. Os aspectos de timidez também são presentes, pois as mulheres não foram estimuladas à participação na vida pública. Apesar das dificuldades, as entrevistadas afirmam, em sua maioria, que, quando reuniões são convocadas, elas se fazem presentes. Uma delas, a mais velha, é a principal líder feminina no movimento, engajada, analfabeta e com enfrentamentos permanentes ao que está relacionado às reivindicações da comunidade para sobrevivência no local.

Nem sempre se reconhecem como trabalhadoras rurais, pois não possuem autonomia econômica. Entendemos que é importante considerar os aspectos de desenvolvimento cultural, escolar, político e de autoestima conjuntamente, pois a possibilidade de construção de renda e autoestima pode construir uma complexidade para

enfrentamentos a inúmeras formas de opressão. Em nossa pesquisa, nem as questões estruturais do projeto de Assentamento foram implantadas na sua totalidade.

O debate de gênero não está colocado para elas. Os seus desejos e ambições estão localizados nas mudanças concretas que almejam através da implantação de água e energia elétrica em todas as parcelas do Assentamento. Esta é a principal luta. Apesar de não serem escolarizadas, as mulheres rurais apresentam processos formativos que foram constituídos através da participação na luta, pela conquista e permanência na terra. Os saberes construídos através do cotidiano e do modo de vida que possuem foram configurados por meio das experiências e contradições que a pauta da Reforma Agrária traz historicamente, bem como as atribuições e funções sociais de homens e mulheres.

Pelos resultados expostos, entendemos que elas não conhecem e nem percebem as relações de dominação existentes entre homens e mulheres e, portanto, não compreendem também sobre direitos de emancipação, pois seus maiores objetivos são estar concentradas diariamente na luta pela sobrevivência junto aos seus maridos. É com eles, e junto aos pares da comunidade, que elas se fortalecem para enfrentar as adversidades. Os saberes que possuem são saberes que não dependeram da escolarização, mas que se vincularam à participação, aos enfrentamentos, às escutas nas reuniões, às tentativas de elaboração, entre elas, sobre as estratégias de conquista de infraestrutura etc.

Ao identificarmos os nomes dos Assentamentos criados no Sudeste de Goiás nos últimos anos, percebemos que a maioria deles correspondem a nomes atribuídos às mulheres. Identificamos o histórico do Assentamento, a origem do nome Maria da Conceição e podemos concluir que, da mesma maneira com que a história da líder sindical homenageada no Assentamento inspirou à comunidade local para destacar o seu nome e identificar esta comunidade, as histórias das mulheres rurais que participaram da ocupação das terras inicialmente no acampamento Padre Josimo, que estiveram na conquista e lutam pela permanência em cada parcela atualmente, representam a totalidade dos exemplos de trabalhadoras rurais presentes no Brasil. Trouxemos ao campo da pesquisa científica as experiências vivenciadas por essa amostra significativa e compreendemos, portanto, melhor a realidade em que elas e tantas outras mulheres ainda se encontram.

As entrevistas realizadas demonstram o potencial existente para caminhos de transformação nas relações sociais das mulheres rurais, de compreensão mais ampla das condições objetivas e subjetivas de vida delas para geração de autonomia e emancipação. Há

de se destacar o protagonismo de cada uma delas na construção de suas próprias histórias e perceber as contribuições que existem historicamente através das lutas empreendidas pelo movimento feminista. Foi através de um movimento de resistência que, ao longo da história, muitos direitos e políticas públicas de desenvolvimento foram construídos a partir da ação de muitas mulheres.

Ao considerar a dinâmica histórico social, é importante destacar que a necessidade de vigília é constante para a manutenção dos direitos que foram conquistados, pois eles não são permanentes e, portanto, a tentativa de evitar maiores retrocessos pelo conjunto de disputas presentes na sociedade e nos interesses do capital se dá pela efetiva compreensão do conceito de emancipação política e resistência. O conceito de emancipação apresentado no texto traz reflexões sobre a esfera econômica, mas também é central analisar a autoestima e a autonomia como necessidade de formação política e consciência de classe para as mulheres na sociedade. A tentativa de superação dos entraves como o patriarcado, liberdade, direitos e deveres está no campo da luta de classes historicamente constituída através dos modelos de produção existentes até então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Joubeth Max; SALES, Bruno Sampaio. **Fotografias da sociabilidade urbana: uma análise das interações sociais em um Conjunto Habitacional a partir de registros visuais de seu jornal comunitário.** Reunião Brasileira de Antropologia, 2010. Belém. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt08/bss.pdf>. Acesso em 13 mai. 2018.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista.** São Paulo: Nobel, 1986.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Cadernos de CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822.** Rio de Janeiro: José Olímpio/Brasília: Edunb, 1993.

ANJOS, Gabriele dos; BRUMER, Anita. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008.

ARIENTI, Patrícia; CAMPOS, Antônio Carlos de. Uma Análise Crítica do Modelo de Crescimento Econômico Brasileiro da Década de 90. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 14, 2003.

BARSTED, Leila Linhares. **As mulheres e os direitos civis.** Coletânea Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949

BEZERRA, Luiza Maria Capanema. **Associativismo rural em Orizona (GO): a Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros- APAMAC.** 2003. 149f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2003.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia: UFG, 2000.

BOSELLI, Giane. As leis estaduais e municipais e os direitos das mulheres. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente. In: RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (Orgs.). **Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).** Brasília: Letras Livres, 2006. 128p.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964**. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 30 nov. 1964. Seção 1.

_____. Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. **Lei nº 9.876, de 26 de Novembro de 1999**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 6 dez. 1999. Seção 1.

BRITO, Luciana N. O.; HANNUM, Juliana S. S.; MIRANDA, Fábio J. O contexto da família a atualidade e o processo de criação dos filhos. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 23, n. 4, p. 403-414, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/2966/1813>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996. Caxambu. **Anais**. Campinas: ABEP, vol. 1, 1996.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 11-34.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasil). **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: Notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p.11-22, jun. 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/21/23>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. Volume I – A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo. Paz e Terra, 1999a.

_____. **O poder da Identidade**. Volume II – A era da informação: economia sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CATANI, Denise. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Histórico**. 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/5-assassinatos/14040-assassinatos-2016>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/5-assassinatos/14008-assassinatos-2015>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys Estudos Feministas**, Brasília: UNB, jan./jul., 2005.

D'ATRI, Andréa. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo no capitalismo**. São Paulo: Iskra, 2008.

DESCARRIES, Francine. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec. **Labrys, Estudos Feministas**. Brasília: UnB, número 1-2, jul./dez. 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 20, n. 24, p.213-225, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

DUTRA, Eneida Vinhaes Bello; **Questões de gênero nas constituições estaduais: similitudes, avanços e omissões a partir da Constituição Federal de 1988. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente** / RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (Orgs.). Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Brasília: Letras Livres, 2006. 128p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária**, Campinas: v. 28, n. 1/3, p.1-12, jan./dez. 1998.

_____. **MST: formação e territorialização**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras – PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/viewFile/10971/7273>> Acesso em: 17 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUSER, Marina Costin. Para não dizer que não falei de Flora: o conceito de emancipação da mulher à luz do materialismo histórico. Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 4. Londrina, UEL, 2010. **Anais**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/5_marinafuser.pdf>. Acesso em: 14/04/2017.

GADOTTI, Moacir. Da palavra a ação. **INEP**. Educação para todos: a avaliação da década. Brasília: EC/INEP, 2000. p. 27-31.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi. Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2001/artigo4.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

GOIÁS. Portaria nº 019, de 04 de março de 2010. **Portaria Incra/sr-04, nº 019, 04/03/2010**. Goiânia, GO: Incra, 08 mar. 2010. n. 044, Seção 1, p. 82.

GONÇALVES, Renata. “Precarização do trabalho feminino no mundo ‘globalizado’”. In: CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel. (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade: tempo e perspectiva**. São Paulo: Paulus. 2009.

GOHN, Maria da Glória. “500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG’S e o terceiro setor. Revista Mediações, vol. 5. Londrina, 2000, nº 1, pag 11-40. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em 12 ago. 2017.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. Porque apoiar a produção científica com temáticas sobre as mulheres do campo, das águas e das florestas? **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 13-16, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Produção Agrícola Municipal: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2013_v40_br.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional Amostras de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. **Produção Pecuária Municipal**: 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2013_v41_br.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **O seu município em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/downloads/folders/eleicao2016/52/5215306.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017

_____. **Estudo especial sobre a mulher (PME)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1099&id>. Acesso em 01 de mai. de 2017.

_____. **Fecundidade, natalidade e mortalidade**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/fecundidade.html#anc1>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

_____. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=954&id_pagina=1>. Acesso em: 14 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **INCRA/GO assenta 33 famílias em Orizona**. 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incrago-assenta-33-familias-em-orizona>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Distribuição dos Assentamentos no estado de Goiás**. Brasília/DF: MDA/INCRA, 2015. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/reforma-agraria-em-goias/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Assentamentos**. 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

KERDINA. **Direito Constitucional**. Princípios Constitucionais, 2017. Disponível em: <<http://principios-constitucionais.info/direito-constitucional.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

LEMES, Kátia da Costa. **Produção familiar e territorialidades**: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral em Orizona (GO). 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

LEMOS, Celia Aparecida Araújo. As discussões sobre gênero nas linhas e entrelinhas da educação do campo. **Cadernos do II Congresso Nacional de Educação**, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID6038_08092015181943.pdf>. Acesso em: 17/ dez. 2016.

LOUREIRO, Walderes Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: UFG, 1988.

MARTINS, Fernando José. Educação do campo: processo de ocupação social e escolar. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2, 2008, São Paulo. **Anais On Line**: Universidade de São Paulo, 2009. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100006&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 11 dez. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política - o processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces da mesma moeda. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, 2002.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP/Brasília/DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. Desigualdades e direitos: Desafios para a qualidade da educação básica no campo. In: Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 5, 2007, Porto Alegre. **Anais On Line**: Anpae, 2007. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/343.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MONTEIRO, Rafael de Melo. As redes de poderes e a produção do território em Assentamentos Rurais no Sudeste de Goiás. Encontro Nacional da Anpege, 6. A diversidade da geografia brasileira: escolas e dimensões da análise e da ação. **Anais**. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/682.pdf>. Acesso em: março/2017.

MOTA, Maria Eleusa da. A questão de gênero no MST e a educação do campo. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 70-82, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20288>> Acesso em: 18 dez. 2016.

NETO, Estevam Alves Moreira; LIMA, Elaine Santos; TONET, Ivo. O conceito de crítica em Marx. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, n.1, jan., 2009. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/ivo03.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. **Mulher e Trabalho** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo2.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flavia. Igualdade de Gênero e participação política. **Revista Temas Sociais em Expressão** (URI), v. 01, p. 18-19, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulheres no terceiro setor da economia**: o mito da emancipação feminina. Florianópolis, UFSC, 2006.

RIBAS, Juliana da Rosa; ANTUNES, Helenise Sangoi. Olhares para a educação do campo: em busca da construção do projeto político-pedagógico. **Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 3, n. 6, jul./dez, 2014.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente. In: RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (Orgs.). **Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)**. Brasília: Letras Livres, 2006.

SAFFIOTI, Heleith. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir. (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: Tecendo as relações e reconhecendo ações e direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, maio-agosto/2007.p.437-443. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Flávio Reis. **Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia social saintsaioniana ao (neo)liberalismo econômico friedmaniano**. Jundiaí/SP: Paco, 2015a.

_____. Políticas públicas para a educação no campo no Brasil. In: Simpósio Internacional de História da UEG, 4, 2015, Morrinhos. **Cadernos de Programação e Resumos do Simpósio Internacional de História da UEG**, 2015b. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/source/simposio_internacional_de_historia_da_ueg_166/noticias/21496/CadernodeProgramaoSIH20151.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, maio-agosto/2004.p.35-50. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 36 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, **Vozes**, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAneros-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 13 mar.2017.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade feminina**. História, cultura, família – personalidade & psicodrama. São Paulo: SENAC São Paulo, 1998.

SOUZA. Janiel Divino de. **Localização do P. A. Maria da Conceição no município de Orizona/GO**, 2017. GCS SIRGAS 2000, color, Escala 1:500.000.

Revolução Russa de 1917. **Portal Só História**. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/revolucaorussa/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil 1549- 1910)**. Disponível em: Acesso em set. 2017.

STEDILE, João Pedro(org). **A questão agrária brasileira: história e natureza das ligas camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

UNICEF. **Situação mundial da infância: 1999**. Educação. Nova York, 1999

VALENTE, Virgínia Vargas. “Los feminismos peruanos: breve balance de três décadas”. **Histórias, confluências y perspectivas – 25 años de feminismo en el Peru**. Peru: Heinrich Bollstiftung, 2004.

VENDRAMINI, Celia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. Conferência proferida no II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. **Anais**. Brasília, agosto de 2008.

VERITATIS SPLENDOR. **O marxismo e a teologia da libertação**. 2008. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/o-marxismo-e-a-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, UFPR, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

WCEFA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien/Tailândia: março de 1990.

XIMENES, Judite Dias. **A participação da mulher no MST no DF e entorno**: estudo de caso. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8536/1/2011_JuditeDiasXimenes.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista semiestruturada para desenvolver no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/Goiás.

- 1- Agradecimentos pela receptividade ao trabalho e a acolhida nas casas.
- 2- Eu gostaria que a senhora se apresentasse por gentileza. Qual é o seu nome?
- 3- Qual é a idade da senhora?
- 4- A senhora possui filhos?
- 5- Onde residia anteriormente?
- 6- Como iniciou a sua participação no movimento pela terra?
- 7- Esteve na história do assentamento desde o início do acampamento Padre Josimo?
- 8- Quais eram as condições em que vocês viviam?
- 9- Existiam outras mulheres?
- 10- Poderia me contar um pouco sobre essa história até chegarem aqui na parcela de vocês?
- 11- Quem mora nesta casa?
- 12- Onde moram os filhos de vocês?
- 13- Quais são as atividades que a senhora realiza todos os dias?
- 14- Como é a sua rotina?
- 15- A senhora trabalha?
- 16- Quais as tarefas que a senhora faz aqui?
- 17- Quais as tarefas que o marido da senhora faz aqui?
- 18- O que mudou de quando estavam acampadas até agora, depois de já conquistarem a parcela?
- 19- Vocês se reúnem aqui no Assentamento?
- 20- Como são as reuniões?
- 21- Quem lidera as reuniões?
- 22- As mulheres participam delas?
- 23- A senhora participa?
- 24- Como funciona essa participação?
- 25- Existem reuniões no sindicato e na FETAEG em que vocês participam?
- 26- O que é discutido lá?
- 27- Em algum momento nestas reuniões vocês falam sobre questões das mulheres?
- 28- O que falam lá normalmente?
- 29- Já existiu algum momento em que falaram sobre questões só referentes às mulheres?
- 30- Sobre direitos, créditos, saúde, etc?
- 31- Vocês acham que a comunidade é unida?
- 32- E as mulheres, são unidas?
- 33- Quais os principais desafios em morar aqui?
- 34- Agradecimentos finais.

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA LUTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO MARIA DA CONCEIÇÃO (ORIZONA-GO).

As informações contidas nesta folha, fornecidas por mim, **Manoela Marilda Batista Barbosa**, têm por objetivo firmar acordo escrito com o(a) voluntária(o) para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o).

1) Natureza da pesquisa:) Identificar e analisar espaços formativos para a mulher do campo no Assentamento Maria da Conceição em Orizona/GO, que tenham como pauta discussões feministas voltadas para o seu empoderamento social e econômico, de maneira a (re)significar a inserção destas nas relações de trabalho existentes no campo. 1) Mapear no Assentamento Maria da Conceição os grupos de trabalhadores(as) rurais que se organizam em torno da agricultura familiar; 2) Identificar as metodologias empregadas na formação da mulher do campo, bem como expressar a relevância dessa formação como estratégia para a organização do processo de seu empoderamento.

2) Participantes da pesquisa: o universo da pesquisa é o Assentamento Maria da Conceição e os sujeitos são as mulheres responsáveis pela família, independente da sua condição de serem mães, avós, tias, irmãs mais velhas ou outras responsáveis pelo núcleo familiar.

3) Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você fornecerá dados através de entrevista, observações realizadas por mim (pesquisadora) e/ou documentos relacionados ao tema em questão. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do orientador do projeto (62 – 98125-6549) e, se necessário, por meio do telefone do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos – (64)3413 1097.

4) Confidencialidade: As informações a respeito dos participantes garantem não revelar a identidade dos mesmos, exceto na concessão de direitos de uso de imagens por meio de vídeos e fotografia, autorizados pelo entrevistado. Serão divulgadas informações

gerais a respeito do grupo ao qual pertencem as entrevistadas. Os resultados serão ser publicados para fins científicos. As tabulações das pesquisas e as análises dos resultados e conclusões não serão apresentadas como estudo de caso individual

5) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto, do ponto de vista financeiros ou material. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações e reflexões importantes para as pessoas deste assentamento, no sentido de acrescentar elementos que contribua para o processo de emancipação e autonomia das mulheres pesquisadas e da comunicade.

6) Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.

7) Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem prejuízos.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____ após a leitura e compreensão destas informações, entendo que a participação, sob minha responsabilidade, é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Orizona, _____/_____/_____

Assinatura _____ do

Voluntário: _____

Assinatura _____ do

Pesquisador: _____

Contatos: Manoela Marilda Batista Barbosa: (62) 98126-5406 [e-mail: manu.ujsgo@gmail.com](mailto:manu.ujsgo@gmail.com)